

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
ESPECIALIZAÇÃO EM MEDIAÇÃO PATRIMONIAL

O Significado e o Uso do Conceito de Autenticidade na Conservação do Património Vivo: As Práticas na China - o Paradigma da “Antiga Aldeia de Hongcun”

WU HUI

M

2018



WU HUI

**O Significado e o Uso do Conceito de Autenticidade na
Conservação do Património Vivo: as Práticas na China - o
Paradigma da “Antiga Aldeia de Hongcun”**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo Mediação
Patrimonial, orientada pela Professora Doutora Inês Amorim
e coorientada pela Professora Doutora Paula Menino Homem

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

O Significado e o Uso do Conceito de Autenticidade na Conservação do Património Vivo: as Práticas na China - o Paradigma da “Antiga Aldeia de Hongcun”

WU HUI

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela
Professora Doutora Inês Amorim
e coorientada pela Professora Doutora Paula Menino Homem

Membros do Júri

Professora Doutora Maria Helena Osswald
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Teresa Sofia Barbot Cunha Ferreira
Faculdade de Arquitetura - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Inês Amorim Brandão da Silva
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Sumário

Declaração de honra.....	7
Agradecimentos	8
Resumo	9
Abstract.....	11
摘要.....	12
Índice de Figuras	13
Índice de Tabelas	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
Introdução	17
PARTE 1 - TEORIAS RELACIONADAS COM A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO VIVO	
Capítulo 1 - Definição e origem do conceito de "património vivo"	27
1.1. Origem e evolução do conceito	27
1.2. Continuidade - o conceito central do “património vivo”	35
Capítulo 2 - Princípios e evolução da conservação do património vivo	44
2.1. A evolução na intervenção patrimonial: de material a valor	45
2.2. Uma "abordagem do património vivo" centrada nas pessoas	60
PARTE 2 - TEORIAS SOBRE A NOÇÃO DE AUTENTICIDADE DO PATRIMÓNIO E A SUA REFLEXÃO NA CHINA	
Capítulo 3 - Análise teórica do conceito de autenticidade	68
3.1. Origem e desenvolvimento do conceito de “autenticidade”	68
3.2. A questão de autenticidade na preservação do património vivo	76
Capítulo 4 - Autenticidade no contexto cultural da China	83
4.1. A influência das características do património e da tradição cultural chinesa na consciência da autenticidade	83
4.2. A autenticidade refletida na legislação e regulamentação da China	91
4.3. Uma reflexão sobre a “autenticidade com características chinesas”	106
PARTE 3 - A AUTENTICIDADE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO VIVO NA CHINA (Estudo do caso)	
Capítulo 5 - A “aldeia antiga” de Hongcun e a sua conservação patrimonial	111

5.1. “Aldeia antiga” ou “aldeia tradicional”?	112
5.2. A aldeia de Hongcun. O seu contexto natural e características de ocupação.....	116
5.3. Situação atual da conservação da aldeia de Hongcun: o reflexo da autenticidade.....	130
Considerações finais.....	150
Referências.....	155

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 28 de setembro de 2018

WU HUI

Agradecimentos

Gostaria antes de mais de agradecer à minha orientadora desta dissertação, Prof^a Doutora Inês Amorim, por toda a inspiração e incentivo, pela sua grande compreensão e pelo acompanhamento durante todo este período.

À minha coorientada, Prof^a Doutora Paula Menino Homem, pela força e sugestões que me deu, e pela forma como me ajudou a estruturar este trabalho.

À Prof^a Doutora Helena Osswald, assim como aos restantes professores que nos acompanharam ao longo do Mestrado em História e Património. Muito, muito obrigada.

Um agradecimento especial aos amigos mais próximos, à Gabriela Wang, Inês Lou, Linda Kang e, particularmente, ao Zee Zhou, pelo apoio incondicional ao longo destes anos.

Agradeço igualmente ao Comité da Aldeia de Hongcun, à Câmara Municipal de Vila de Hongcun, ao Sr. Zhang Jianping, Wang Senqiang e Zhu Shengrong, por toda a informação e atenção disponibilizadas.

Por fim, agradeço aos meus pais, por tudo.

Resumo

Com a expansão do conceito e da conotação de património, aquele com a característica "viva" tem recebido cada vez mais atenção. A partir da Carta de Veneza (1964), um dos princípios básicos para definir, examinar e supervisionar o património cultural, a questão de "autenticidade" tem sido motivo de preocupação no campo da conservação patrimonial, à escala mundial e regional. Visto que o contexto histórico e cultural da China e as características do património são muito diferentes das do Ocidente, uma discussão e reflexão sobre a noção de autenticidade, na teoria e na prática, da preservação do património no contexto cultural chinês são de muita importância.

Na presente dissertação, com base no conceito de património vivo, resumiram-se as características da “abordagem do património vivo (*Living Heritage Approach*) centrada em pessoas (Parte 1). Combinando a experiência da conservação patrimonial internacional e o estudo da autenticidade que se originam do Ocidente, fazemos a análise da manifestação de autenticidade na teoria e na legislação chinesa, no contexto cultural e histórico vernáculo (Parte 2).

Tomando as “aldeias antigas” como o ponto de partida, a aldeia de Hongcun, uma das duas primeiras aldeias chinesas que entraram na Lista do Património Mundial desde 2000, usada como caso de estudo, para explorar a aplicação do princípio de autenticidade no seu modelo existente de conservação (Parte 3), concluímos que o património vivo, dada a sua continuidade em várias vertentes, pode ser considerado como autêntico. Por fim, ao descobrir que a preservação e gestão patrimonial no caso Hongcun é muito focada na autenticidade material e na intervenção para fins comerciais, esta dissertação tem como objetivo ajudar a entender, sistematicamente, o património vivo, chamar a atenção para os seus princípios essenciais, na prática da sua conservação e na adoção das medidas apropriadas, especialmente, a participação central e dinâmica da comunidade.

Palavras-chave: Património vivo, autenticidade, conservação, China, Aldeia de Hongcun

Abstract

With the expansion of the concept and connotation of heritage, those who with "living" characteristic have received an increasing attention. Since the Charter of Venice promulgated in 1964, as one of the basic principles for defining, examining and supervising cultural heritage, the principle of "authenticity" has been a matter of concern in the field of heritage conservation at world and regional level. Because the historical and cultural context of China and the characteristics of heritage are very different from those of the West, it is of great significance to explore the authenticity in the theory and practice of heritage preservation under the context of Chinese culture.

Based on the concept of living heritage, this paper summarizes the living heritage approach focused on people (Part 1), and draws on the experience of international heritage conservation and the study of authenticity originating in the West to analyze the reflection of authenticity in Chinese heritage protection system in the unique vernacular background (Part 2).

Taking the "ancient villages" as the starting point, and the Village of Hongcun, one of the first two Chinese villages to enter the World Heritage List since 2000, is used as a case study to explore the application of the principle of authenticity in its existing conservation model (Part 3). We reveal that the living heritage with continuity in several aspects can be considered as an authentic one. Finally, by discovering that the heritage protection in the Hongcun case is too focused on material authenticity and commercial development, the dissertation helps people systematically understand the living heritage, calls attention to the essential principles in practice of its conservation and the adoption of appropriate measures, especially the participation of the core community.

Keywords: Living heritage, authenticity, conservation, China, Hongcun village

摘要

随着遗产概念和内涵的扩大，具有“活态”特征的遗产越来越受到重视。自 1964 年颁布的威尼斯宪章以来，作为界定、评估和监督文化遗产的基本原则之一，“真实性”一直是世界和各地区的遗产保护领域关注的问题。由于中国的历史文化背景和遗产特征与西方存在差异，因此，在中国文化背景下，对遗产保护理论与实践真实性的探讨具有重要意义。

论文从活态遗产的概念出发，总结以人为本的活态遗产保护方法（第一部分），并借鉴源起与西方的遗产保护理论，针对中国遗产自身的特色与历史文化背景，分析中国遗产保护系统中真实性的反映（第二部分）。借助古村落作为活态遗产保护的切入点，以首批被纳入联合国世界文化遗产的古村落之一的“宏村（安徽）”为例，探究其现有的遗产保护模式中真实性的运用与体现，说明对于活态遗产，对其各个层面延续性的把握即是真实性的体现（第三部分）。最后，通过发现宏村案例中遗产保护过于注重物质真实性和商业开发的问题，来帮助人们系统认识活态遗产，强调在保护实践中坚持必要的保护原则，把握保护的重点，并采取适宜的措施，特别是核心社群的参与。

关键词：活态遗产，真实性，遗产保护，中国，宏村

Índice de Figuras

Figura 1. Conceito do “patrimônio vivo” proposto por Gamini Wijesuriya.....	42
Figura 2. Diagrama circular proposto por Van Loon.....	81
Figura 3. Mapa da cidade de Huangshan.....	117
Figura 4. Mapa da rede hidrográfica da aldeia de Hongcun.....	120
Figura 5. Água correndo fora e dentro de moradias, e os aldeões fazem lavagens nas valas.....	121
Figura 6. Lagoa da Lua e construções circundantes.....	122
Figura 7. O Templo Lexu, o templo ancestral principal de Wang.....	122
Figura 8. Escola privada Yiwen em Hongcun.....	125
Figura 9. Salão de Chengzhitang em Hongcun.....	126
Figura 10. “Os muros de cabeça de cavalo” de Hongcun.....	128
Figura 11. “Tianjing (poço celestial) ”	128
Figura 12. Plano e elevação do salão principal da Shurentang de Hongcun.....	129
Figura 13. Esculturas de tijolos e de madeira.....	130
Figura 14. Escalas de zonas de conservação em três classes, da aldeia de Hongcun.....	133
Figura 15. Vigas restauradas da Casa Chengzhitang em Hongcun.....	134
Figura 16. Evolução de uso da terra das aldeias de Hongcun e Jicun em 1999 e 2018.....	138
Figura 17. Planejamento geral de conservação da aldeia de Hongcun (1999).....	139
Figura 18. Área comercial na entrada da aldeia de Hongcun. Construções habitacionais e hotéis recém-criados que ficam na aldeia oposta.....	142
Figura 19. A preparação do festival do desfile de lanternas de peixe de 2012, na aldeia de Wang Mantian.....	145

Figura 20. As crianças da aldeia de Wang Mantian a recolherem os fundos de festival do desfile de lanternas de peixes.....	146
Figura 21. O desfile de lanternas de peixes abençoava cada lar da aldeia de Wang Mantian	146
Figura 22. Canais secos dentro da aldeia de Hongcun.....	148

Índice de Tabelas

Tabela 1. Significado da “continuidade” classificado por vários autores	37
Tabela 2. Definição de “património vivo” a partir de estudos de vários autores.....	40
Tabela 3. Documentos internacionais que conformam o espírito da Carta de Veneza.....	48
Tabela 4. Tipos de práticas tradicionais de manutenção do património vivo.....	54
Tabela 5. Estratégias das três abordagens para a conservação do património.....	63
Tabela 6. Dimensões da Autenticidade propostas pelos Protocolos de Hoi An.....	74
Tabela 7. Legislação e regulamentação principal da China sobre a conservação patrimonial.....	102
Tabela 8. Documentos internacionais que referem a conservação das aldeias.....	112
Tabela 9. Breve resumo da evolução de mecanismo de gestão e desenvolvimento turístico de Hongcun.....	135
Tabela 10. Estrutura da força de trabalho da aldeia de Hongcun em 2007 e 2010.....	140

Lista de abreviaturas e siglas

AHD - Authorized Heritage Discourse

APSARA - Autorite pour la Protection du Site et l'Amenagement de la Region d'Angkor (do Camboja)

DAC - Department of Arts and Culture (of South Africa)

DGPC - Direcção-Geral do Património Cultural (de Portugal)

ICCROM - The International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites

IFLA - International Federation of Landscape Architects

ITUC - Integrated Territorial and Urban Conservation Programme

LHA - Living Heritage Approach

MOC - Ministry of Culture (of China)

MOF - Ministry of Finance (of China)

MOHURD - Ministry of Housing and Urban-Rural Development (of China)

NBSC - National Bureau of Statistics of China

NPCSC - The Standing Committee of the National People's Congress (of China)

RCCVC - Research Center of Chinese Village Culture

PPC - República Popular da China

SACH - State Administration of Cultural Heritage (of China)

SAT - State Administration of Taxation (of China)

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

Com a expansão do conceito de património, a sua característica "viva" tem recebido cada vez mais atenção. Desde os princípios estabelecidos pela Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (1964) a monumentos estáticos, até aos documentos como a Carta de Florença (1982) e as Orientações para a Aplicação da Convenção do Património Mundial, que propõem os conceitos de “culturas e tradições vivas” e “monumento vivo”. Desde a Convenção de 2003, que propõe a salvaguarda do património cultural imaterial, até à Declaração de Xi'an de 2005, que apresenta o conceito de “entorno” para a proteção integral do património material e imaterial...Paisagem cultural, canal, aldeia e cidade histórica entram gradualmente no sistema de proteção do património mundial com o conceito de “património vivo”, e este torna-se um “tema quente” na investigação sobre a conservação dos bens patrimoniais.

O termo “conservação” nesta dissertação segue as definições no Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994), na Carta de Burra (1999) e na Carta Indonésia para a Conservação do Património (2003), refere-se a todos os esforços de “prestação de cuidados a um sítio por forma a que ele retenha o seu significado cultural”, tais como processo de preservação, e ações interventivas “de restauro, reconstrução, revitalização, reutilização adaptativa ou de desenvolvimento seletivo”.

Na teoria e prática da conservação patrimonial no Ocidente, especialistas adquiriram uma vasta experiência, promulgaram e adotaram uma série de leis, regulamentos e cartas regionais e internacionais. Entre os princípios e métodos propostos pela teoria clássica de conservação, o princípio da autenticidade é um dos mais fundamentais. Nas décadas desde a promulgação da Carta de Veneza (1964), esse princípio tem sido continuamente discutido e enriquecido, o que mostra que a cognição humana do valor do património está em constante aperfeiçoamento, e a conservação do património em todo o mundo continua a evoluir e a avançar. Devido às diferenças na natureza do património estático e dinâmico, em que um está baseado na continuidade funcional e o outro não, as suas abordagens em termos de conservação são também diferentes (Poulios, 2010; Tunprawat, 2009). Contudo, atualmente,

os objetos de discussão da preservação e salvaguarda do património nos meios académicos concentram-se principalmente nos sítios e na sua autenticidade. Como revela Jukka Jokilehto (2007:285), apesar que algumas das questões terem sido discutidas por um longo período, como as relacionadas com monumentos antigos e sítios arqueológicos, tendo em conta que o património é agora percebido como compreendendo todo o ambiente construído e natural, a implementação da teoria da conservação, no caso de áreas urbanas históricas ou paisagens rurais vivas, é uma questão em contínua evolução. Em termos de conservação do património vivo, a partir de paradigmas da Grécia e Nova Zelândia, os estudiosos Ioannis Poullos (2010, 2011, 2014a, 2014b) e Gamini Wijesuriya (2007, 2015) complementam e melhoram o conceito sistematicamente e, com base nisso, o sentido da “abordagem do património vivo (*Living Heritage Approach*)” proposto pelo ICCROM, também foi enriquecido. No entanto, a pesquisa teórica internacional sobre a autenticidade, no processo de conservação deste tipo de património, ainda é limitada e a maioria das discussões na região asiática estão concentradas no Sudeste Asiático e Japão. Por exemplo, Patcharawee Tunprawat (2009) fez um estudo holístico da preservação e gestão patrimonial no sudeste da Ásia, Wijesuriya (2000) a partir da conservação e restauro dos templos religiosos vivos no Sri Lanka, e Britt Baillie (2006) analisa e avalia a conservação atual de Angkor Wat (Camboja). Na China, o estudo teórico da autenticidade ainda está na sua fase inicial, enquanto o conceito de património vivo não é popularizado e aceite. Atualmente, a discussão sobre o tema começa a direcionar-se para a salvaguarda do património imaterial, embora o principal foco ainda seja no nível material (Li, 2009). Portanto, na presente fase, o estudo e crítica da autenticidade na conservação do património vivo da China é de grande importância.

Com base nestes contextos, esta dissertação desenvolve uma hipótese que é: o pensamento e a prática atuais de conservação patrimonial da China não refletem uma compreensão suficiente do conceito do património vivo e da autenticidade, nem das suas características. Embora seja considerado, teoricamente, o princípio de autenticidade, ele foi aplicado mais na prática da conservação do suporte material do património, a “autenticidade material (*material authenticity*)” devido a um entendimento parcial do conceito. Contudo,

será importante, para a salvaguarda do património vivo, que a aplicação do conceito de autenticidade se alargue e inclua o aspeto imaterial.

Objetivos e justificação

O Documento de Nara (1994) enfatiza a diversidade cultural. *Hoi An Protocols for Best Conservation Practice in Asia* (Protocolos de Hoi An Para Melhores Práticas de Conservação na Ásia) de 2005 confirma também que haverá diferenças quando se observa a autenticidade em diferentes contextos culturais. O contexto histórico e cultural, o sistema social e económico da China é muito diferente daqueles, no Ocidente, pois, o que se procurará saber, no presente trabalho, é em que medida o conceito de autenticidade se reflete nas teorias e práticas atuais de conservação patrimonial da China, especialmente, do património vivo, no contexto cultural vernáculo. Ao falar de seleção de paradigma, a aldeia tradicional associa à arquitetura, a natureza, comunidades e folclores, tornando-o um tipo de património vivo complexo e abrangente, razões pelas quais foi escolhida como objeto de estudo, por causa do seu ambiente integral, de difícil sobrevivência na China.

Nestes últimos anos, a rápida modernização e urbanização tem um poderoso impacto nas cidades e aldeias históricas chinesas. Em 2011, o Instituto Nacional de Estatística da China (NBSC¹) anunciou que os residentes permanentes urbanos excederam a população rural pela primeira vez (totalizaram 690,79 milhões, representando 51,27%). Feng Jicai, um estudioso chinês, apontou que, em 2000, o número total de aldeias naturais do país (refere-se ao povoamento/assentamento natural das áreas rurais na China) era de 3,63 milhões. Dez anos depois, até 2010, o número caiu, fortemente, para 2,71 milhões, ou seja, 1900 mil aldeias naturais foram reduzidas. Fazendo parte das aldeias naturais, as aldeias tradicionais foram também drasticamente reduzidas e enfrentaram o perigo da desintegração com o “estabelecimento de novas aldeias socialistas²”. Como parte mais marginalizada no campo da conservação patrimonial chinesa, as aldeias tradicionais estão rapidamente a modernizar-se e

¹ National Bureau of Statistics of China. (2012). China Statistical Yearbook 2012. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2012/indexeh.htm>, última consulta em 22 de setembro de 2018.

² Programa do Governo da República Popular da China em 2006, que tem como objetivo o desenvolvimento rural (Ahlers & Schubert, 2013).

a urbanizar-se, e sofrem o esvaziamento e envelhecimento da sua população. É nesta tendência que as paisagens coloridas e distintivas de muitos sítios patrimoniais perderam as suas características históricas e tornam-se idênticas e estereotipadas (Feng, 2013:8).

Podemos ainda assinalar uma segunda vertente: é que, as intervenções inadequadas de conservação prejudicaram também o desenvolvimento sustentável do património vivo, tanto em cidades como em aldeias históricas. À medida que mais património foi sendo classificado como “natureza viva”, designado pela UNESCO (por exemplo, Angkor Wat de Camboja) e, a população residente foi aumentando, criou-se um conflito entre os recursos culturais e económicos, entre a sobrevivência da comunidade local e o interesse das autoridades locais ou nacionais, que desejavam promover o turismo e dar-lhe um lugar mais proeminente (Miura, 2005:5). No artigo *Place, local distinctiveness and local identity: Ecomuseum approaches in Europe and Asia* (Sítio, carácter distintivo local e identidade local: abordagens do ecomuseu na Europa e na Ásia), na discussão final do caso chinês, os autores argumentaram que ainda existe o risco de que, na transformação de culturas vivas em meras exposições, haja a perda potencial de autenticidade e identidade cultural (Corsane, Davis & Murtas, 2009). Com o aumento da exploração patrimonial na China, visando buscar benefícios a curto prazo, lucros rápidos, o gestor implementa sempre a intervenção comercial excessiva do sítio patrimonial, causando sérios danos à autenticidade da propriedade. Embora o desenvolvimento do turismo, em muitas áreas rurais, aumente realmente a confiança da população local na sua própria cultura, e promove a reparação e a prosperidade do património vernáculo, no entanto, por outro lado, a contradição entre o turismo rural e a salvaguarda do património também sucedeu. O património nas áreas rurais tornou-se o principal recurso turístico para atrair turistas, e o modo de operação comercial levou à perda gradual da conotação cultural do património, bem como o seu valor e significância originais (Guo, Lin & Mo, 2011).

Deste modo, e tendo em consideração o grande número de aldeias tradicionais existentes na China, a aldeia de Hongcun (Província de Anhui), uma das duas primeiras aldeias chinesas a entrar na Lista do Património Mundial, desde 2000, pela designação de *Ancient Villages in Southern Anhui* (As aldeias antigas no Sul de Anhui), foi escolhida como

o caso para estudarmos neste trabalho. Deu-se o título de “aldeia antiga” que, na verdade, é um termo unicamente dado na China (a análise deste título pode ser encontrada na terceira parte do texto). A nossa perspetiva quer esclarecer o conceito de património vivo e a componente de autenticidade na sua conservação, fazer a sua análise com base nas características próprias do sistema social, da história e da cultura específica da China. Tomando como ponto de partida as aldeias tradicionais, descobrirá a incorporação de autenticidade nos princípios e práticas existentes de preservação e salvaguarda patrimonial chineses, e propor soluções.

Perante isto, esta investigação tem ainda objetivos específicos a acrescentar:

- explorar a origem do conceito do “património vivo” e os seus significados concretos, resumir as abordagens existentes sobre a conservação patrimonial e revelar a conotação-chave e os princípios da “Abordagem do Património Vivo” (*Living Heritage Approach*, abreviada como LHA), através da comparação com abordagens convencionais;

- clarificar a origem e conotação do princípio de autenticidade, identificar e analisar os seus significados diferentes na proteção do património estático e vivo, a fim de fornecer orientações teóricas para análise do caso;

- analisar a perspetiva das características culturais chinesas, resumir o conceito de autenticidade no contexto da história e da cultura da China e a sua reflexão através das leis e regulamentos relacionados com proteção patrimonial, que é um complemento necessário à conotação de autenticidade sob a premissa de respeito pela diversidade cultural.

- através de estudos de caso, realizar uma verificação da racionalidade e inadequação da proteção das aldeias tradicionais existente da China, analisar a aplicação do conceito de autenticidade na teoria e na prática da conservação do objeto de estudo e, enfim, fazer uma crítica e fornecer uma referência para o desenvolvimento sustentável e a conservação do património vivo, como são as aldeias tradicionais.

Fontes e metodologia

Em relação às opções metodológicas, a resposta aos objetivos definidos exige a utilização de fontes de tipos diferentes. Na parte teórica, para responder às questões que irão

surgir no desenvolver da problemática, obras, artigos de reflexão, publicações e dissertações académicas, acerca de autenticidade na conservação patrimonial e do património vivo, servirão de suporte no processo de construção da contextualização ao tema do nosso trabalho. Para as referências e citações no texto, o sistema APA (*American Psychological Association*) será usado.

Quanto à noção de autenticidade e de património vivo, metodologicamente, procura-se esclarecer e sistematizar conceitos, introduzindo a ideia de continuidade e mudança no processo de evolução do património e as diferenças entre património estático e dinâmico. Por isso, análises textuais serão feitas. De entre as obras mais significativas, encontram-se as produzidas por Ioannis Poullos (2010, 2014a) e por Gamini Wijesuriya (2015) para entender a evolução e o enriquecimento da conotação de património vivo. Assim como *History of architectural conservation* elaborada por Jukka Jokilehto (2002) que faz uma descrição de forma detalhada e completa do desenvolvimento da conservação do património arquitetónico, como monumentos nos níveis internacional e regional, e as de David Lowenthal (1985, 1999, 2008) que oferecem referências por uma narrativa panorâmica da origem e evolução do conceito de autenticidade. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, fazendo-se análises comparativas como instrumentos de legitimação da hipótese, procura-se evitar o uso da teoria de forma acrítica.

Ainda, os conceitos e a relevância da autenticidade e de conservação do património vivo, em aldeias tradicionais na China e no mundo, levou-nos a pesquisar informação em diversos sítios Web das organizações nacionais e/ou internacionais, dedicadas à preservação do património cultural, por exemplo, os da UNESCO, do ICOMOS, da DGPC e da SACH, tendo sido realizada a pesquisa em língua portuguesa, inglesa e chinesa, para obter cartas, declarações, leis e regulamentos, e analisar os conteúdos ligados ao tema.

Na parte relacionada com a cultura tradicional chinesa, foram utilizadas obras literárias como a de Liu Su (2014) sobre a arquitetura chinesa, a de Meng Tong (2008) que aborda a conceção do tempo, e a de Wu Hong (2013) que discute a consideração estética das ruínas arquitetónicas do povo chinês, em particular as vertentes que distinguem e destacam a

singularidade da ideia de conservação patrimonial da China. Além disso, clássicos filosóficos chineses afiguram-se também de uma importância extrema. Apesar de usar livros publicados em vários idiomas como fontes primárias, por exemplo, o clássico taoístico *Dao De Jing*, escrito por Lao Zi, traduzido em português, francês e inglês, pesquisou-se ainda recursos eletrónicos no sítio *Chinese Text Project*³, tendo sido realizada a pesquisa em língua inglesa e chinesa, procurando perceber em que medida as concepções sobre a cultura, a natureza e, até, o universo continuaram a ser transmitidas ao longo de milhares de anos e ainda têm influência nos conceitos culturais modernos chineses.

Para que se chegue a um aprofundamento verdadeiro do tema estudado, a pesquisa passou à outras etapas que exigiam a aproximação historiográfica. Além do uso dos métodos acima descritos, leitura de obras e leis para clarificar teoricamente o significado de “aldeia antiga” e estendê-lo ao de “aldeias tradicionais”, tentando entender o carácter distintivo, a identidade e a estratégia local de conservação de um sítio, seguiu-se o estudo da história local que revela a condição cultural, administrativa e socioeconómica do objeto de pesquisa de período em questão, e foi uma parte crucial do trabalho. Esta parte usa fontes secundárias, como bibliografia de apoio que é basicamente constituída por obras relativas à historiografia local de Hongcun, para resumir o contexto histórico local.

A fase seguinte foi a de procura de informação que nos conduziu à situação atual de preservação e gestão patrimonial da aldeia de Hongcun e à reflexão de autenticidade, levando-nos a realizar uma pesquisa no campo, entre os dias 3 e 8 de julho de 2018, consultando os dados estatísticos oferecidos pelo comité da aldeia e pela Câmara Municipal de Vila de Hongcun, e fazendo entrevistas com pessoas relevantes relacionadas com a conservação da aldeia, especialmente o Sr. Zhang Jianping, fotógrafo e voluntário de proteção do património da região de Huizhou, o Sr. Wang Senqiang, escritor local da aldeia, e o Sr. Zhu Shengrong, deputado ao Congresso Nacional do Povo da Vila de Hongcun. Além disto, foram consultadas fontes ligadas às novas tecnologias de acesso à informação, como a disponibilizada através da *internet*, tal como notícias e *blogs*, meios importantes de mediação junto da sociedade e de

³ Site com base de dados de texto antigo e dicionário, cujo objetivo é apresentar cópias precisas e acessíveis de textos chineses antigos (em particular, textos das dinastias pre-Qin e Han, Séc. XXI a.C.-Séc. III d.C.). Disponível em: <http://ctext.org/ens>, última consulta em 24 de setembro de 2018.

formadores de opiniões. Embora nem sempre se tenha uma completa informação sobre algumas vertentes de conservação patrimonial local, procurou-se fazer uma síntese de dados pertinentes relativos à análise abrangente da situação atual da aldeia de Hongcun, no sentido de refletirmos sobre a sua autenticidade e construirmos um julgamento crítico e relativamente objetivo.

Assim, a presente dissertação envolveu, numa primeira fase, a realização de leituras exploratórias que acabaram por conduzir à identificação de todas as fontes de informação primárias e secundárias. Depois, procedemos ao tratamento de informações recolhidas, de modo a selecionarmos os conteúdos necessários para respondermos às questões mencionadas anteriormente. A recolha de fotografias atuais da aldeia, assim como a utilização de gráficos que ilustram a evolução populacional e espacial, de modo a efetuarmos uma comparação do passado e do presente, também se afigurou como uma parte importante deste trabalho.

Com estes dados, é possível desenhar e estruturar este estudo final, que se encontra dividido em 3 partes e 5 capítulos.

A primeira, desenvolve-se em dois capítulos nos quais se procede ao enquadramento teórico, através da realização de uma abordagem relativa à conservação do património vivo, identificando-se conceitos em torno de alguns termos nucleares, baseados na literatura.

Numa segunda parte, pretende-se fazer uma apresentação sumária do desenvolvimento do princípio de autenticidade na área de conservação patrimonial, nos capítulos 3 e 4, bem como descobrir a influência das culturas tradicionais chinesas na criação da consciência de autenticidade e a sua incorporação nas leis e regulamentos da China, discutindo-se se o princípio de autenticidade se pode adaptar à situação nacional chinesa.

Por último, a terceira parte, o capítulo 5 resulta do cruzamento da informação anterior, depois de se clarificar o conceito de “aldeias antigas”, aplicada ao estudo do caso que é a aldeia de Hongcun, que nos levou a registar e analisar a condição atual da conservação do património nesta área rural. Pretendeu-se, com este capítulo, ir mais além do que a simples comparação e análise do ponto crucial do problema, procurando-se perceber que logística, ou seja, que prós e contras existem no seu sistema de preservação e gestão, refletindo-se

criticamente sobre todos estes dados, suscitando-se discussões que se procurarão aprofundar, no futuro.

Vale ressaltar que, existe algumas dificuldades em termos de redação da presente dissertação na Língua Portuguesa por causa da nossa origem chinesa. Apesar de que o objeto de estudo prático, “Hongcun”, situa-se na China, porque não nascemos na aldeia, os dialetos locais também são um grande desafio. Um outro problema trazido pelas barreiras da língua é a dificuldade de nossa integração na comunidade local, já que muitos aldeões (o que até mesmo inclui a autoridade) não estão dispostos a comunicar com pesquisadores de outras regiões. Portanto, foi a ajuda das algumas pessoas locais como intermediador de comunicação, tais como nossos entrevistados, Zhu e Wang, que fez a investigação do campo ser capaz de avançar. Além disso, devido à limitação do tempo de submissão do trabalho, há muitos conteúdos que não conseguem ser discutidos em mais pormenor, como a transcrição de entrevista e a recolha de dados recentes mais precisos. Isso é a imperfeição deste trabalho, mas também o objetivo das investigações futuras.

PARTE 1
TEORIAS RELACIONADAS COM A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO
VIVO

Capítulo 1 - Definição e origem do conceito de "património vivo"

O que é "património"? O que é "património vivo"? Wijesuriya (2015:1) argumenta que definir "o património em si é uma tarefa desafiadora e torna-se ainda mais desafiador quando uma dimensão ‘viva’ é-lhe adicionada".

O entendimento das pessoas sobre o património não é feito de uma só vez. Com a evolução da sociedade, o conceito de património em si sofreu mudanças surpreendentes, enquanto o mundo apresenta uma tendência de desenvolvimento diversificada. A partir do século XX, face à aproximação às diferentes regiões culturais e geográficas, especialmente quando os monumentos fora da Europa (Extremo Oriente e África) começam a entrar no sistema do Património Mundial, gradualmente percebeu-se a existência de um grande número de referências ao património "vivo" e ao seu valor, cuja importância cultural está expressa na sua função de património. Desde os "monumentos, conjuntos e sítios" até a um "processo cultural", a interação entre o património material e a cultura imaterial é manifesta e a ligação às comunidades é enfatizada (Smith, 2006:44-45). Embora a abordagem sobre a conservação do património vivo pareça muito recente, as preocupações dos seres humanos sobre a "natureza viva" do património já se faz há muito tempo. O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma reflexão sobre o termo património, qual o momento do surgimento do conceito de “património vivo” e como decorreu a sua evolução.

1.1. Origem e evolução do conceito

No livro *History of Architectural Conservation*, ao introduzir os princípios de restauração do património arquitectónico, Jukka Jokilehto (2002:149-150) refere que, em França, na década de 1840, o debate entre restaurar e preservar dependia da diferença temporal: alguns monumentos faziam parte de uma civilização distante, enquanto que outros continuavam a celebrar o culto e as cerimónias antigas. A este respeito, o representante dos *Comités historiques in Tours* (em França), J-J.Bourassé, considerou que se deveriam distinguir as diferentes formas de conservar: os monumentos que pertenciam a "um capítulo fechado" na história, como os da Roma antiga, deviam ser preservados no seu estado atual

como um documento ou como um fragmento de um documento; para os edifícios que ainda conservassem suas funções originais e ainda estivessem em uso, como as igrejas cristãs, que "representam uma tradição viva", deviam ser mantidos e cuidados para garantirem seu funcionamento como parte da nossa sociedade (em Jokilehto, 2002:149-150). Meio século depois (no final do século XIX), um arquiteto belga, Louis Cloquet, propôs os conceitos de "monumentos vivos (*living monuments*)" e "monumentos mortos (*dead monuments*)". "Monumentos mortos" referem-se àqueles que "têm principalmente valor documental, pertencendo a uma civilização passada ou que servem fins obsoletos", e "monumentos vivos" tais como igrejas, edifícios com uso contemporâneo, por continuarem a ser usados por comunidades e a servirem os fins para os quais foram originalmente destinados (em Jokilehto, 2002:250). As suas ideias chamaram a atenção do Sexto Congresso Internacional de Arquitetos em Madrid, em 1904. No segundo tema do Congresso que é "preservação e restauração dos monumentos arquitetónicos", a sua proposta foi adotada da seguinte forma:

2. Os monumentos mortos devem ser preservados apenas porque são um fortalecimento indispensável para evitar que eles acabam em ruínas; uma vez que a importância de tais monumentos consiste no seu valor histórico e técnico, que desaparece com os próprios monumentos.

3. Os monumentos vivos devem ser restaurados para que possam continuar a ser úteis, pois na arquitetura, a utilidade é uma das bases da sua beleza (Locke, n.d.)⁴.

Como se pode ver, o Congresso aceita que a conservação de "monumentos mortos" se resume a consolidá-los e preservá-los, enquanto que, para os monumentos vivos, o valor de uso é o mais importante, o objetivo principal de proteção e de restauro é a continuação da sua função.

A partir do século XX, arquitetos e arqueólogos começam a prestar mais atenção à natureza viva do património. Em 1903, Alois Riegl (1903:4), historiador da arte vienense, distinguiu "os monumentos intencionais (*intentional monuments*)" e "os monumentos

⁴ Tradução própria a partir do texto original: "2. Dead monuments should be preserved only by such strengthening as is indispensable in order to prevent their falling into ruin; for the importance of such a monument consists in its historical and technical value, which disappears with the monument itself. 3. Living monuments ought to be restored so that they may continue to be of use, for in architecture utility is one of the bases of beauty." Cf. Locke, W. J. (n.d.). Recommendations of the Madrid Conference (1904). *The Getty Conservation Institute*. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/research_resources/charters/charter01.html, última consulta em 27 de abril de 2018.

históricos (*historical monuments*)" os quais são “não-intencionais (*unintentional*)” na sua obra *Moderne Denkmalkultur: sein Wesen und seine Entstehung* (*The Modern Cult of Monuments: Its Character and Its Origin*, traduzida por Forster and Ghirardo). O valor central dos primeiros reside principalmente no valor de memória intencional (*intentional commemorative value*) que os construtores lhe deram quando foi criado, e o último obteve seu valor histórico e artístico na sua existência a longo prazo. Para este tipo de arquitetura, o mais importante é o seu valor de antiguidade (*age-value*)⁵, a passagem de um período de tempo. O autor, consciente das necessidades emocionais da humanidade moderna sobre o passado, vincula o passado ao presente, indicando que os monumentos históricos parecem catalisadores indispensáveis que desencadeiam no espectador um senso do ciclo de vida, e “esse efeito emocional imediato não depende do conhecimento escolar nem da educação histórica, pois é evocado pela mera percepção sensorial⁶”. Esse “valor de antiguidade” acumulou-se juntamente com o processo histórico, refletido nos edifícios históricos, desde o estado inicial até o estado “atual”. O objetivo de preservar este tipo de valor é preservar os traços do tempo e revelar o processo do desenvolvimento do edifício, no decurso do tempo. Riegl acredita que os valores fundamentais variam segundo os diferentes tipos de monumentos, sendo que as diversas estratégias de conservação devem ser adotadas: para “os monumentos históricos”, o seu valor deriva dos significados funcionais e culturais que lhe são constantemente atribuídos após sua construção, que é um tipo de monumento em constante evolução. Em comparação com a classificação de Cloquet, embora Riegl não use a palavra “vivo”, ele enfatiza mais o valor dos monumentos históricos adquirido no decorrer do tempo, e coloca maior ênfase no significado cultural desse tipo de património. Em 1913, o arquiteto e arqueólogo inglês Charles Peers também notou a diferença entre os monumentos usados e os que se tornaram em ruínas:

Existe uma grande distinção entre edifícios ainda ocupados e edifícios que estão em ruínas. Os edifícios que estão em uso, cuja história ainda está a aumentar, eles estão

⁵ Sobre a tradução dos valores propostos por Riegl, segui o livro «O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos», traduzido por João Tiago Proença. Cf. Riegl, A. (2013). *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Introd., trad e notas João Tiago Proença, Lisboa: Edições 70.

⁶ Tradução própria a partir do texto original: “These monuments are nothing more than indispensable catalysts which trigger in the beholder a sense of the life cycle (...) This immediate emotional effect depends on neither scholarly knowledge nor historical education for its satisfaction, since it is evoked by mere sensory perception.”

vivos. Os outros que ruem estão mortos, a sua história está terminada⁷ (Forsyth, 1914, citado por Emerick, 1998:183).

Em meados do século XX, a influência da antropologia no domínio da investigação sobre o património emergiu gradualmente. No livro *Culture and Society* (Cultura e Sociedade), Raymond Williams (1960) propõe o conceito de "cultura viva (*lived culture*)", pensando que mesmo que seja sempre forte a tentação de se concentrar em evidências externas, uma cultura nunca pode ser reduzida aos seus artefactos enquanto está sendo vivida pelas pessoas (Williams, 1960:343). Sobre isso, John Storey (2009) explica que a chamada “cultura viva” refere-se à que é vivida e experimentada pelas pessoas, na vida cotidiana, num espaço particular e num determinado momento, no tempo; somente aqueles que realmente a viveram podem ter pleno acesso a essa cultura⁸ (Storey, 2009:46). Alan Jabbour (2003) ilustra as diferentes interpretações da arquitetura e da antropologia sobre a cultura e a conservação patrimonial: os arquitetos tendem a usar uma série de termos para descrever o estilo arquitetónico da época; os folcloristas e antropólogos culturais começam a sua pesquisa por interpretar a cultura e o conceito de "cultura viva (*living culture*)". A cultura é um fenómeno vivo e orgânico, as pessoas do tempo atual são o centro da pesquisa e o passado é o cenário que enquadra o presente. A história é uma forma importante de entender o presente, enquanto o presente também é usado para explicar o passado.

Pode-se ver que embora a área da conservação patrimonial não se refera diretamente ao conceito de "património vivo" antes do século XXI, a atenção passou gradualmente de se concentrar numa única entidade cultural (material) para se focar num processo cultural dinâmico.

No âmbito do património mundial, a atenção para com a componente “viva” do património também é um processo de exploração contínua. Embora haja uma diferença na academia sobre o momento em que a noção do património surgiu pela primeira vez⁹, é

⁷ Tradução própria a partir do texto original: “There is a great distinction between buildings which are still occupied and buildings which are in ruins. Buildings which are in use are still adding to their history; they are alive. Buildings which are in Ruin are dead; their history is ended.”

⁸ Tradução própria a partir do texto original: “Lived culture is culture as lived and experienced by people in their day-to-day existence in a particular place and at a particular moment in time; and the only people who have full access to this culture are those who actually lived its structure of feeling.”

⁹ Por exemplo, de acordo com Desvallées & Mairesse (2013:47), Leibniz (1690), Puthod de Maisonrouge (1790) e Boissy

inegável que os estudiosos tendem a pensar que o desenvolvimento da teoria patrimonial é um processo "ocidentalizado", baseando-se numa conceção ocidental de transmissão (Butler, 2006; Desvallées & Mairesse, 2013; Prentice, 1993). Em particular, a conservação patrimonial moderna, baseada na *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios* (1964) (a seguir designada Carta de Veneza), deriva também da experiência resumida na prática europeia, especialmente do desenvolvimento do conceito de conservação do século XIX na Europa. Através da promoção cultural e tecnológica por organizações internacionais, como a UNESCO, a teoria apresentada na Carta influenciou a formação do sistema de preservação das “relíquias” culturais em muitos países fora da Europa (Lu, 2015).

Contudo, em face de várias questões, nomeadamente com a expansão do conceito de património e a conservação patrimonial no contexto da diversidade cultural, as limitações da Carta de Veneza com base no objetivo de conservação física começaram a ser apontadas (para uma discussão mais detalhada sobre este assunto, ver capítulo 2). Alguns estudiosos envolvidos na formulação da Carta de Veneza confessaram que não consideraram as complexidades do património quando codificaram a Carta. Como ressalta Gertrude Tripp, uma estudiosa austríaca, numa entrevista:

“Imaginávamos que a nossa *Carta del Restauro* de 1964 (Carta de Veneza) teria um significado universal, sendo aplicável em todo o mundo... No entanto, hoje posso confessar que havia muito que não sabíamos. Estávamos convencidos que éramos suficientemente inteligentes, no entanto, não entendemos quais eram as dificuldades. Quando, mais tarde, participei numa conferência do ICOMOS, alguém me perguntou: o que devemos fazer com as cabanas de palha na Austrália? Isso é algo que realmente nunca pensámos (Jokilehto, 2011:36)¹⁰.”

Assim, em face de diferentes regiões culturais e geográficas, especialmente depois que

d'Anglas (1794) pensava-se que a noção do “património cultural” aparecera no século XVII, antes de ser retomada pela Revolução Francesa; Prats (2009:80) refere que a noção e a ativação do património surgiram durante a Revolução Industrial e as revoluções burguesas; Prentice (1993:21) e Butler (2006) indicaram que a palavra “património” surgiu na Europa na década de 1970, à medida que um novo campo académico surgia.

¹⁰ Tradução própria a partir do texto original: “We imagined that our *Carta del Restauro* of 1964 would have universal significance, being applicable in the whole world... However, today I can confess: there was much that we simply did not know. You know, we were convinced that we were sufficiently clever. But we did not understand where the difficulties were. When I later participated in an ICOMOS conference, someone asked: what shall we then do with the straw huts in Australia? This is something that we had not really thought about.”

os patrimónios das regiões não-europeias entraram no sistema do Património Mundial, as pessoas começaram a repensar o valor e a natureza do património, bem como seus significados e funções na vida social contemporânea.

Em 1982, a *Carta de Florença sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos* considera os jardins históricos como um "monumento vivo" (Artigo 3º, ICOMOS, 1982a), convocando o estabelecimento de regras específicas para a sua salvaguarda. Na década de 1990, o Centro do Património Mundial e o ICOMOS organizaram uma reunião de um grupo de trabalho de peritos na sede da UNESCO, em junho de 1994, para se concentrarem na natureza representativa da Lista do Património Mundial e na metodologia para sua definição e implementação, para a qual foram convidados especialistas da Austrália, Brasil, Canadá, França, Alemanha, Níger, Sri Lanka e Tunísia. Nessa “Reunião de especialistas sobre a ‘Estratégia global’ e os estudos temáticos para uma Lista Representativa do Património Mundial (*Expert Meeting on the "Global Strategy" and thematic studies for a representative World Heritage List*)”, o conceito de “todas as culturas vivas (*all living cultures*)” foi proposto. Os peritos observaram que os anteriores critérios de seleção para inclusão na Lista do Património Mundial conduziram a uma divisão excessivamente simplificada entre as propriedades culturais e naturais, com ênfase no valor "arquitetónico" dos monumentos, enquanto o próprio significado dessas culturas tradicionais vivas e o seu relacionamento com o meio ambiente foi mencionado muito pouco:

A Lista (do Património Mundial), na sua forma atual sofre de desequilíbrios geográficos, temporais e espirituais. A lista foca-se nos monumentos arquitetónicos, dando uma visão estreita do património cultural, e não reflete as culturas vivas, as paisagens etnográficas e arqueológicas e muitas das amplas áreas da atividade humana de excecional valor universal¹¹ (UNESCO, 1994a).

Em face dessa seleção, os participantes da reunião sugeriram que no critério (iii)¹², para

¹¹ Tradução própria a partir do texto original: “The List in its present form suffers from geographical, temporal, and spiritual imbalances. With its emphasis still on architectural monuments, the World Heritage List projects a narrow view of cultural heritage and fails to reflect living cultures, ethnographic and archaeological landscapes, and many of the broad areas of human activity which are of outstanding universal value”.

¹² A frase original é “(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma civilização desaparecida”. Tradução própria a partir do texto original: “bear a unique or at least exceptional testimony to a civilization which has disappeared (UNESCO, 1992:5).”

a avaliação do valor universal excecional, nas “Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial de 1992”, a expressão “desaparecida (*which has disappeared*)” devia ser removida, uma vez que excluía as culturas vivas. Na versão final das Orientações de 1994, embora o critério (iii) mantivesse o mesmo que as de 1992, a expressão “tradições vivas (*living traditions*)” foi adicionada no critério (vi) (UNESCO, 1994b:10); a mudança do critério (iii) apareceu nas Orientações de 1996 e nas versões posteriores, os bens devem “(iii) constituir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida (UNESCO, 2005:37)”, havendo uma ligação entre o património e tradições e civilizações “vivas”, aspeto a que foi prestada atenção. O Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994) introduz o conceito de “diversidade cultural (*cultural diversity*)” na conservação patrimonial, o que deixa os patrimónios, que eram inicialmente impossíveis de incluir como “valor universal”, tornarem-se reconhecidos e compreendidos neste novo quadro (Polios, 2011; Lu, 2015). A Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS da Austrália em 1979 e editada em 1981, 1988 e 1999, usa o conceito de “*place*”¹³ para substituir “monumento e sítio”, enfatizando os aspectos intangíveis do significado cultural, a conexão que os *places* têm a ver com as pessoas, e a necessidade de participação do público no processo de tomada de decisão (Jokilehto, 2002:399). Como pode ser visto, se a Carta de Veneza estava focada na preservação material, para as convenções, documentos e cartas posteriores abriu-se uma visão mais ampla, todos os olhares começaram a ser postos em diferentes tipos de conservação do património, em distintos contextos culturais. A ênfase mudou para os valores patrimoniais e o significado cultural das dimensões intangíveis, assim como, também, a “dimensão viva” do património, isto é, a sua evolução ao longo do tempo e a conexão com “as pessoas”.

É após o fim do milénio que o “património vivo (*living heritage*)” é discutido como um tema recorrente (Wijesuriya, 2015:1). Segundo Poullos (2014a:27-28), em 2003, o ICCROM

¹³ De acordo com a Carta de Burra (ICOMOS Austrália, 1999), “*place*” refere-se “*site, area, land, landscape, building or other work, group of buildings or other works, and may include components, contents, spaces and views*”. A versão traduzida para a língua portuguesa por António de Borja Araújo e publicada em 2006 interpreta a palavra “*places*” como “sítios”, enquanto A Direção Regional de Cultura do Norte de Portugal a traduz como “lugares”. Para evitar a ambigüidade com o “monumento e sítio” posterior, aqui mantém-se o formato original dessa palavra em inglês. Cf. Cartas e convenções. (n.d.). A Direção Regional de Cultura do Norte. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>, última consulta em 27 de abril de 2018.

lançou um programa de cinco anos que se chama “o Programa de Sítios do Património Vivo (2003-2008) (*The Living Heritage Sites Program*)” como parte do programa da ITUC¹⁴, lançada em meados da década de 1990. O Programa foi originalmente focado na região do Sudeste Asiático, enquanto gradualmente tomou uma perspectiva muito mais ampla, também ligada a outros programas do ICCROM, focados em outras regiões. A lógica do programa era enfatizar as dimensões vivas dos locais do património, ou seja, encontrar "o seu reconhecimento e relevância para a vida contemporânea, incluindo benefícios para as pessoas e a capacidade delas se envolverem em cuidados contínuos, como guardiães verdadeiros e de longo prazo desses locais¹⁵ (Wijesuriya, 2017:1)". De acordo com Miura (2005), na Reunião de Estratégia do Programa do Património Vivo (*Living Heritage Sites Program Strategy Meeting*) em Bangkok, organizado pelo ICCROM em 2003, Takaki e Shimotsuma definiram o património vivo como “uma medida para avaliar a profundidade da comunicação ou a interação entre bens culturais e populações”, e "os elementos vivos" são “o que trazem oportunidades para criar ou fortalecer a relação entre os bens culturais e populações ou os que motivam a população para cooperar na realização de visões futuras comuns¹⁶ (Takaki & Shimotsuma, 2003, citado por Miura, 2005:6)”. Miura (2005) e Polios (2011) apontam a ambiguidade refletida nesta definição: o significado dos termos de “vivo (*living*)” e de “pessoas ou populações (*people or population*)” é muito amplo e vago, duvidando que certos grupos possam influenciar a identidade do património e o artificialismo da própria terminologia devido às vantagens políticas que traduzem. Por exemplo, Takaki e Shimotsuma argumentam que elementos como o turismo, a religião e os monumentos nacionais podem-se tornar fatores para a noção de “vivos”, assim, alguns lugares, donde os habitantes locais já foram removidos, também podem ser considerados como património vivo. Contudo, Keiko Miura (2005:6) argumenta que, em rigor, os turistas não vivem nem pertencem aos locais

¹⁴ *Integrated Territorial and Urban Conservation Programme* (Programa de Conservação Integrada Territorial e Urbana, ICCROM).

¹⁵ Tradução própria a partir do texto original: “(...) their recognition and relevance to contemporary life, including benefits and interest for peoples and their capacity to engage in continuous care as true and long-term custodians of these sites”.

¹⁶ Tradução própria a partir do texto original: “a living heritage is a measure to evaluate the depth of communication or interaction between cultural properties and the populations, and that ‘living elements’ are what bring opportunities to create or strengthen the relation between cultural properties and the populations, or what motivate the population to cooperate in achieving their common future visions”.

patrimoniais, mas são antes uma população de curta duração, trazendo benefícios económicos. Se os habitantes locais fossem substituídos por turistas, então o conceito desse "elemento vivo" do património torna-se suspeito. Portanto, embora esta compreensão do património vivo “destaque o presente nas atividades de conservação para criar e desenvolver uma comunicação favorável entre o património cultural e a sociedade atual¹⁷”, a autora japonesa pensa que é decisivo dar as explicações necessárias do que se entende por “pessoas (*people*)”, e solicitar uma análise e discussão mais profunda sobre o verdadeiro significado de “vivo (*living*)”.

Shan Jixiang (2008), estudioso chinês, argumenta que o património vivo se refere àquele que não é apenas o testemunho da história e da cultura, mas que continua a ter o uso original, a funcionar na vida social moderna. Lu (2015:21) realça que o património vivo mantém a sua função original, e ainda em processo de formação do seu valor, cuja relação com a vida diária das pessoas é muito mais próxima do que aqueles que já completaram o processo de formação do valor. O estudioso japonês, Nobuko Inaba (2005:45) disse que “vivo” pode ser entendido como o oposto de "morto" e o património vivo se refere a um tipo de património ainda em uso, ou um lugar onde as pessoas realmente vivem integradas. Apesar de as definições diferirem um pouco, em detalhes, pode-se ver que todas se referem ao conceito de uma "continuidade funcional", o que ainda está em uso. Segundo Wijesuriya (2015:3), a “continuidade (*continuity*)” foi decidida como o conceito central do património vivo na Reunião de Estratégia em Bangkok de 2003 (ver acima), e alguns estudiosos (Wijesuriya, Pollios, etc.) seguem a mesma linha de pensamento, e fizeram uma extensão e interpretação mais detalhada sobre o património vivo e a sua continuidade.

1.2. Continuidade - o conceito central do “património vivo”

Para o Ocidente, o conceito de tempo é linear e a divisão entre passado e presente é muito marcada. Todavia, em muitas culturas, a ligação entre o passado, o presente e o futuro não é sempre quebrada ou descontínua, nem pode ser sempre considerada como linear. A

¹⁷ Tradução própria a partir do texto original: “highlight present focuses in the conservation activities to create and develop favorable communication between cultural heritage and the current society”.

civilização oriental, por exemplo, a Índia, tem uma visão cíclica do tempo, e as pessoas acreditam que o tempo e o espaço são circulares (Wijesuriya, 2007; 2015).

Veja-se a China como um exemplo, porque há muitas expressões clássicas sobre o conceito de tempo circular:

*Xiangzhuan*¹⁸ (象传, *xiàngzhuàn*): Não há partida que não seja seguida por um retorno, e isso é a essência (regra) de todos os fenômenos naturais entre o céu e a terra.¹⁹.

*Tao Te Ching*²⁰ (道德经, *dàodéjīng*) (Capítulo 16):

Alcançar o estado do vazio perfeito,

E manter firmemente a tranquilidade.

Todos os seres do mundo seguem seus processos de atividade, simultaneamente, em abundância,

Através disso, contemplamos a sua circulação.

Tudo o que floresce,

Retornará às suas raízes²¹.

*Zhibeiyou*²² (知北游, *zhīběiyóu*): A vida é o seguidor da morte, e a morte é o antecessor da vida; mas quem conhece a regra dessa conexão entre eles²³!

Energia em Potência (兵势, *bīngshì*)²⁴: (O guerreiro) é infinito, como os Céus e a Terra, (...) Desaparece e reaparece, como o Sol e a Lua; perde e renasce, como as Quatro Estações (Sun, 2006:29).

¹⁸ 象(*xiàng*), significa “aparência”, ou “imagem”. Segunda parte de *Yizhuan* (易传, *yìzhuàn*, Comentários sobre as Mutações), chama-se também *Shiyi* (Dez Asas, 十翼, *shíyì*), coleção de comentários à obra clássica chinesa tradicionalmente atribuída a Confúcio, *Livro das Mutações* (易经, I-Ching, *yìjīng*). A origem do livro é incerta, mas é tradicionalmente presumida como tendo surgido antes do século XI a.C. Ver mais: Yijing 易经 or Zhouyi 周易. (2010, Jul 24). Disponível em: <http://www.chinaknowledge.de/Literature/Classics/yijing.html>, última consulta em 2 de fevereiro de 2018.

¹⁹ Tradução própria a partir do texto original: “无往不复，天地际也。” Os textos originais aqui são todos citados do sítio da *Web Chinese Text Project* (ver nota 3).

²⁰ *Dao De Jing* ou *Tao Te King*, significa “Livro do Caminho e da Virtude”, chamado também *Lao Zi* (ou *Lao Tseu*), na crença de que foi escrito por Lao Zi (老子, *lǎozǐ*, fundador do Taoísmo) durante dinastia Chou Oriental (西周, *xīzhōu*, 770-256 a. C.) (Chan, 2013).

²¹ Tradução própria a partir do texto original: “致虚极，守静笃，万物并作，吾以观其复。夫物云云，各归其根。” Essa tradução foi reorganizada depois de fazer referência às versões traduzidas em vários idiomas, ver Cherng (1996), Rivas (2004), Chan (2013), Tseu (1958).

²² Significa “Conhecimento andando no Norte”. Um capítulo pertencente aos capítulos “externos” (外篇, *wàipiān*) de um clássico livro antigo taoista da China, *Zhuangzi* (Chuang Tzu, ou *Chuang Tse*, 庄子, *zhuāngzǐ*), escrito durante o século IV-III a.C. (Souza, 2016).

²³ Tradução própria. Texto original em Chinês: “生也死之徒，死也生之始，孰知其纪！” Tradução em inglês por James Legge (1891) como: “Life is the follower of death, and death is the predecessor of life; but who knows the Arranger (of this connexion between them)?” Ver: Knowledge Rambling in the North-知北游. (d.n.). *Chinese Text Project*. Disponível em: <http://ctext.org/zhuangzi/knowledge-rambling-in-the-north/ens>, última consulta em 5 de fevereiro de 2018.

²⁴ Capítulo V do clássico chinês *A Arte da Guerra* (孙子兵法, *sūnzǐ bīngfǎ*), um tratado militar escrito por Sun Tzu (孙武, *sūnwǔ*) durante o século VI a.C. Ver: Energy-兵势. (n.d.). *Chinese Text Project*. Disponível em: <http://ctext.org/art-of-war/energy/ens>, última consulta em 5 de fevereiro de 2018.

A compreensão da vida aos olhos dos chineses é a mesma que a do tempo, acreditando que a vida ressuscitará da morte, assim como o nascer e o pôr-do-sol e a mudança de fases da lua, o mundo inteiro é uma vida fluida que nunca se acaba (Meng, 2008:130-132). Esta percepção de tempo cíclico está presente em práticas religiosas, rituais, festivais e peregrinações e até está associada às manifestações materiais como edifícios, pinturas, esculturas, etc. Em muitas culturas, o passado tornou-se uma parte integrante da vida do presente, é exatamente isso que Wijesuriya (2005) e Poullos (2014a) indicam como títulos de obras “o passado está no presente (*the past is in the present*)”, e é neste sentido que essa continuidade entre o passado e o presente é uma característica importante do património vivo.

Wijesuriya (2007) entende “a continuidade” como uma palavra usada para descrever “um fenómeno (uso original por uma comunidade) que permanece contínuo com ou sem interrupções temporárias em relação a determinados tipos de património cultural ²⁵ (Wijesuriya, 2007:60-61)” (ver Tabela 1 que segue).

Tabela 1. Significado da “continuidade” classificado por vários autores

Autor e ano de obra	Gamini Wijesuriya (2007)	Ioannis Poullos (2010)	Ioannis Poullos (2014a)	Gamini Wijesuriya (2015)
Significado de Continuidade	Continuidade do uso original (função)	Continuidade da função de um sítio patrimonial	A continuidade da função original do património - o mesmo propósito que o original	Continuidade da função original (uso)
	Continuidade da conexão à comunidade	Continuidade da presença física de uma comunidade num sítio património	A continuidade da conexão da comunidade com o sítio patrimonial	Continuidade da conexão à comunidade

²⁵ Tradução própria a partir do texto original: “Continuity here is used to describe a phenomenon (original use by a community) that remains continuous with or without temporary interruptions in relation to a certain types of cultural heritage.”

		Continuidade do processo de manutenção e da definição e organização do espaço (social e físico) de um sítio patrimonial	Continuidade do cuidado (tradicional) do sítio patrimonial pela comunidade, através de mecanismos de gestão (e propriedade) e práticas de manutenção tradicionais	Continuidade do cuidado (através de meios tradicionais ou estabelecidos)
	Evolução	Mudança (<i>Change</i>)	O processo contínuo de evolução das expressões tangíveis e intangíveis de um sítio/espço	Continuidade das expressões culturais (adições ou mudanças nos aspectos tangíveis e intangíveis)

Indicando que essa continuidade se refere à função/uso original e à ligação/conexão à comunidade (*community connections*), o autor denomina as comunidades relacionadas intimamente aos sítios do património como “comunidades conectadas” ou “associadas”, que significa aquelas onde o património foi originalmente criado ou desejado, em vez daquelas que ficam geograficamente mais próximas do sítio patrimonial (Wijesuriya, 2007:64). De facto, o autor aponta a sociedade de Maori da Nova Zelândia ao herdar o *Taonga* (os tesouros preciosos ancestrais) (toma a família ou tribos como uma unidade), e o uso da *Danta Dhātuya* (Relíquia do Dente de Buda) pela comunidade budista do Sri Lanka, como exemplos para explicar a continuidade da ligação/conexão de comunidade com o sítio patrimonial, assim como enfatiza a presença de uma comunidade específica nos sítios, empenhada no uso ou gestão contínua dos sítios património por essa comunidade. Wijesuriya (2007) chama a atenção, também, para as “evoluções dos sítios”, ao pensar que as expressões tangíveis e intangíveis, que evoluíram ao longo do tempo, e as mudanças evolutivas associadas ao desenvolvimento do património são parte de um processo contínuo.

Nesta base, Poullos (2010) reorganiza novamente o conteúdo da continuidade. Ao afirmar a continuidade de função que é o fundamento do património vivo, o autor adiciona o significado de “continuidade da definição e organização espacial” a esse conceito, isto é, a continuidade de mecanismos de gestão, de propriedade e das práticas de manutenção de um sítio patrimonial (*continuity of the management and ownership mechanisms and the*

maintenance practices of a site), com os quais “a continuidade de presença física de comunidade” está relacionada. Na sua opinião, o património vivo está sempre associado a uma comunidade específica que o criou e sustenta a sua função original, mantém a conexão original com o património ao longo do tempo e ainda o considera como parte integrante da sua vida contemporânea em termos de identidade, orgulho, auto-estima, estrutura e bem-estar; essa comunidade tem uma obrigação inerente ao sítio e desempenha um papel crucial na proteção e gestão dos bens patrimoniais (Poulios, 2010:175, 2014b:21). O autor define esta comunidade como "a comunidade central (*core community*)", enquanto outras, relacionadas com o mesmo sítio do património são referidas como "comunidades periféricas (*peripheral communities*)" ou "comunidades mais alargadas (*broader communities*)". De acordo com a solidez de ligação com o património (da mais forte à mais fraca), essa comunidade central pode ser a comunidade vivendo perto de um sítio; morando num sítio; a comunidade com uma associação em mudança com um sítio; a comunidade que afirma uma associação especial com um sítio, ou a comunidade cuja conexão original com um sítio não teve impacto por circunstâncias contemporâneas, como a modernização (Poulios, 2014a:25-27). A função, o uso, a operação e a gestão do sítio patrimonial são inseparáveis da comunidade central, o que significa que o património e a comunidade podem ser considerados como um todo que tem um "relacionamento simbiótico". Poulios interpreta “as evoluções dos sítios” proposto por Wijesuriya (2007) como um conceito de "mudança (*change*)", pois as mudanças correspondentes às funções, organizações espaciais e entidades comunitárias do património podem ocorrer à medida que os ambientes sociais locais, nacionais e até mesmo internacionais mudam. Por exemplo, alguns patrimónios sagrados vivos, uma vez classificados como bens do património nacional/mundial, desenvolveram outras novas subfunções, como sítios arqueológicos e turísticos, enquanto as suas funções religiosas originais são preservadas. Noutras palavras, essa mudança e a continuidade não entram em conflito, pelo contrário, a continuidade é obrigada a acompanhar a mudança e esta última é construída sobre a premissa da continuidade de função, de organização espacial e de

comunidade, denominada assim de "mudança dentro da continuidade (*change within continuity*) (Poulios, 2010:180) ".

Além do mais, os dois autores vão aprofundando os conceitos. Incorporando “a mudança (*change*)” nos critérios de continuidade, Poulios (2014a) e Wijesuriya (2015) dividem a noção de continuidade em quatro vertentes (ver as duas colunas à direita, na Tabela 1). Embora existam diferenças na expressão, o conteúdo mantém-se o mesmo: além da continuidade da função original e da conexão da comunidade central com o sítio, a "continuidade de cuidado do património pela comunidade" visa enfatizar todos os mecanismos de gestão, sistemas de conhecimento e práticas tradicionais de manutenção (Poulios, 2014a:116-117); Wijesuriya (2015:8) explica a “continuidade das expressões culturais” como as adições ou mudanças em expressões tangíveis (nova construção, expansão de estruturas existentes, reconstrução, modificação da disposição espacial, etc.) e intangíveis (festivais, práticas rituais, peregrinações, etc.). Por isso, o processo da evolução o património vivo contém não somente a "preservação de elementos tradicionais" como também a “adição de elementos novos”. Portanto, a combinação desses quatro critérios leva a uma definição mais completa do património vivo (ver Tabela 2).

Tabela 2. Definição de “património vivo” a partir de estudos de vários autores

Autor e ano de obra	Definição do “património vivo”
Reunião de Estratégia do Programa do Património Vivo de 2003 (<i>Living Heritage Sites Program Strategy Meeting</i>) (Citado por Wijesuriya, 2017:2)	Os sítios (lugares) que mantêm a continuidade do uso (função original) ou a finalidade para a qual foram originalmente estabelecidos. Por sua vez, mantêm a continuidade de conexão a certa comunidade, a evolução das expressões (tanto tangíveis e intangíveis) e o cuidado feito pela comunidade através de meios tradicionais ou estabelecidos.
Ioannis Poulios (2010: 175)	Um sítio patrimonial que mantém sua função original, como continuamente refletida no processo de sua definição e disposição espacial, em resposta às mudanças da sociedade a nível local, nacional e internacional.

Gamini Wijesuriya (2015:9)

Património caracterizado pela continuidade da função original sobre o propósito para o qual foi originalmente estabelecido. Tal património: mantém a continuidade da conexão à comunidade, continua a evoluir sob a forma de expressões tangíveis e intangíveis e o seu cuidado é realizado através de meios tradicionais ou estabelecidos.

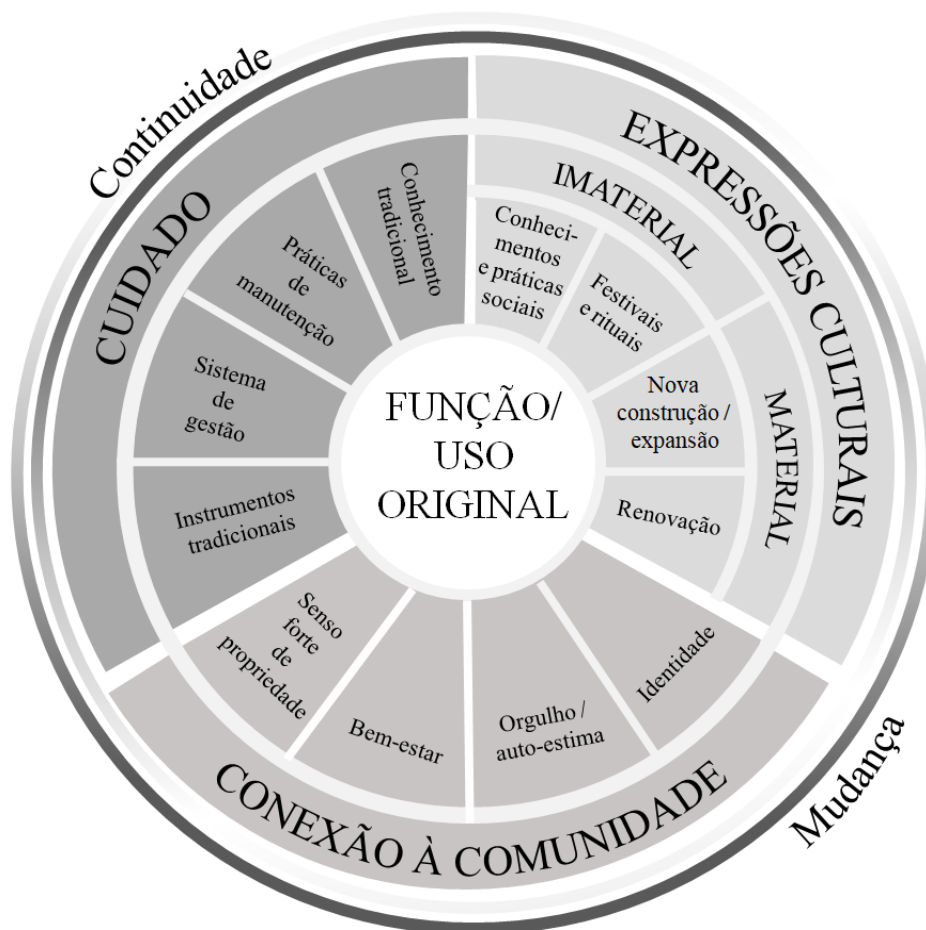
Comparando as três definições, pensamos que a definição de Wijesuriya (2015) é a mais universal (Ayda Ayoubi e Camille Benecchi transformam o conceito do património vivo proposto por Wijesuriya em gráfico, veja-se Figura 1 que segue), a qual alarga o objeto, não se limita aos sítios patrimoniais determinados, mas também inclui o património cultural intangível ou imaterial que cumpre todas as condições. Deve-se notar que a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003 toma também “a continuidade” como um elemento chave na definição do património cultural imaterial, e enfatiza a participação de comunidades na sua salvaguarda (artigo 2º e 15º, UNESCO, 2003). Então, em muitos casos, o termo “património vivo” é usado como substituição equivalente do património cultural imaterial²⁶, por exemplo, no contexto cultural da África do Sul, o termo “património cultural imaterial” é usado indiferentemente com o termo “património vivo”²⁷. No entanto, a dimensão do “património vivo” não se limita ao património cultural imaterial, porque aqueles que cumprem as quatro condições de continuidade acima mencionadas, podem ser classificados na categoria do “património vivo”, seja tangível ou intangível, móveis ou imóveis. Tais como o “património religioso vivo” e o “património urbano vivo” (por exemplo, o Vale de Katmandu do Nepal) que são geralmente apontados como exemplos, bem como os dois tipos de património adicionados pelo sistema do Património Mundial em 1984 e 1992, respetivamente: as paisagens culturais e as cidades e centros históricos, todos refletem as características vivas do património²⁸.

²⁶ “O património cultural imaterial é também conhecido como ‘património vivo’ ou ‘cultura viva’” (Tradução própria a partir do texto original: “Intangible cultural heritage is also known as ‘living heritage’ or ‘living culture’”). Ver página web da UNESCO: <http://www.unesco.org/new/en/culture/resources/in-focus-articles/safeguarding-communities-living-heritage/>, última consulta em 10 de fevereiro de 2018.

²⁷ Proposta de Política Nacional sobre o Património Vivo da África do Sul (*Draft National Policy on South African Living Heritage*, Ist Draft). Disponível em: http://www.maropeng.co.za/uploads/files/National_Policy_on_South_African_Living_Heritage_ICH_.pdf, última consulta em 9 de janeiro de 2018.

²⁸ Na descrição de tipos específicos de bens na Lista do Património Mundial das *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial (Anexo 3)*, “uma paisagem viva” está incluída na categoria da “paisagem (cultural)

Figura 1. Conceito do “património vivo” proposto por Gamini Wijesuriya²⁹



O estudioso chinês Shan Jixiang (2008) justifica que os canais, como "O Grande Canal" da China, são "patrimónios vivos" típicos, uma vez que guardam as funções básicas originais e preservam os projetos de água e as suas instalações auxiliares, as cidades e aldeias formadas

essencialmente evolutiva” (UNESCO, 2013:70). Além disso, “as cidades históricas habitadas” que continuam a “ser levadas a evoluir sob o efeito de mutações sócio-económicas e culturais” são consideradas como uma das três categorias principais das cidades e centros históricos (UNESCO, 2013:71-72).

²⁹ Imagem traduzida e modificada. Ayoubi, A. (2015). Community-based Conservation of the Sacred Living Heritage at the Bauddhanath Monument Zone, Kathmandu Valley World Heritage Site, Nepal. *IFLA*. Disponível em: <http://iflaonline.org/2015/06/community-based-conservation-of-the-sacred-living-heritage-at-the-bauddhanath-monument-zone-kathmandu-valley-world-heritage-site-nepal/>, última consulta em 28 de março de 2018.

Deve-se notar aqui que, de acordo com Poullos (2010, ver Tabela 4 discutida no Capítulo 2 abaixo), muitas práticas tradicionais de manutenção do património vivo já incluem a renovação (*renewal*) parcial e total de estrutura material, então, por que razão continua a existir a indicação de renovação (*renewal*) na expressão cultural material? Na nossa opinião, o foco desses dois aspetos não é o mesmo. Como refere Poullos (2010:176-177), a renovação material na prática de manutenção tradicional é geralmente uma tradição ou com o fim de manter as necessidades espirituais; as ações de renovação são tratadas como uma parte de rituais ou cerimónias tradicionais e como um suporte dos símbolos espirituais. Por outro lado, a renovação, juntamente com novas construções, reconstruções, extensão espacial na expressão cultural material, tem como objetivo "facilitar o bom funcionamento e servir melhor os usuários em resposta a mudanças nas circunstâncias que inclui o crescimento da população (Wijesuriya, 2015)", enfatiza mais as necessidades práticas.

devido aos canais e que ficam ao longo de ribeiras, cujos habitantes estão e continuarão a usar os canais, e as práticas culturais e tradições antigas (festivais, feiras e mercados, etc.). Além disso, o património vivo pode também incluir aldeias, socalcos, vinhas, propriedades habitadas...e assim por diante. A *Declaração de San Antonio* de 1996 divide os sítios de património em “os sítios culturais dinâmicos”, tais como as cidades e as paisagens históricas, e “os estáticos” como um sítio arqueológico. No primeiro caso, “podem ser considerados como sendo o produto de muitos autores ao longo de um grande período de tempo, cujo processo de criação ainda hoje continua. Esta adaptação constante às necessidades humanas pode contribuir, ativamente, para a manutenção da continuidade entre a vida passada, presente e futura das nossas comunidades (ICOMOS, 1996),” e isso corresponde à característica do património vivo. Hoje em dia, nenhum património (o que chamamos hoje “património”) é verdadeiramente morto (Wijesuriya, 2015:6), como Emerick (1998) pensa, alguns sítios do património estão “congelados” num certo espaço-tempo, enquanto outros possuem uma natureza “fluida”, mudando constantemente ao longo do tempo. Neste sentido, em vez de considerar “vivo” e “morto” como uma total oposição, é mais proveitoso entendê-los como uma relação entre estado estático e dinâmico do património.

Capítulo 2. – Princípios e evolução da conservação do património vivo

Embora seja uma orientação baseada no ponto de vista europeu e se centre no “*fabric*”³⁰ do património, a Carta de Veneza adotada em 1964 tem sido um padrão de princípios para orientar a conservação patrimonial na maioria dos países do mundo, essas diretrizes ainda têm um papel decisivo (Lu, 2015). Com as questões culturais, económicas, políticas e sociais levantadas pelo conceito de globalização, o papel do património na sociedade tem sido mais do que uma mera evidência da memória do passado, bem como fator de coesão e identidade étnica (Rodrigues, 2012). O património foi assumindo mais funções e a sua preservação foi assumindo novas leituras, de uma abordagem baseada em material (*material-based approach*) para uma abordagem baseada em valor (*value-based approach*). No entanto, existe uma forte subjetividade na avaliação do valor do património, porque os valores aos olhos das diferentes partes interessadas (*stakeholders*) variam frequentemente. Como os especialistas em conservação ainda têm uma “voz forte” na avaliação de valor, essas abordagens dirigidas pelos peritos foram criticadas por não conseguirem refletir a cognição diversa de valores dos diferentes interessados, como também não conseguirem avaliar os valores com imparcialidade (Smith, 2006).

No novo século da globalização, de aceleração de influências e de prováveis homogeneizações e, por outro lado, do rejuvenescimento da cultura local, o ICCROM estabelece uma nova abordagem do património vivo (*Living Heritage Approach*, LHA em forma abreviada). Definindo o “património vivo” como património que mantém a função original, essa abordagem destaca a importância de reconhecimento e interpretação dos valores patrimoniais pela comunidade central e sublinha o seu direito à tomada de decisões no processo de preservação e de gestão do património, quer tangível quer intangível. Desta forma, um novo quadro de metodologia da conservação patrimonial foi iniciado e estabelecido. A ideia do presente capítulo é começar com a formação e desenvolvimento da

³⁰ A Carta de Burra (1999) define “*fabric*” como “*all the physical material of the place including elements, fixtures, contents and objects* (todo o material físico do sítio incluindo os componentes, os acessórios, os conteúdos e os objectos)”. Na versão portuguesa traduzida por António de Borja Araújo, a palavra é traduzida como “fábrica”, enquanto Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil a traduz como “substância”. Aqui mantém o formato original dessa palavra em inglês (ICOMOS, 1980; ICOMOS Austrália, 1999).

Carta de Veneza, e tentar descobrir como a focalização da conservação patrimonial passou da predominância dos materiais para os valores e, enfim, para as pessoas.

2.1. A evolução na intervenção patrimonial: de material a valor

De acordo com Poullos (2014b:17), a disciplina de conservação do património foi estabelecida nas primeiras décadas do século XIX, na Europa Ocidental. Por um lado, a revolução industrial provocou o progresso tecnológico e a prosperidade urbana; por outro lado, devido ao rápido crescimento urbano, o grande número de cidades e edifícios históricos criados durante a Idade Média correram o risco de serem demolidos. Além disso, devido principalmente aos longos períodos de instabilidade política e conflitos armados, esse estado de desenvolvimento social permitiu a Europa tinha uma procura crescente do resgate dos monumentos e da preservação da sua *fabric* durante o século XIX e o início do século XX. Alguns estudiosos, tais como David Lowenthal e Paul Philippot, tentam analisar a percepção das pessoas sobre o "passado" para entenderem a origem da teoria contemporânea da conservação patrimonial.

O passado foi considerado pelos ocidentais como um desenvolvimento completo, que agora o olham de longe, como se olha para um panorama...Para preencher a lacuna que a consciência histórica abriu entre o passado e o presente, desenvolveu-se um novo tipo de conexão, baseada no sentimento de que o passado já realmente se perdeu, mas continua a viver através da nostalgia³¹ (Philippot, 1996:268-269).

O autor acredita que um fosso insuperável foi formado entre "nós" e "o passado", e essa nostalgia romântica do passado substituiu a continuidade tradicional entre o passado e o presente. David Lowenthal ressalta também que “a nostalgia é a memória com a dor removida, a dor só existe hoje³² (Lowenthal,1985:8)”. Portanto, no contexto da modernidade, sentimos que a realidade é cruel, mas o passado era particularmente belo. O material é abundante, mas o espírito, o seu sentido, é pobre. Quando a diferença entre “o presente” e “o passado” se torna maior, a percepção das pessoas sobre as coisas cria “incerteza” (ninguém sabe o que será no futuro) e, portanto, o modo de vida tradicional também está em crise. As pessoas começaram a perseguir "as relíquias do passado" e começaram a prestar atenção "às coisas vindas do passado". Ioannis Poullos resumiu esta relação como uma rotura ou uma

³¹ Tradução própria a partir do texto original: “The past has been considered by Western man as a completed development, which he now looks at from a distance, much as one looks at a panorama...To bridge the gap that the historical conscience opened between the past and the present, a new kind of contact developed, based on the feeling that the past has indeed been lost, but continues to live through nostalgia.”

³² Tradução própria a partir do texto original: “Nostalgia is memory with the pain removed, that pain is today.”

“descontinuidade (*discontinuity*)” entre “a insatisfação das pessoas modernas com o presente” e “os monumentos considerados pertencentes ao passado”. Essa “descontinuidade” forma o princípio da conservação que visa “congelar” os bens num espaço e tempo específico, tratando a “autenticidade” como um conceito não renovável (*non-renewable*), que se concentra no “passado” e na “construção tangível do património (*the tangible fabric of heritage*)” (Poulios, 2010:171, ver também Wijesuriya, 2007:59; Wijesuriya, 2015:3-5). Essa concepção de conservação baseada no material, e que vê os profissionais como últimos guardiões do património, traduz-se em prática, associando-se aos primeiros quadros de conservação internacional, tais como a Carta de Atenas e a Carta de Veneza (ICCROM, 2009, citado por Tunprawat, 2014:13).

De acordo com Smith (2006:90) e Tomaszewski (2002:212-213), a destruição de monumentos causada pela Primeira Guerra Mundial chamou a atenção para a conservação dos diferentes períodos de desenvolvimento do monumento. Em outubro de 1931, os arquitetos e técnicos de monumentos históricos adotaram a Carta de Atenas, numa conferência dedicada à conservação, organizada pela Sociedade das Nações (também conhecida como Liga das Nações). Esta carta abrangeu um vasto campo de conservação, apelou à consciência de cooperação internacional sobre questões de conservação, estabeleceu uma diretriz para enquadrar a filosofia de conservação e ajudou a influenciar o desenvolvimento de práticas e da legislação nacionais ocidentais. A Carta de Atenas foi reavaliada no Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1964, dando origem à Carta de Veneza. Os seus conteúdos incluem a definição de monumento histórico, o propósito e os princípios da conservação e do restauro, entre outros aspetos. O advento da Carta de Veneza oferece concretamente um princípio e um procedimento de conservação que podem ser seguidos, e desta maneira a Carta tornou-se uma referência importante, tanto para as administrações nacionais, como a nível internacional, e as suas teorias e princípios propostos foram gradualmente aceites por muitos países e reconhecidos como as diretrizes básicas da política para a avaliação dos patrimónios culturais na Lista do Património Mundial da UNESCO (Jokilehto, 1998:230).

No entanto, as limitações da Carta de Veneza também são óbvias. Alguns escritores (Erder, 1977; Szmygin, 2002; Jerome, 2008) apontam que a Carta é uma construção ocidental, em virtude da grande maioria dos estudiosos e técnicos que elaboraram a Carta representarem países europeus, as atitudes, tradições e pontos de vista de apenas um grupo específico

européu, refletidas nos seus princípios básicos. Uma vez que a Carta de Veneza está formulada a partir da perspetiva europeia, a inadequação é evidente perante patrimónios pertencentes às diferentes regiões geográficas e culturais. Portanto, “os princípios e critérios universais de conservação” propostos nesta Carta começaram a ser questionados sob o impacto de diversidade culturais (Szmygin, 2002:196).

Diante das profundas e rápidas mudanças sociais, o conceito, o significado de património também se expandiu gradualmente. Pierre Nora (1997), um historiador francês, comparou a expansão do conceito de património com a ideia de “explosão”. Não só existe o património contemporâneo, nascido em resposta ao interesse pela arqueologia industrial e, no século XIX, pelo património em geral, mas também se evidenciam as danças, músicas, culinária e artesanato, associados à vida diária de tempos passados, assim como o património não-artístico e não-histórico, o património natural, o da ciência e da tecnologia e o das tradições e do folclore.

Passamos de um património simplesmente transmitido para um património simbólico ligado à noção de identidade, de um património visível e material a um invisível e imaterial, e de um património controlado pelo estado a um social, étnico e baseado na comunidade (Nora, 1997:16).

Contudo, apesar da Carta de Veneza se afastar da tradição inicial, que se concentrou na preservação de um monumento individual, e o conceito de "monumento histórico" ser alargado às áreas urbanas e rurais históricas e aos seus *traditional settings* (quadros tradicionais) (Artigos 1, 6, 7 e 13) (Rojas, 2014:197-198), a dimensão humana do património é reconhecida (preâmbulo). Mas a grande atenção ainda está focada principalmente nos edifícios, enfatizando a proteção da *fabric* (construção) ou dos restos/vestígios materiais (*material remains*); o uso ou a função para os quais foram construídos são ignorados, e o seu público-alvo é mais restrito, formado sobretudo pelos conservadores, enquanto as pessoas que vivem nos monumentos também não são mencionadas (Wijesuriya, 2015:6; Poullos, 2011:145). Como refere Erder (1977:27), a Carta não explica claramente que aqueles princípios se aplicam apenas a casos em que as próprias estruturas já perderam a sua função original; no caso em que os monumentos mantenham e continuam a manter o uso original (o que dizemos hoje, património vivo), os princípios e critérios de conservação anteriores são inadequados. Na opinião de Szmygin (2002:196), a conceção do monumento na Carta de Veneza aplica-se ao tradicionalmente considerado como uma peça de arte, um documento e um objeto material único, todos analisados de uma forma objetiva, procurando preservar a

forma e a substância autênticas de um objeto. O autor argumenta que a composição do património é uma escolha altamente individualizada, que pode incluir conceitos propostos por diferentes países, grupos étnicos e comunidades, por isso, ele propõe que “o património seja subjetivo e não objetiva”. Podemos ver que, definindo o monumento histórico de um ponto de vista objetivo, estabelecendo um princípio universal de conservação, a aplicação da Carta de Veneza é, não somente, incapaz de cobrir a proteção de todos os tipos de património, mas que, em vez disso, irá conduzir o património às situações de perigo e perda.

Embora a Carta de Veneza tenha recebido muitas críticas, manteve um certo estatuto desde que foi adotada em 1964 e foi sempre um indicador importante internacionalmente reconhecido. Através de algumas cartas internacionais de preservação (ver Tabela 3), tais como a Carta de Florença (1982), a Carta de Washington (1987) e a Carta sobre o Património Construído Vernáculo (1999), elaboradas como documentos complementares da Carta de Veneza, e a Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico (1990), os Princípios para a Preservação das Estruturas Históricas em Madeira (1999) e os Princípios para a preservação e conservação-restauro das pinturas murais (2003), que tomam a Carta de 1964 como orientação, não é difícil imaginar a sua autoridade e importância.

Tabela 3. Documentos internacionais que conformam o espírito da Carta de Veneza³³

Anos e Nomes de Cartas, Declarações e Princípios	Agências de Elaboração	Conteúdo do Artigo	Região/ Tema que Focaliza
1982-Carta de Florença	ICOMOS-IFLA	Como um documento complementar da Carta de Veneza no domínio específico de salvaguarda de jardins históricos (no Preâmbulo)	Jardins históricos
1982-Carta para a Preservação do Património do Quebec (Declaração de Deschambault)	ICOMOS do Canadá Francófono	Baseando-se nos princípios básicos da preservação estabelecidos na Carta de Veneza	Consideração da perspetiva canadiana
1983-Carta de Appleton para a Proteção e Valorização do Ambiente Edificado	ICOMOS do Canadá	Baseando-se na Carta de Veneza (no Preâmbulo)	Consideração da perspetiva canadiana
1987-Carta de Washington	ICOMOS	Como carta internacional que complementa a Carta de Veneza (no Preâmbulo e Definições)	Cidades históricas e áreas urbanas históricas

³³ Tabela organizada a partir dos documentos nosítio do ICOMOS e da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts> e <http://patrimonio-santarem.pt/recursos/cartas-internacionais/>, última consulta em 22 de março de 2018.

1990-Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico	ICOMOS	Tomando a a Carta de Veneza como orientação (na Introdução)	Património arqueológico
1992-Carta para a Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural	ICOMOS da Nova Zelândia	Conforme o espírito da Carta de Veneza (no Preâmbulo)	Consideração da perspetiva da Nova Zelândia
1994-Documento de Nara sobre a Autenticidade	ICOMOS	Sendo concebido no espírito da Carta de Veneza (no Preâmbulo)	Autenticidade do património
1996-Declaração de San Antonio	ICOMOS das Américas	Tomando a Carta de Veneza como referência	Consideração da perspetiva americana
1999- Carta de Burra	ICOMOS da Austrália	Tomando a Carta de Veneza como referência (no Preâmbulo)	“Place (sítio)” Consideração da perspetiva australiana
1999-Princípios para a Preservação das Estruturas Históricas em Madeira	ICOMOS	Respeitando e baseando-se nos princípios esboçados na Carta de Veneza	Estruturas históricas em madeira
1999-Carta sobre o Património Vernáculo Construído	ICOMOS	Como extensão da Carta de Veneza (na Introdução)	Património construído vernáculo
2000-Carta de Cracóvia (Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído)	UNESCO	Atuando no espírito da Carta de Veneza (no Preâmbulo)	Património construído
2003-Princípios do ICOMOS para a preservação e conservação-restauro das pinturas murais	ICOMOS	Tomando a a Carta de Veneza como orientação (na Introdução e Definição)	Pinturas murais
2004-Declaração de Yamato sobre a Abordagem Integrada para a Salvaguarda do Património Cultural, Material e Imaterial	UNESCO	Tomando a Carta de Veneza como referência	Salvaguarda do património cultural, material e imaterial
2005-Memorando de Viena sobre Património Mundial e Arquitetura Contemporânea, Gestão da Paisagem Histórica Urbana	UNESCO	Tomando a Carta de Veneza como referência (no Preâmbulo)	Arquitetura contemporânea e paisagem histórica urbana
2005-Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural	ICOMOS	Prestando atenção na conservação do entorno dos monumentos e dos sítios referida na Carta de Veneza	Entorno edificado, sítios e áreas do património cultural
2008-Declaração de Québec sobre a Preservação do “Spiritu Loci”	ICOMOS do Canadá	Continuando o tema de património e o seu entorno discutido na Carta de Xi'an	“Spiritu loci”

2010- Carta de ICOMOS Nova Zelândia para a Conservação dos Sítios de Valor Patrimonial Cultural	ICOMOS da Nova Zelândia	Actuando no espírito da Carta de Veneza (no Preâmbulo)	Consideração da perspectiva da Nova Zelândia
2011- Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana	UNESCO	Tomando a Carta de Veneza como referência (no Preâmbulo)	Paisagem histórica urbana
2017-Princípios do ICOMOS-IFLA Relativos às Paisagens Rurais como Património	ICOMOS-IFLA	Tomando a Carta de Veneza como referência (no Preâmbulo)	Paisagens rurais
2017- Declaração de Delhi sobre Património e Democracia	ICOMOS	Tomando a Carta de Veneza como referência	Património e Democracia

Além dos indicados, existem outras declarações e princípios internacionais e regionais a ter em consideração: a Carta para a Preservação do Património do Quebec (Declaração de Deschambault) (1982) desenvolvida com base na cultura particular do Quebec, Canadá; a Carta de Appleton (1983) que propôs o estabelecimento de escalas e níveis de intervenção sobre o património; a Carta para a Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural (1992) que toma em consideração a cultura de comunidades indígenas da Nova Zelândia; o Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994) que tem em consideração o respeito pela diversidade cultural; a Declaração de San Antonio (1996) que discute o significado de autenticidade aplicado aos países latino-americanos; a Carta de Burra (1999) que para além do monumento individual inclui a preservação de "sítios com significado cultural" (Rojas, 2014:198); a Carta de Cracóvia (2000), visando estabelecer princípios para a conservação e o restauro dos tipos diferentes do património construído, e a Carta da Nova Zelândia para a Conservação dos Sítios de Valor Patrimonial Cultural (2010) que se aplica à conservação dos “*places*” da Nova Zelândia. Todas estas cartas, documentos e declarações são concebidas no espírito da Carta de Veneza, mas incluindo uma perspectiva local e regional como indica o preâmbulo: "(...) sendo cada país responsável pela aplicação do plano (da preservação e do restauro do património) dentro do enquadramento da sua própria cultura e das suas próprias tradições."

Acrescente-se, ainda, a Declaração de Yamato (2004) que propôs uma abordagem de salvaguarda integrada do património cultural material e imaterial, o Memorando de Viena

(2005) e a Declaração de Xi'an que focam, respetivamente, a arquitetura contemporânea, a paisagem histórica urbana e “o entorno edificado”. Depois, a Declaração de Québec de 2008 aprofunda o tema discutido na Carta de Xi'an, dando atenção à preservação do “*Spiritu Loci*”; as Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana de 2011 ampliou a preservação do património urbano para incluir o contexto urbano e seu cenário geográfico (Rojas, 2014:198) e, mais recentemente, os Princípios do ICOMOS-IFLA Relativos às Paisagens Rurais como Património de 2017 que discutem a preservação das paisagens rurais como património e a Declaração de Delhi (2017) indicando que a democracia é um dos fatores principais no desenvolvimento sustentável do património... Todos estes contributos se baseiam nos princípios da Carta de Veneza, expandindo-se e focando-se em novos assuntos.

Diante da diversidade cultural e dos vários tipos do património, Wen e Fu (2013:82) acreditam que a proteção do património se transferiu gradualmente de uma perceção do "passado" e da "história" para um nível de "cultura", com foco nos valores patrimoniais numa estreita relação com a cultura tradicional e a comunidade, que a cria e participa, enfatizando uma preservação a nível local, em diferentes contextos culturais. Esta perpetiva indica uma abordagem de preservação orientada por “valor”.

De acordo com Poulios (2010:172) e Tunprawat (2014:13), essa “abordagem baseada em valor (*values-based approach*)” foi desenvolvida desde a década de 1980, após conflitos com grupos indígenas, acerca da gestão dos sítios patrimoniais que lhes eram caros. A situação conduziu à emissão de uma série de cartas internacionais, incluindo a Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico (1990), o Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994) e, em particular, a Carta de Burra (1999) que trata “o significado cultural” como sinónimo do “valor patrimonial cultural”, e que foi subsequentemente desenvolvida e difundida, principalmente através de uma série de publicações do Instituto Getty de Conservação (*The Getty Conservation Institute*) dos Estados Unidos.

Poulios (2010:172) define “o valor” como “um conjunto de características ou qualidades positivas”, e o mais importante dessa abordagem é o conceito de "*stakeholder groups*" (em português, grupos de intervenientes ou partes interessadas) que significa

"qualquer grupo com interesse legítimo no sítio patrimonial". Prats (2009) refinou ainda mais esses grupos:

O património local (...) é afetado por várias forças locais: o governo local; agentes culturais locais individuais e coletivos, interessados em maior ou menor grau no património; a população geral e, em particular, o setor do turismo e de áreas relativas. Também estão envolvidos especialistas em gestão patrimonial, frequentemente relacionados a um projeto específico se solicitados pelo pela administração local³⁴ (Prats, 2009: 83).

Embora o objetivo desta abordagem baseada em valor seja assegurar que diferentes partes interessadas possam participar no processo de proteção/gestão patrimonial de forma igual e justa, ainda existem desvantagens óbvias:

a) A avaliação do valor é difícil de ser unificada. Como refere Poullos (2010: 173-174), os valores são alternativos e há uma subjetividade no processo da sua avaliação, pois cada pessoa tem a sua própria classificação do valor. Assim, é quase impossível atender aos valores conferidos pelas diferentes partes interessadas. Os grupos são encorajados a participarem no processo de preservação, mas não existem regulamentos a definir as condições/os limiares de participação; face às distintas avaliações subjetivas de valor, é difícil formar um padrão universal, de modo que os conflitos de interesse e de valor entre os grupos de intervenientes são inevitáveis.

b) Desvio do discurso. Rodrigues (2012:4) indica que, geralmente, é apenas uma parte do grupo (as elites) que decide a preservação do património. Neste método de proteção, a participação das partes interessadas é, muitas vezes, feita através de consulta ou do uso de canais formais para se juntarem ao plano oficial de co-gestão do património estabelecido pelas autoridades. Entre muitas grupos interessados, a coordenação de todo o processo de conservação precisa de ser controlado por uma agência líder, ou seja, uma autoridade de gestão poderosa. Em muitos casos, essa autoridade que faz a supervisão do processo de gestão é frequentemente composta por profissionais de conservação patrimonial. Segundo Poullos

³⁴ Tradução própria a partir do texto original: "Local heritage (...) is affected by various local forces: local government; individual and collective local cultural agents, interested to a greater or lesser extent in heritage; the general population; and in particular, the tourist sector and related areas. Also involved are experts in heritage management, if required by the local government by the local administration, often related to a specific project."

(2010: 174), embora essa abordagem baseada em valor envolva todas as partes interessadas, ela realmente se concentra apenas em (ou dá prioridade a) grupos que estão relacionados à preservação dos elementos tangíveis. Esses grupos são chamados de “*insiders*” ou “partes interessadas principais (*principal stakeholders*)”, enquanto outros grupos se tornam “*outsiders*”. Alguns pesquisadores do património, por exemplo, Laurajane Smith e Emma Waterton, referem-se criticamente a esse tipo de ações de conservação determinadas por especialistas como “Discurso do Património Autorizado” (*Authorized Heritage Discourse*, AHD em forma abreviada) que se baseia em visões da história moderna ocidental e em grandes narrativas das experiências dos grupos brancos e profissionais, enfatizando a autenticidade material, a monumentalidade, a nostalgia, o nacionalismo, o valor estético e científico do património (Smith, 2006). Waterton e Smith (2013) mencionam que os grupos de especialistas desenvolvem frequentemente padrões descendentes (do topo para a base, “*top-down*” em inglês) para a intervenção, no entanto, o conhecimento do património indígena, associado à identidade, deve, por sua vez, moldar a teoria académica. Wijesuriya (2007: 61-62) também sublinha que o atual discurso de proteção e gestão patrimonial sempre tem precedência sobre os profissionais, enquanto os “valores intrínsecos”, pertencendo ao património vivo, não estão considerados por especialistas nem sociedade ou mesmo incluídos em padrões internacionais. Esses valores intrínsecos são caracterizados pela continuidade desses sítios patrimoniais, em vez de serem influenciados pelo discurso exterior (profissionais em conservação, etc.) e depois anexado ao património.

c) Desequilíbrio do alvo de conservação. Uma vez que o discurso de preservação e gestão seja controlado por especialistas patrimoniais, a balança vai inclinar-se no sentido do material e, na prática, a preservação dos elementos intangíveis é complementar da preservação daqueles tangíveis. Contudo, em muitos casos de património vivo, a prática tradicional da sua manutenção não coloca a preservação do material em primeiro lugar (ver Tabela 4 abaixo).

Tabela 4. Tipos de práticas tradicionais de manutenção do património vivo³⁵

Nome	Ilustração (Nota explicativa)
Substituição (<i>replacemnet</i>) parcial de material existente com o mesmo material	Ocorre de forma irregular, quando e onde as reparações são necessárias. Essa prática é aplicada principalmente em estruturas feitas de materiais frágeis (normalmente orgânicos), muitas vezes em ambientes duros.
Exemplo	
<ul style="list-style-type: none"> • A reparação contínua das partes arquitetónicas individuais dos mosteiros de Metéora (Grécia), incorporadas em harmonia com o tipo arquitetónico dos mosteiros; • <i>Shinto</i> (santuários xintoístas) de madeira do Japão; • Os Túmulos dos Reis do Buganda em Kasubi, do Uganda; • Mesquita <i>Djingareiber</i> de Tombuctu, do Mali; • (*) Templos budistas e hindus (por exemplo, os pagodes mudavam de formas e materiais quando eles eram constantemente reparados e renovados) (Tunprawat, 2009:41-42). 	
Renovação (<i>renewal</i>) parcial de material existente com material diferente	Essa prática é aplicada principalmente nos casos em que o material de substituição é mais forte e duradouro, menos caro e/ou mais fácil de encontrar do que o existente. Além disso, o processo serve também para fins sociais, económicos ou religiosos.
Exemplo	
<ul style="list-style-type: none"> • No Mali, as tribos de <i>Bambara</i>, <i>Senufo</i> e <i>Bozo</i> substituem os telhados de barro das suas casas por ferros ondulados; • Na floresta sagrada de Bamezoume do Benim, povos indígenas substituem partes em madeira de esculturas por outras em metal retiradas de automóveis. 	
Renovação (<i>renewal</i>) física total	O significado simbólico e ritual dessa operação é maior que a razão prática relacionada com a decadência do material existente.

³⁵ Tabela organizada de acordo com Poullos (2010:176-177; 2014a:117-118). Conteúdo assinalado com asterisco (*) corresponde em informação adicional com base nas referências devidamente indicadas.

Exemplo

- (*) No Santuário de Ise do Japão, existe um ritual que preserva um significado religioso profundamente enraizado, chama-se “*Shikinen Sengu*”. Desde o século VII, a cada vinte anos, um novo *Shinto shrine* (templo xintoísta) com as mesmas dimensões que o existente “atual” é construído num local adjacente. Os trajes, os móveis e os tesouros sagrados colocados dentro do templo também são refeitos³⁶;
- (*) No Mali, a fachada principal do Templo de *Arou* é aplicada com argila durante o festival anual do *Bulo de Arou*. Segundo Blom (2010:386), *Arou* é uma das tribos principais do povo *Dogon*;
- Em Nagaland da Índia, edifícios com o Correio Central são reconstruídos totalmente a cada doze anos, como parte de uma tradição tribal local;
- Em Kimberley, na Austrália, a repintura de imagens rupestres da arte *Wandjina* é considerada como forma de renovar o poder espiritual das imagens...
- (*) No Mali, a Grande Máscara (*The Great Mask*) é feita a cada sessenta anos para o festival *Sigui*, um ritual que dura sete anos do povo Dogon. A cada sessenta anos, uma nova Grande Máscara feita em madeira é esculpida em substituição da anterior (Blom, 2010:326).

Imersão (*Immersion*) de material físico

Na maioria dos casos, essa prática é parte de uma cerimónia ritual.

Exemplo

- No Novo México, os objetos relevantes são imersos como parte dos rituais de *Zuni Ahayuda*;
- Em muitos rituais hindus, a imersão das estátuas das deusas hindus feitas por argila, gesso e cera são realizadas no fim de cerimónias.

Substituição (*replacemnet*) de toda a estrutura por uma nova

Em algumas religiões, tais como o hinduísmo e o budismo, os crentes acreditam que se uma estátua está quebrada, a sua santidade ficará perdida e, portanto, esta estátua deve ser substituída, não parcialmente, mas como um tudo.

- A estátua budista de *Ta Reach* em Angkor Wat, no Camboja, é substituída por fazer parte dos princípios inerentes à religião folclórica conhecida como “*Nakta*”.

De facto, existem muitos casos sobre a conservação do património vivo sujeitos à intervenção de autoridades. Por exemplo, na China, em 2012, três pagodes budistas do

³⁶ Folhetos informativos sobre o Santuário de Ise (em inglês). Disponível em: http://www.isejingu.or.jp/en/about/pdf/pamphlet_en.pdf, última consulta em 5 de abril de 2018.

Templo Xingjiao (兴教寺, *xīngjiàosì*, templo de rejuvenescimento do budismo) localizado na cidade de Xi'an (um foi fundada em 669, durante a Dinastia Tang, para abrigar os ossos de *Xuanzang*, um célebre monge chinês que viajou para a Índia para recuperar escrituras budistas no século VII, e outros dois servem as relíquias dos seus discípulos, *Kuiji* e *Yuance*) foram escolhidos para submeter, juntamente com alguns outros sítios relacionados com a Rota da Seda, ao Património Mundial da UNESCO. A decisão que se seguiu foi a de que, a fim de criar um “ambiente mais elegante” em torno dos pagodes, quase dois terços dos edifícios dentro do Templo seriam demolidos e os monges seriam relocados num templo recém-construído, próximo. Esses edifícios, a serem removidos, eram, principalmente, os dormitórios dos monges, a cantina e algumas salas utilizadas para realizar os serviços budistas, construídas nos anos 70 e 80 do século XX, com fundos doados por crentes (Zhao & Gao, 2015). As autoridades pensavam que o objetivo de demolição era garantir a aprovação da candidatura com sucesso, pois essas construções modernas não podiam ser vistas como monumentos históricos, e porque consideravam que afetava o estilo arquitetónico geral do templo, contudo, este plano provocou uma grande insatisfação e disputa das partes envolvidas e do público. Os monges opuseram-se firmemente ao plano, porque a demolição afetaria as suas atividades religiosas e a vida normal dos budistas. *Kuan Chi*, o abade do Templo Xingjiao, propôs deixar de participar na candidatura, numa reunião de coordenação realizada em mesmo ano, contudo, os funcionários do governo discordaram e declararam que, o tratamento do Templo precisaria ser avaliado por profissionais ligados ao património³⁷. Em junho de 2014, a “Rota da Seda: Rede de Rotas do Corredor de Chang'an-Tianshan (*Silk Roads: the Routes Network of Chang'an-Tianshan Corridor*)”, nomeada conjuntamente pela China, Cazaquistão e Quirguistão, foi inscrita pela UNESCO na Lista do Património Mundial,

³⁷ Fontes: Gao, Y. & Huang, J. (2014, setembro 16). Xingjiao Temple Pagoda - a world heritage site along the Silk Road. *People's Daily Online*. Disponível em: <http://en.people.cn/n/2014/0916/c204459-8783448-2.html>, última consulta em 24 de março de 2018. 1,300-year-old Chinese Buddhist temple faces demolition. (2013, abril 11). *The Straitstimes*. Disponível em: <http://www.straitstimes.com/asia/1300-year-old-chinese-buddhist-temple-faces-demolition>, última consulta em 24 de março de 2018. Temple demolition plan sparks controversy. (2013, abril 12). *China.org.cn*. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/2013-04/12/content_28532544.htm, última consulta em 24 de março de 2018. Yang, Y. (2013, maio 5). Retira ou não? Especialistas avaliarão o pedido do Templo Xingjiao para aplicação do património mundial. *China National Radio*. Disponível em: http://china.cnr.cn/yaowen/201305/t20130505_512510409.shtml, última consulta em 24 de março de 2018. 杨雁霞 (2013 年 5 月 5 日) “西安兴教寺申请退出“申遗” 进退与否有待专家评估”, 中国广播网.

e as Pagodes Xingjiaosi (Xingjiaosi Pagodas) foram incluídas com sucesso como um dos sítios ao longo da Rota³⁸. Apesar da controvérsia social ter sido atenuada, pois o governo não adotou o plano de demolição em grande escala, refletem-se, ainda, as desvantagens da conservação patrimonial sob o controlo de um único discurso. Outro exemplo, segundo Peixoto (2006), após o Centro Histórico do Porto (Portugal)³⁹ ter sido designado como Património Mundial pela UNESCO, em 1996, a Câmara Municipal da cidade divulgou o *Manual do morador da zona histórica do Porto*. Os residentes foram obrigados a aceitar e a reaprender "como viver" na sua terra, onde já tinham vivido gerações. A sua identidade foi “fabricada e refinada”, e as pessoas que lá vivem foram utilizadas como protótipos e modelos do experimentalismo, para habituarem-se a um novo modo de vida e a uma nova identidade. Outro exemplo, é o do património religioso vivo, mundialmente famoso, Angkor do Camboja. Segundo Baillie (2006) e Miura (2005), após o envolvimento da APSARA (*Autorite pour la Protection du Site et l'Amenagement de la Region d'Angkor*, um órgão nacional estabelecido em 1995) na proteção e gestão do património, a *sangha* (comunidade monástica), que originalmente administrava os templos, foi retirada de funções e colocada na periferia do sítio. A utilização dos recursos naturais pelos monges, para realizarem atividades produtivas (tais como a recolha de resina e a pesca) foi proibida, assim como a realização de eventos budistas e as práticas tradicionais de reparação e construção dos templos foram desencorajadas. Os monges não podiam realizar atividades religiosas normais nos templos, levando a uma diminuição do afluxo do número de crentes, de adesão de jovens monges e das doações. Além disso, algumas práticas tradicionais de gestão foram colocadas em causa, nas zonas de monumento protegidas: por exemplo, no Pagode de Prata em Phnom Penh (a capital do Camboja), os visitantes são obrigados a aderir a um código de vestimenta que inclui cobrir ombros e pernas e remover calçados quando entram o sítio, mas as autoridades não exigem o cumprimento destas regulamentações aos turistas. A consequência disso é que os crentes

³⁸ O sítio das Pagodes Xingjiaosi é numerado como “R08-CN” na categoria de “Sítios Religiosos (Religious Site)” no dossier de proposta 1442 (*Nomination file 1442*, UNESCO, 2014: 47, 68, 403-410) da UNESCO, disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1442.pdf>, última consulta em 25 de março de 2018.

³⁹ A nomeação do sítio foi alterada para “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar” pela UNESCO desde 2016. Ver: <http://whc.unesco.org/en/decisions/6784>, última consulta em 28 de março de 2018.

locais também perderam gradualmente o costume de entrarem na mesma zona descalços, a importância da tradição reverente e sagrada do local está a ser substituída pelos hábitos seculares trazidos pelo mundo exterior (Baillie, 2006:127).

O património tem uma relação estreita com a identidade. Howard (2003:52-53) acredita que a prática de gestão patrimonial contém níveis múltiplos de identidade geográfica, e o património fortalece a identidade a vários níveis: da família, locais, regionais, nacionais e até continentais e mundiais. Rodrigues (2012) sublinha também que o significado do património não é apenas a herança da história passada, mas também a memória coletiva e a identidade de um grupo específico, que constituem o conteúdo mais importante do património. Embora o património ajude a manter e preservar a identidade de um país, nação, comunidade religiosa, tribo, família, etc., e seja um “elemento fundamental na construção da identidade social/cultural” e “a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade” (Rodrigues, 2012:4), nas práticas modernas de conservação patrimonial, os programas do topo para a base, dominados por autoridades e profissionais de preservação, fez com que, muitas vezes, a cultura nacional e oficial ocupasse uma posição dominante e, simultaneamente, a identidade dos detentores do património vulnerável fosse diluída, enfraquecida, destruída e até excluída de seu próprio sítio patrimonial (Wall & Black, 2004). Peixoto (2006) enfatiza uma contradição entre "estatuto patrimonial" e "identidades vividas". Ele apontou criticamente que o património e a identidade não são uma fórmula equacional e, para as identidades vivas, aquelas que são classificadas como "património", podem até tornar-se uma grande ameaça à sobrevivência das identidades. O autor trata o património como uma invenção cultural, porque quando obtiver um estatuto patrimonial, isso significa que o património está protegido e exibido para resistir à possibilidade de desaparecimento. Depois, que os bens patrimoniais que perdem as suas funcionalidades ou que não conseguem integrar-se nas práticas económicas e sociais quotidianas são “reativados, re-inventados e idealizados (Peixoto, 2006:74)”, um novo modo será desenvolvido, no qual quando as identidades (atualmente vividas) que não tenham sido alvo de grande atenção são “embelezadas” por encenação e estilização. Na opinião do Peixoto, o património protegido parece uma figuração da realidade, mas a sua aparência

deslumbrante representa uma vida abstrata e ilusória, isto é, uma que os residentes nunca experimentaram e com a qual não se podem identificar; “o património” tornou-se um cartão de visita das cidades, em vez do espaço “onde uma identidade vivida e partilhada se desenvolve (Peixoto, 2006:70)”, portanto, o autor afirmou, francamente, no título do artigo que “o património mata a identidade”. Podemos ver que, na prática da preservação e gestão do património, existem problemas de fundo, em que o governo, frequentemente, tem um único objetivo de intervenção, uma compreensão unilateral do valor dos bens e uma ignorância acerca da salvaguarda dos elementos imateriais (tais como práticas religiosas e festividades). Como mencionado no capítulo 1 (Figura 1), a presença física e a identidade da comunidade central são a conexão intangível entre a comunidade e o património, pelo que, podemos dizer que, para o património vivo, a conservação inapropriada mata a continuidade.

Embora na abordagem baseada no sentido do valor, a gama de objetos cobertos pelo valor do património tenha sido ampliada e a diversidade do património tenha sido alvo, cada vez mais, de muita atenção, é ainda um método de conservação patrimonial “liderado por especialistas (*expert-driven*)” como uma abordagem baseada no material. Quando for aplicada à preservação e gestão do património vivo, terá que ser revista. Este é, sem dúvida, um golpe fatal para este tipo de património que toma o princípio da continuidade como conceito central. As comunidades centrais, que têm relação mais próxima com os sítios são sempre marginalizadas, excluídas e até mesmo forçadas a se separarem do seu espaço ancestral. Poullos (2010:178-179) pensa que o objetivo da "abordagem baseada em valor" é mais adequado para os patrimónios cuja continuidade de funções já foi quebrada, ou cujo processo da definição e da organização espacial foi interrompido. Contudo, existe apenas uma situação em que se pode incluir património vivo nesta abordagem, isto é, somente quando os mecanismos de propriedade e práticas tradicionais de manutenção podem ter um efeito positivo na preservação dos materiais físicos. Isso, obviamente, não se aplica a todos os patrimónios vivos. Pode ser visto na Tabela 4, acima, que, em muitas práticas de manutenção quotidiana do património vivo, nem os tipos de matérias-primas nem a antiguidade dos edifícios são o foco de consideração, pelo contrário, a estrutura e os materiais são

considerados recursos renováveis, e a “mudança no material” é uma condição necessária para a evolução dos bens patrimoniais. Como diz Wijisuriya (2005:37), o propósito da substituição e da renovação contínua não é somente reter o conteúdo material, mas sustentar a importância cultural, o significado dos lugares e o simbolismo ligado ao património. Isso mostra que, para o património vivo, a mudança da estrutura física é parte integrante do processo de formação do sítio, e é também um requisito essencial para a sobrevivência e continuação do património vivo. Os materiais são incluídos em todo o processo de evolução do património e são considerados como parte do ambiente, dos rituais e das atividades de sobrevivência, em vez de serem independentes da vida quotidiana da comunidade central. Portanto, a conservação do património vivo não impede a mudança, mas requer a gestão dela, pois a mudança é o que deve ser aceite no processo de continuidade, e é essa mudança que expressa o significado cultural que evoluiu ao longo da história. Diante dessas características do património vivo, Miura (2004) defendeu uma nova ética e abordagem de conservação, estendendo que os critérios da conservação arquitetónica devem incluir o património imaterial, conhecimentos, práticas tradicionais de gestão e o modo de vida dos residentes locais.

2.2. Uma "abordagem do património vivo" centrada nas pessoas

Em 2009, o ICCROM estabelece uma nova “Abordagem do Património Vivo (*Living Heritage Approach*, LHA em forma abreviada)” baseado na comunidade e nas práticas não-ocidentais (Poulios, 2010). Desde 2011, o Centro renomeou o programa anterior de sítios do património vivo (2003-2008) (veja-se Capítulo 1) como o Projeto de Promover as Abordagens Centradas nas Pessoas para a Conservação: o património vivo (2011-2017) (*Promoting People-Centred Approaches to Conservation: Living heritage*), que é um novo projeto de seis anos de relevância internacional (Poulios, 2014a:28). Como explica o ICCROM, essas abordagens centradas nas pessoas não são apenas sobre o aumento da participação num determinado sistema de gestão patrimonial, mas também têm como objetivo garantir que as pessoas mais ligadas ao património estejam no centro da sua conservação, enfatizando o papel

mutuamente benéfico e dinâmico do património na sociedade⁴⁰.

Convém notar que, nas Notas de Orientação elaborada pelo mesmo Centro (Court& Wijesuriya, 2015:3-4), o modelo de participação das pessoas na conservação é discutido e explicado em dois tipos: o primeiro diz respeito ao património universal, em que as comunidades podem ser comunidades de sítio (aqueles que vivem dentro ou perto do património), comunidades de interesse (que sentem um vínculo próximo com ou estão interessadas no património) ou comunidades de prática (aqueles que trabalham com o património); o outro é a abordagem do património vivo (LHA) que põe em primeiro lugar a comunidade central. Todavia, a classificação do primeiro tipo trará alguma confusão: como dizem Smith e Waterton (2013:11,19), os formuladores de políticas e os profissionais do património (arqueólogos e profissionais de museus, por exemplo) podem também ser definidos como um grupo comunitário, e, desta forma, como distinguir as abordagens de preservação baseadas no material e no valor, dirigidas pelos especialistas anteriormente referidos acerca da abordagem do património vivo, dirigidas pela comunidade central? Ou seja, no que respeita às “pessoas (*people*)”, que pessoas? Se referente a todas as comunidades relacionadas aos sítios de património ou apenas àquelas com ligações especiais com o património? Esta questão não é claramente explicada na orientação. Contudo, é claro que, segundo a última abordagem, o foco está centrado na “continuidade”, isto é, manter e preservar a associação original entre a comunidade central e o património, enfatizando os elementos intangíveis em vez dos tangíveis, destacando a importância da compreensão e interpretação da comunidade central e dos valores do património (Poulios, 2010:180; 2014b:28).

Peter Howard (2003:7-9) enfatiza particularmente o conceito de propriedade (*ownership*) em questões patrimoniais, e destaca os atributos como “individual”, “família” e “público”. Na obra *Heritage, Communities and Archaeology* (Património, Comunidades e Arqueologia) elaborada por Smith e Waterton (2013:138-140), a discussão centra-se em formas específicas, em que especialistas de conservação colaboram com comunidades centrais, e estimulam o

⁴⁰ Página web do ICCROM sobre “Comunidade e Património (*People and Culture*)”, disponível em: <https://www.iccrom.org/section/people-and-heritage>, última consulta em 2 de abril de 2018.

respeito pelos poderes dominados pela comunidade. Elas argumentam que a proteção do património deve, em última análise, depender do praticante da própria cultura-alvo, o papel de especialistas em património é apenas auxiliar, estabelecendo e mantendo uma relação de confiança, através de um diálogo honesto, em vez de definir e dizer o quê e quando a comunidade deve fazer. Portanto, na nova abordagem de conservação, o papel principal é realizado pela comunidade central, enquanto os profissionais e as comunidades periféricas desempenham um papel suplementar. Contudo, a importância dos profissionais de conservação e das comunidades mais amplas não é desvalorizada, mas colocada num contexto diferente: “Os sistemas de gestão tradicionais e práticas de manutenção da comunidade central são reconhecidos e aceites e dada prioridade, enquanto o sistema de conservação e técnicas modernas são tratadas principalmente como suplementares às tradicionais⁴¹ (Poulios, 2010:180).” O papel dos especialistas em conservação do património vivo é mais coordenado e promovido, assegurando as ligações entre diferentes comunidades e o património de uma forma holística e integral (Smith & Waterton, 2013:139), respeitando a escolha das comunidades centrais e salvaguardando os seus interesses.

Como indicado na Tabela 5⁴², Ioannis Poulios (2014a:135-138) realizou uma gama completa de comparação dessas três abordagens de conservação e, ao nível de implementação, o processo de aplicação dessa nova abordagem de património vivo está dividido em várias etapas, tais como: 1) identificação do património e da comunidade central, 2) estabelecimento de cooperação, 3) investigação e decisão, 4) avaliação, 5) tomada de decisão, 6) inspeção e revisão periódica de ações de conservação, com base na continuidade. Depois de identificar os bens como património vivo, é necessário estabelecer uma relação de cooperação entre os profissionais e a comunidade central, que desempenha um papel significativo na investigação, avaliação e tomada de decisões do património. Os seus mecanismos tradicionais de gestão devem ser aceites e continuados e as estratégias de planeamento também devem levar em consideração o desenvolvimento futuro da comunidade.

⁴¹ Tradução própria a partir do texto original: “The traditional management systems and maintenance practices of the core community are recognized and accepted as the primary ones, while modern conservation system and techniques are recognized mostly as supplementary to the traditional ones.”

⁴² Tabla reorganizada e traduzida. Fonte do conteúdo: Poulios (2014a:19-24, 130; 2014b:18-27).

Tabela 5. Estratégias das três abordagens para a conservação do património

Tipo de abordagem	Abordagem baseada no material: profissionais de conservação e património	Abordagem baseada no valor: profissionais de conservação, grupos de partes interessadas e património	Abordagem do património vivo (LHA): comunidade central e património, comunidades periféricas e profissionais de conservação
Esquema			
Lógica (Filosofia) da conservação	Abordagem dirigida por especialistas: O poder ficar todo concentrado nas mãos dos profissionais de conservação, sem qualquer envolvimento da comunidade.	Abordagem dirigida por especialistas: Os grupos de partes interessadas estão igualmente envolvidos no processo de conservação e a comunidade local é considerada como um deles. Todavia, o poder pertence a uma forte autoridade de gestão, que é, na maioria dos casos, composta pelos profissionais da conservação.	Abordagem dirigida por comunidade: A comunidade central é vista como uma parte inseparável do património e é claramente diferenciada das outras comunidades. A comunidade central recebe o papel principal no processo de conservação, enquanto os profissionais fornecem-lhe um enquadramento adequado de apoio, orientação e assistência.

Desta forma, a nova abordagem de conservação é uma abordagem ascendente (*bottom-up*) e interativa (Wijesuriya, 2015:10). Essa ideia de conservação centrada na comunidade é refletida em alguns documentos internacionais recentes. Por exemplo, na Declaração de Florença: Paisagem e património como valores humanos (2014) refere-se a importância da conservação comunitária e a capacitação das entidades locais. Enfatizando o vínculo estabelecido entre as comunidades, que são participantes importantes na prática de conservação e o seu património, a Declaração indica que é crucial respeitar os direitos possuídos pela comunidade, identificar os valores e sistemas de conhecimento transmitidos (artigo 4.1.a), e dar às comunidades um papel ativo no sistema de gestão e planificação, envolvendo-as nos processos de tomada de decisão, enquanto os profissionais desempenham um papel de assessores técnicos ou mediadores das comunidades nesse processo (artigo 4.2.a e 4.2.b). Sublinhando sem precedentes o papel dos seres humanos, a Declaração coloca a comunidade que possui o património na posição dominante de conservação, e presta atenção à satisfação da sua expressão emocional e necessidades de vida; reconhecendo que o património cultural está intimamente relacionado com a vida quotidiana da comunidade, o conhecimento tradicional expressa diretamente os apelos espirituais das pessoas e, desta forma, a conservação patrimonial pode ser alcançada não somente no nível material, mas também pode sustentar a vitalidade do património através do respeito dado às ações de proteção espontânea e consciente da comunidade. Além disso, a Declaração de Delhi sobre Património e Democracia (2017) defende diretamente um modelo de desenvolvimento e proteção sustentável baseado em pessoas, encoraja as comunidades a participarem na preservação e gestão do património e no processo de planeamento, integração do conhecimento tradicional e no processo decisório colaborativo. A Carta enfatiza também a conservação do “património vivo” separadamente, mencionando diretamente que a salvaguarda da “continuidade” do património vivo é um pré-requisito para o seu desenvolvimento sustentável, reiterando-se que a transferência intergeracional de conhecimentos e competências, baseadas na cooperação da comunidade, pode alcançar a conservação e gestão contínua do património vivo. As iniciativas desses documentos, sobre a participação das comunidades na preservação e gestão,

refletem o princípio de que a abordagem do património vivo já é reconhecida e valorizada internacionalmente.

Em contraste com as abordagens baseadas na componente material e a do valor, a preservação do património vivo coloca em primeiro lugar a salvaguarda da continuidade e essa continuidade é mais manifesta no significado cultural imaterial e nas pessoas da comunidade, em vez de, apenas, em materiais físicos. Essa nova abordagem adota mudanças (que estão sempre envolvidas na continuidade), reconhece que a comunidade central tem um poder e direito de contínua criação do património, e que a "proteção" está incluída no processo de "criação". Por isso, as mudanças trazidas pela criação são parte integrante da formação e evolução do património. Para o património vivo, como indica Mehrotta (2004, citado por Poullos, 2010:179), a mudança não significa "perdido", mas "novas possibilidades": “No contexto da continuidade, as fronteiras entre o passado, o presente e o futuro são eliminadas. Três espaços-tempo são considerados como um presente contínuo, e assim o presente é visto como a continuação do passado para o futuro (Poullos, 2010:180)⁴³”. Na visão de Poullos (2010), a proteção do património vivo precisa de mudar o seu foco, o da persistência da preservação de estruturas e de materiais e a descontinuidade entre o presente e o passado, pois o património é mais uma "realidade viva" em vez de um "passado morto". Assim, podemos concluir que esta nova abordagem presta mais atenção à conexão não-materiais entre as comunidades e os locais de património, e também um processo contínuo de criação, derivado dessa conexão.

No entanto, esta nova abordagem de conservação parece perfeita, mas ainda há problemas a serem resolvidos. Tunprawat (2014) menciona que, uma vez que se defende a voz das comunidades, podem surgir conflitos decorrentes de grupos diferentes que competem pelo estatuto de comunidade central. Outra preocupação é, como conseguir um equilíbrio entre as necessidades de subsistência da comunidade e as necessidades de conservação que devem ser governadas pelas tradições existentes? Por exemplo, no sítio património mundial

⁴³ Tradução própria a partir do texto original: “In the context of continuity, the boundaries between past, present, and future are eliminated. Past, present, and future are unified into an ongoing present, and thus the present is seen as the continuation of the past into the future.”

“Monumento Nacional do Grande Zimbábue”, existem várias comunidades locais e religiosas que reivindicam uma associação original exclusiva com o sítio, por si mesmas, no entanto, as evidências históricas e arqueológicas existentes são insuficientes para provar a validade de qualquer uma dessas alegações (Poulios, 2011:148). E em Rennell Oriental (*East Rennell*, nas Ilhas Salomão), na área inscrita na Lista do Património Mundial em Perigo, o problema existente é o da vulnerabilidade e a ameaça de perda dos recursos naturais, cada vez mais esgotados, a exploração desses recursos pelos residentes locais responsáveis pela gestão da propriedade em formas tradicionais, para o seu sustento, incluindo a mineração, extração de madeira, exploração excessiva de caranguejos, de coco, de recursos marinhos e espécies endémicas (UNESCO, 2012:82). Este último caso coloca várias questões preocupantes: como realizar o trabalho de conservação quando as atividades da comunidade central têm impactos no património, a nível físico, devido à sua sobrevivência e necessidades espirituais? Que tipo de “mudança” é permitida e que grau de influência pode ser tolerada? Depois que essas mudanças ocorrerem, o património ainda será "real", ou seja, autêntico? O que está em causa é a questão de autenticidade que iremos explorar no próximo capítulo.

PARTE 2
TEORIAS SOBRE A NOÇÃO DE AUTENTICIDADE DO PATRIMÓNIO
E A SUA REFLEXÃO NA CHINA

Capítulo 3 - Análise teórica do conceito de autenticidade

A preocupação humana com a autenticidade não começa hoje, nem é limitada à área da proteção patrimonial. Na primeira parte, discutimos o conceito do património, que, no ocidente tem uma relação inseparável com o “passado”. É precisamente por causa da diferença entre o passado e o presente que as pessoas têm interesse no passado e querem entendê-lo; e é pela “nostalgia da autenticidade (nostalgia for authenticity)” que as pessoas consideram o património que vem do passado como algo de importante (Butler, 2006:466).

Desde que o conceito de autenticidade foi introduzido na área de preservação e gestão do património, no início dos anos 1960, tornou-se um tema quente do debate académico, como padrão de análise e classificação do património, estipulado na Convenção do Património Mundial. Em particular, a compreensão sobre o valor patrimonial não se realizou de uma só vez. Com o desenvolvimento da sociedade, a conotação do património sofreu uma mudança grande, e o mundo também mostrou tendências evolutivas diversificadas. Portanto, o entendimento e a compreensão da autenticidade do património não podem ser imutáveis. A autenticidade é como uma variável, refletindo o entendimento e a interpretação de diferentes tempos e espaços e, por isso, tem um carácter que acompanha o correr do tempo.

3.1. Origem e desenvolvimento do conceito de “autenticidade”

A palavra “autêntico (*authentic*)” parece ter algumas das suas origens na Europa da Idade Média (Lowenthal, 1999). Tendo os significados de "autoritário" e "original" em grego e latim, não assumia ser um termo específico ao campo do património, porque foi aplicado a ambientes naturais e artificiais, ética, à linguística, literatura e arte, antes do surgimento da moderna teoria do património cultural. Na interpretação do dicionário inglês *Webster's Collegiate Dictionary* (1936:146), “autêntico” tem significados como original, real e confiável. O Dicionário da Língua Portuguesa (2007:227) define como certificado por instrumrnto ou testemunho público, fidedigno e verdadeiro. David Lowenthal (1999:5), perito em património cultural britânico, acredita que a autenticidade denota o "verdadeiro" e o

"real", em oposição ao "falso", o "original", não "a cópia", o "honesto" contra o "corrupto", e o "sagrado" em vez do "profano". Quando a palavra "autenticidade" é usada no campo do património cultural, ela refere-se ao original, real e confiável do próprio património cultural e todas as informações relevantes.

De acordo com Lowenthal (1999), na Idade Média, a "autenticidade" era usada quando se referiria à legalidade das Escrituras Cristãs e às relíquias religiosas. A Sagrada Escritura era considerada, sem dúvida, uma fonte autêntica. E as relíquias não correspondiam a factos, mas a histórias lendárias, cuja falsificação se tornou uma indústria importante, por um longo período de tempo. Tornou-se surpreendente a descoberta de que o conjunto de relíquias (pedaços de ossos, neste caso) de S. João Batista permitia reconstituir cinco cabeças, o mesmo se passando em relação a outras figuras santificadas. Mesmo no final do século XIX, um inventário papal revelou que se multiplicaram os objetos sagrados "autênticos", numa altura em que ocorreu a desapropriação/expropriação monástica (*monastic dispossession*). No período medieval, nunca se duvidara da autenticidade das coisas sagradas, desde que a igreja declarasse que eram as relíquias dos santos, não era nem necessário identificar a sua origem nem descobrir o verdadeiro ou falso, as relíquias eram consideradas "autênticas" enquanto servissem a fé e o seu carácter sobrenatural. Nesta altura, a própria fé tem uma autenticidade inquestionável e não depende da verificação de objetos materiais. Portanto, a autenticidade que é alicerçada na autoridade e na não contestação da origem é equivalente à fé e obediência absolutas.

O acesso à multiplicidade de escritos que se difundem, graças a múltiplas aportações culturais e técnicas desde o Renascimento, os textos da escritura bíblica ou da lei romana que foram linhas sagradas inquestionáveis, foram sujeitas a críticas e à avaliação fundamentada, sob pena de serem consideradas "mentiras". A autenticidade neste momento é entendida como algo que exige uma comprovação material e os séculos XVIII e XIX, a experimentação testa e substitui histórias e lendas. Os especialistas exploram cuidadosamente os monumentos ou sítios, valorizam o uso dos vários arquivos e informações relacionadas para determinarem a autenticidade. Muitos arqueólogos afirmam que os locais históricos são mais verdadeiros do

que a literatura, porque são difíceis de mudar de lugar. Apesar desta procura do autêntico, o fenómeno da falsificação nunca parou, até aumentou e os séculos XVIII e XVIII também foram tão notáveis na procura da verdade e em expôr velhas falsificações quanto em fabricá-las.

Quando a autenticidade se libertou da certificação pela via da "autoridade" e "crença" da Idade Média, a conservação e restauro das estruturas arquitetónicas europeias revelou o espírito positivo do recurso à ciência e a eclosão de uma variedade de escolas defensoras de diferentes princípios, como as francesas e britânicas, as mais conhecidas e representativas (Jokilehto, 2002). No caso francês, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-79), um arquiteto, desenhador, escritor, crítico e historiador de arte arquitetónica francês, propôs a "teoria do restauro estilístico". Ele defendeu que a autenticidade dos monumentos residia na perfeita união do estilo arquitetónico original, e na restauração científica dessa integridade. Era necessário conduzir os bens culturais ao estado “mais puro”, o que implicava que o arquiteto do restauro deveria optar pela reconstrução do monumento, melhorando os defeitos e procurando um ideal do seu estilo, e poderia adicionar algumas invenções e decorações realmente criativas, que acreditava serem necessárias.

Embora o princípio francês de conservação gradualmente tenha sido assumido pelo *mainstream* da proteção do património europeu, ele foi recebido com forte oposição de outras tendências surgidas em Inglaterra, representada por John Ruskin e William Morris. Eles negavam o restauro consciente dos monumentos, defendendo a sua constante manutenção para evitar um futuro restauro, considerando que a autenticidade dos bens culturais estava nos traços surgidos ao longo das vicissitudes que os monumentos atravessavam. Morris fundou em 1877 a Sociedade de Proteção de Edifícios Antigos em Londres, os seus membros denunciaram as intervenções feitas na Europa, em alguns monumentos, e opuseram-se à realização de restauros que se pretendiam efetuar na época. No entanto, esse conceito de “anti restauro” tornou-se impraticável porque está no outro extremo da preservação do património cultural.

Ainda no final do século XIX, a escola italiana representada por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni alegavam que a arquitetura incluía vários valores, porque os monumentos não são apenas uma obra de arte, mas também testemunhos vivos da história cultural e da história social. Portanto, não se deveria apenas herdar as relíquias e realizar os reparos necessários, também será importante proteger as suas ricas informações históricas e respeitar os traços históricos e artísticos originais e as adições subsequentes. Estes princípios marcam a maturidade da conservação europeia dos monumentos e são também a base teórica da famosa Carta de Veneza (Luso, Lourenço & Almeida, 2004:35-39).

Como mencionado no capítulo anterior, a Carta de Veneza de 1964 foi um marco importante na proteção do património internacional do século XX. A Carta não faz uma definição clara de autenticidade, mas aponta no seu prefácio que “as pessoas estão a ficar cada vez mais conscientes sobre a unidade dos valores humanos e encaram os monumentos antigos como um património comum. É reconhecida a responsabilidade comum de os salvaguardar para as gerações futuras. É nosso dever transmiti-los na totalidade da sua riqueza e da sua autenticidade.” A Carta descreve uma imagem ideal de proteção: os objetos não só guardem os vestígios dos anos como testemunhas históricas, mas também são obras de arte perfeitas; eles não devem ser alterados e separados do seu ambiente original; as ações de restauro devem principalmente manter o seu estado atual e garantir a sua segurança, o objeto após a restauração deve ser capaz de mostrar claramente os resultados de pesquisa que sobre eles foram realizados. Desde então, quer a *Carta Europeia do Património Arquitetónico* de 1975 quer as *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*, que têm de ser constantemente revistas, indicaram que o exame da autenticidade é uma parte crucial na conservação do património. Segundo Jukilehto (2006:8), antes da edição de 2005, “o exame de autenticidade” seguia as *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial* que cumpria quatro parâmetros: “conceção, materiais, trabalho humano e enquadramento (*design, materials, workmanship and setting*)”. Verifica-se que, a complexidade, cada vez mais emergente, da proteção do património não foi totalmente compreendida no contexto da internacionalização. Como já disse, porque os tipos e conceitos

de património estão-se expandindo, e a conotação de autenticidade não pode ser confinada unicamente aos sítios e monumentos, dada a integração do património de regiões não europeias conduzindo a uma perspetiva internacional, e a expansão da compreensão da autenticidade tornou-se iminente.

Em 1994, *O Documento de Nara sobre a Autenticidade* elaborado por 45 representantes de 28 países, após a deliberação sobre a definição e a avaliação da autenticidade durante a Conferência de Nara (Japão), construiu o significado de autenticidade mais explícito:

13. Dependendo da natureza do património cultural, do seu contexto cultural, e da sua evolução através do tempo, os julgamentos de autenticidade podem estar ligados ao valor de uma grande variedade de fontes de informação. Entre os aspetos destas fontes, podem estar incluídos a forma e o desenho, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento, o espírito e o sentimento, bem como outros fatores internos e externos (ICOMOS, 1994).

O Documento afirmou que a autenticidade é um fator fundamental na classificação e avaliação do património cultural. O exame da autenticidade não só depende do julgamento do seu material histórico, como também de vários aspetos, tais como a ligação entre a sua função tradicional e a atual, o seu ambiente do fundo tangível e intangível e a relação entre o património e o seu significado espiritual, etc. Pamela Jerome (2008) pensa que a importância do Documento de Nara é reconhecer a diversidade da cultura e do património, e, por isso, é impossível definir um padrão unificado na avaliação do seu valor e da sua autenticidade. A definição de autenticidade é alargada neste documento, para ser tangível e intangível (ou seja, material e imaterial). A continuidade do património determina que a autenticidade não é absoluta, mas relativa, e o núcleo é a autenticidade progressiva (*progressive authenticity*), por isso, há necessidade de flexibilizar o processo da definição da autenticidade.

Um extenso diálogo sobre a diversidade do património, entre diferentes contextos culturais no mundo, é extremamente importante para esclarecer, ainda mais, o conceito de autenticidade relacionado com o valor do património e a sua aplicação. O Comité do Património Mundial forneceu uma valiosa base de discussão e mecanismo para a realizar. Sob a liderança do ICOMOS, desde 1994, os seus membros da Europa, da América do Norte e do Sul, da Oceania e da África usaram os continentes como unidades regionais, conduziram

discussões internacionais sobre a noção de “autenticidade”, emergida do Documento de Nara, em seus respectivos contextos culturais e práticas de proteção ao património, e propuseram um consenso acerca do conceito e estabeleceram cooperações e intercâmbios internacionais teóricos.

Em março de 1996, membros dos Comités Nacionais do ICOMOS das Américas reuniram em San Antonio emitindo a *Declaração de San Antonio*. Esta é uma compreensão da autenticidade proposta no contexto da cultura americana. A Declaração usa os seguintes marcadores, para determinar que valores significativos do sítio poderão ser estabelecidos:

- i) **Reflexão sobre o valor real.** Ou seja, se o recurso ainda permanece na condição da sua criação e se reflete toda a sua história significativa. ii) **Integridade.** Ou seja, se o recurso está fragmentado; quanto é que falta, e quais são as suas adições recentes. iii) **Contexto.** Ou seja, se o contexto e/ou a envolvente corresponde ao original ou a outros períodos significativos; e se eles valorizam ou diminuem o significado. iv) **Identidade.** Ou seja, se a população local se identifica com o sítio, e qual a identidade que o sítio reflete. v) **Uso e função.** Ou seja, quais os padrões tradicionais de uso que caracterizaram o sítio (ICOMOS Américas, 1996:7-8).

No âmbito de documentos internacionais como a Carta de Veneza e o Documento de Nara, a Declaração de San Antonio apresentou propostas e princípios específicos, em vários aspectos relacionados com a autenticidade. Sublinhando a “identidade” da comunidade, a “função” original do sítio, fragmentação do recurso e “adições (ou seja, mudanças ao longo do tempo)”, todos esses marcadores correspondem aos critérios da continuidade do património vivo que discutimos anteriormente, por isso, a ênfase dessa Declaração é colocada na compreensão da autenticidade a partir das perspectivas de identidade cultural, valores sociais, mecanismos de proteção e “património dinâmica”. A questão da autenticidade é aprofundada nos principais elos de proteção e implementação do património, a partir do espírito e dos princípios dos documentos anteriores. Embora a Declaração de San Antonio proponha uma compreensão da autenticidade no contexto da identidade americana, a realidade e os problemas de preservação e gestão do património que ela representa parecem ser mundiais.

Desde o início do século XXI, havia cada vez mais convenções e documentos que começaram a concentrar a discussão acerca da autenticidade patrimonial em contextos culturais das outras regiões. Os *Protocolos de Hoi An Para Melhores Práticas de Conservação na Ásia* (*Hoi An Protocols for Best Conservation Practice in Asia*, a seguir designada *Protocolos de Hoi An*), de 2005, reafirmaram a significação da autenticidade relativamente ao património cultural, e enfatizaram que a autenticidade é geralmente entendida em termos de uma matriz que relaciona uma série de qualidades materiais e qualidades “imateriais” ou essenciais:

Tabela 6. Dimensões da Autenticidade propostas pelos Protocolos de Hoi An⁴⁴

Dimensões de Autenticidade				
Aspectos	Localização e Enquadramento	Forma e Desenho	Uso e função	Qualidade Imateriais
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Lugar ■ Enquadramento ■ “Sentido de Lugar” ■ Nichos Ambientais ■ Forma de relevo e vista ■ Arredores ■ Elementos vivos ■ Grau de dependência da localidade 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Layout do Espaço ■ Desenho ■ Materiais ■ Artesanato ■ Técnicas de Construção ■ Engenharia ■ Estratigrafia ■ Ligações com outras propriedades ou sítios 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Uso (s) ■ Usuário (s) ■ Associações ■ Mudanças do uso ao longo do tempo ■ Distribuição espacial do uso ■ Impactos do uso ■ Uso como resposta ao ambiente ■ Uso como resposta ao contexto histórico 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Expressão Artística ■ Valores ■ Espírito ■ Impacto Emocional ■ Contexto Religioso ■ Conexões Históricas ■ Sons, Cheiros e Gostos ■ Processo Criativo

Simultaneamente, as *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial* revistas deram uma nova definição para as “condições de autenticidade” a partir da edição 2005:

81. Os juízos sobre os valores atribuídos ao património cultural, bem como a credibilidade das fontes de informação, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura. O respeito que é devido a todas as culturas exige que o património cultural seja considerado e julgado essencialmente nos contextos culturais a que pertence (UNESCO, 2005).

⁴⁴ Tabela resultante de tradução própria a partir da tabela original, que se pode ver em *Hoi An Protocols for Best Conservation Practice in Asia* (UNESCO, 2015b:8).

De acordo com o tipo de património cultural e o seu contexto cultural, as Orientações elaboraram uma lista dos atributos de valores culturais dos bens, como critérios a aplicar no exame da autenticidade do património. Além dos parâmetros anteriores, agora também inclui outras formas de património imaterial, bem como o espírito e o sentimento ou outras questões, mostrando um reconhecimento muito mais amplo dos diferentes aspetos da cultura e do património (Jukilehto, 2006:8).

82. Conforme o tipo de património cultural e o seu contexto cultural, pode-se considerar que os bens satisfazem as condições de autenticidade se os seus valores culturais (tais como são reconhecidos nos critérios da proposta de inscrição) estiverem expressos de modo verídico e credível através de uma diversidade de atributos, entre os quais:

- forma e conceção;
- materiais e substância;
- uso e função;
- tradições, técnicas e sistemas de gestão;
- situação e enquadramento;
- língua e outras formas de património imaterial;
- espírito e impressão; e
- outros fatores internos e externos (UNESCO, 2005)

Podemos ver que os indicadores utilizados para a avaliação da autenticidade são geralmente divididos em dois tipos: indicadores objetivos e subjetivos. Os marcadores objetivos incluem materiais, desenho (conceção), tecnologia, ambiente, funções, etc., enquanto identidade e espírito são marcadores subjetivos. De facto, a dificuldade em avaliar a autenticidade não está no julgamento de cada marcador, mas em como entender as relações de peso dos vários fatores de diferentes tipos de património, de modo a obter uma autenticidade geral. Qual é a definição de "autenticidade"? Infelizmente, nem o Comité do Património Mundial nem o ICOMOS, que promovem a discussão da autenticidade ao nível internacional, ainda não definiram claramente este conceito. Apesar disso, é certo que a autenticidade é um fator comum na definição, avaliação e acompanhamento do bem. A discussão internacional em torno da questão da autenticidade é uma ilustração da diversidade da cultura e do património mundial, bem como do reconhecimento e respeito por essa diversidade e os seus valores. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da autenticidade da proteção do património

internacional deixa-nos ver que cada geração terá novas ideias e padrões sobre este assunto. Por isso, como o Documento de Nara refere, “não é possível basearem-se os julgamentos de valores e de autenticidade de acordo com critérios fixos (ICOMOS, 1994).” Wim Denslagen (2008) acredita que as pessoas são livres para escolherem a sua definição de autenticidade, que é um conceito muito subjetivo. Ele acrescentou que até pode ser fácil definir a noção de autenticidade, mas é mais difícil definir o que não é autêntico. Como David Lowenthal (1999) escreveu, a autenticidade não é "eterna, fixa e inabalável". Passou-se das preocupações exclusivas com edifícios e artefactos para considerações mais amplas de paisagem e natureza, de tradição e folclore, de ideias e crenças...os critérios para definir a autenticidade estão num estado de fluência contínua. Por isso, “a autenticidade é um conceito antigo de significado, funções e critérios em constante mudança (Lowenthal, 1999:5).”

3.2. A questão de autenticidade na preservação do património vivo

Em novembro de 2013, o *Nepal National Committee of the International Council on Monuments and Sites* (Comissão Nacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios do Nepal) organizou um simpósio internacional sob o tema de “*Revisiting Kathmandu, safeguarding Living urban heritage* (Revisitando Kathmandu, salvaguardando património urbano vivo)”, e os quatro tópicos paralelos de discussão foram: a autenticidade, o envolvimento da comunidade, a gestão do património e a redução de risco de desastres. Na colecção de artigos (*the Proceedings*) publicada depois de simpósio, um dos participantes, Neel Kamal Chapagain, levantou a problema do desafio da autenticidade que o Vale de Katmandu (*Kathmandu Valley*, Património Mundial) estava a enfrentar, no seu ensaio “*Traditions, materiality and community engagements with heritage: Re-thinking authenticity in living heritage sites in Nepal* (Tradições, materialidade e comunidade o seu envolvimento com o património: repensando a autenticidade do património vivo no Nepal)”.

A controvérsia sobre a autenticidade do Vale de Katmandu não é uma novidade no campo da proteção internacional do património. Já em 1992, o Comité do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) reuniu-se em Katmandu, criticou o trabalho de restauro do Vale de Katmandu, em particular o no I Baha Bahi, que levou à eclosão da

polémica acerca da autenticidade daquele sítio patrimonial durante décadas.

Sendo um sítio com tradições religiosas e culturais fortes, o Vale de Katmandu centra-se sobre todos os assuntos relativos ao templo (por exemplo, a sua reparação) que é o privilégio de poucos monges, e muitos templos não tinham qualquer registo documentado sobre o processo de renovação. Neste caso, os profissionais de conservação não tinham a possibilidade de “entenderem” as informações detalhadas sobre os materiais, a estrutura, o desenho ou outros aspetos do processo de construção, o que influencia a avaliação da “autenticidade material” dos monumentos. Além disso, falando de forma objetiva, devido ao clima de monção, aos desastres frequentes de terremoto e aos incêndios causados por rituais religiosos diários, as construções em estrutura de tijolo e de madeira exigem uma reparação periódica, que neste caso significam claramente a necessidade de reconstrução. A tradição de uma intervenção que combina a renovação, o restauro e a reconstrução na proteção do monumento do Nepal já tinha uma longa história. A sua destruição e a reconstrução cíclica faz com que a informação dos vários períodos históricos se sobreponha, e também causa um resultado que, no todo ou em parte, leva a que quase nenhum templo do país seja completamente “original”, e isto constitui um desafio sobre o que é a “autenticidade material”. Neste caso, como compreendemos a autenticidade do templo vivo?

O ponto de vista de Chapagain (2015) é de admitir a continuidade e a mudança, e tomar os valores, crenças e costumes locais no seu conjunto como um parâmetro importante para avaliar a autenticidade. O autor acredita que se deve contextualizar a metodologia de examinar e aplicar a classificação de autenticidade do património urbano vivo, e seleccionar sistemas de gestão adequados, baseados na diversidade de cultura e de comunidade. No caso do Vale de Katmandu, a autenticidade deste património vivo é demonstrada mais através da continuidade dos espaços cotidianos, tradições, rituais e valores criados pelos templos locais, do que nos traços antigos de construção.

Como mencionado na primeira parte do presente trabalho, em comparação com o “património estático”, a característica mais óbvia do património vivo é a continuidade que está, ao mesmo tempo, acompanhada por mudanças. Poderão ocorrer mudanças no quadro da

continuidade do património. Por exemplo, funcionalmente, uma igreja pode desenvolver outras novas subfunções como arqueológicas e turísticas, depois de ser classificada como património nacional/mundial, enquanto a sua função religiosa original é preservada. Além do mais, a sua comunidade central muda de geração para geração, e também chegarão as novas comunidades, como turistas e arqueólogos. Exemplos desta aceção poder-se-ão encontrar na seção “Renovação (*renewal*) parcial de material existente com material diferente”, da Tabela 4, acerca da substituição dos telhados de barro por ferros ondulados, pelas tribos do Mali, e a substituição das peças de madeira das estátuas por partes metálicas tirados dos carros pelos povos do Benim (África), mudanças que, na prática de manutenção, são as boas provas de alterações do “cuidado” do sítio patrimonial pela comunidade. Sobre as alterações na expressão cultural, no aspeto material, de acordo com Poullos (2014a:119), poderão existir mudanças como a expansão do imóvel e novas construções (no hinduísmo, as cidades e vilas são sempre formadas e expandidas em torno dos templos; em Kokologo, no Burkina Faso da África, os reis tradicionalmente têm o direito de construir um novo palácio depois que o ex-rei morre), e no aspeto imaterial, as mudanças de género do artista do teatro japonês “Kabuki”⁴⁵ (歌舞伎 *gēwūji*, かぶき) comprovam que as práticas, festivais e rituais também não são imutáveis⁴⁶. No entanto, podemos afirmar que o património se tornou “não autêntico” por causa desses elementos alterados? Pelo contrário, é precisamente por causa dessas

⁴⁵ Uma forma de teatro japonês, cuja origem pode ser remontada ao início do século XVII, quando se parodiavam temas religiosos com danças de ousada sensualidade. No ano de 1629, as mulheres do kabuki foram proibidas de darem performances por serem demasiado eróticas. A partir daí, o espetáculo foi então executado por apenas atores do sexo masculino que interpretavam papéis femininos. Em 2008, o Teatro Kabuki foi inscrito na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (originalmente proclamado em 2005) da UNESCO. Ver: Kabuki theatre. (n.d.). *UNESCO Intangible cultural heritage*, disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/kabuki-theatre-00163>, consultado em 25 de maio de 2018.

⁴⁶ Vale a pena notar que as mudanças do património vivo são “contínuas e significativas”, referindo-se a uma “criatividade” (Poullos, 2010:181), principalmente tendenciosa em relação ao “aumento” ou “transição”, enquanto as atividades/práticas continuam a desenvolver e nunca foram interrompidas. Contudo, há outras “mudanças” que são causadas por fatores sociais ou de gestão inadequada, como a redução no número de pessoas da comunidade central (por exemplo, de acordo com *Understanding World Heritage in Asia and the Pacific. The Second Cycle of Periodic Reporting 2010-2012* (UNESCO, 2012:82-83), as pessoas Ifugao das Filipinas deixaram o sistema tradicional de irrigação dos terraços de arroz, que foi causado pelo facto de as gerações mais jovens optaram por deixar a terra e encontrarem oportunidades de emprego em outros lugares) ou a extinção de costumes que levaram à interrupções ou até desuso permanente dessas práticas tradicionais (como já se disse no capítulo 2, no Pagode de Prata do Camboja, os crentes locais perderam o costume reverente de entrar na pagode descalços sob a influência dos visitantes). Este tipo de “mudança irreversível” tende a um “abandono” e “desaparecimento (perda)”, e por isso, não está incluída no âmbito da “mudança dentro da continuidade” (Poullos, 2010: 180) do património vivo.

mudanças que se prova que os bens e práticas ainda estão vivos e continuam a desempenhar um papel na vida cotidiana da comunidade.

Considerando o património como um “processo”, David Lowenthal (1999:7) trata a autenticidade como "linear", que é acompanhada por todo um processo evolutivo, não um determinado momento ou um fragmento. Na opinião de autor, a autenticidade de materiais, padrões, contextos ou intenções de um património não se limita a certos momentos fixos ou à sua estrutura inicial, mas existe, em todo o processo e em cada etapa do seu desenvolvimento temporal, incluindo o atrito e a decadência. Em vez de eliminar as acumulações e acidentes do tempo para revelar alguma forma original, Lowenthal pensa que devemos respeitar todos os traços constantes e contínuos do património. Todas as *historic fabrics* (estruturas históricas) são “mutáveis” e “instáveis”, como a mudança não é previsível, “os processos dinâmicos de mudança são agora mais duráveis e autênticos do que os seus produtos transitórios⁴⁷” (Lowenthal, 2008:12). Por isso, a autenticidade existe no processo de mudança, na mutabilidade de tempo e de história, e é a mudança, em vez de persistência, que vivifica e enriquece a continuidade do património (Lowenthal, 1999:8).

Esta conceção coincide, perfeitamente, com a ideia enfatizada nos *Protocolos de Hoi An de 2005*, que sublinharam que o conceito da autenticidade integra uma relatividade cultural, as expressões culturais materiais do património cultural têm sua origem na expressão da cultura imaterial e os profissionais de conservação não devem enfatizar demais a autenticidade dos materiais ou da substância física de um recurso.

(...) Particularmente dentro do contexto de culturas vivas, a ausência de elementos materiais não significa que o fenómeno não existe, ou deixou de existir. Em um número de tradições culturais vivas, o que um bem fez, pode reflectir melhor a autenticidade do que o que era (na forma)⁴⁸ (Dawson Munjeri).” (em UNESCO, 2005b:12)

De acordo com Poulios (2010), os princípios da autenticidade das abordagens baseadas

⁴⁷ Tradução própria a partir do texto original: “The dynamic processes of change are now more durably authentic than their transitory products.”

⁴⁸ Tradução própria a partir do texto original: “Particularly within in the context of living cultures the absence of the tangible elements does not mean that the phenomenon did not, or has ceased to exist. In a number of living cultural traditions, what makes a relic authentic is less what it was (in form) than what it did.”

em valor e da nova abordagem de conservação do património vivo são muito distintos: ao contrário do tratamento da autenticidade como “não renovável”, a abordagem do património vivo considera que, mesmo que a estrutura material de um património possa ser prejudicada, desde que seu processo de criação prossiga, segundo a sua função original, a sua autenticidade não será prejudicada. Tunprawat (2009:42) indica também que, para o património vivo, a preocupação com a autenticidade dá mais ênfase à autenticidade de valor do que do material; os edifícios seculares, em particular, não serão vistos como evidências históricas, mas como um ambiente vivo.

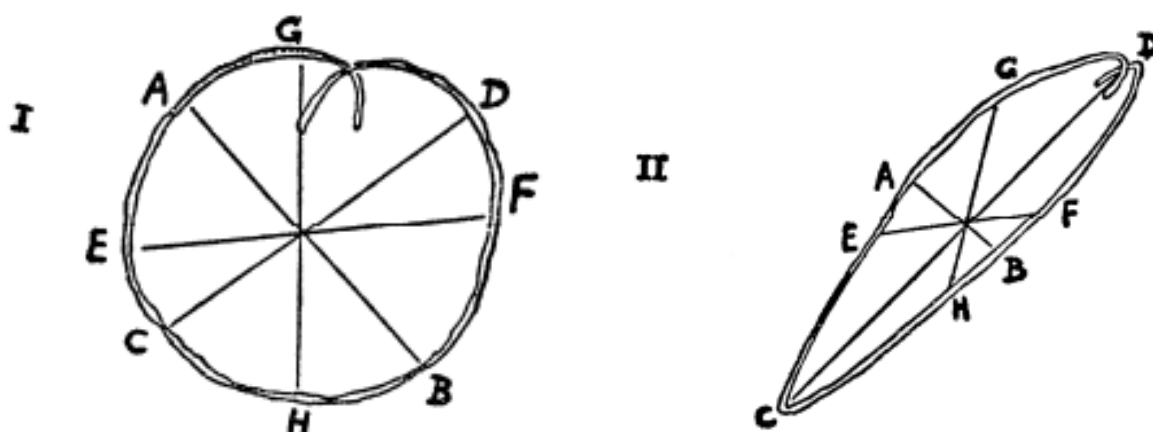
Byung-Chul Han, um filósofo e ensaísta sul-coreano, especialista em estudos culturais, indica na sua obra *Shanzai: Deconstruction in Chinese* (Shanzai: Desconstrução em chinês) que o original é, na verdade, uma coisa imaginária/fictícia. Os materiais não são o único indicador para medir a autenticidade. O autor dá um exemplo extremo: se, após a substituição da última pedra velha de uma igreja europeia, o que seria original? Mais, se for possível construir uma cópia exata dessa igreja, num dos muitos parques temáticos da China, isto é então uma cópia ou um original? E qual é a diferença entre a anteriormente existente e a nova (Han, 2018)? De facto, segundo o conceito do património vivo, se desempenhar as funções originais segundo o propósito para o qual foi originalmente estabelecido, então, as práticas de cuidado e de manutenção dos valores rituais associados ao “lugar” não se quebram, ou seja, o “elo espiritual” existe. Estes são, realmente, os elementos-chave que se destacam um sítio patrimonial.

Para o património vivo, enquanto estiver “vivo”, é “autêntico”. Este “estado vivo” contém todos os aspetos de continuidade, não se quebram ou desaparecem a longo prazo devido a interferências, e está em constante mudança. Isto não significa que os materiais não sejam importantes, mas a intervenção no nível material é, enfim, a de servir as necessidades nos seus aspetos imateriais. No exemplo do Templo Xingjiao na cidade de Xi'na (China), mencionado no segundo capítulo, mesmo que os pagodes fossem reparados por uma forma “refinada e perfeita”, se a comunidade central, os monges e crentes, não pudessem desfrutar do espaço e realizar rituais religiosos, pode-se dizer que essa “concha vazia” é autêntica? Pelo

contrário, o Templo da Relíquia do Dente Sagrado (Sri Lanka), introduzido por Gamini Wijesuriya (2000), após os ataques armados, com a condição de que cada decisão fosse submetida à aprovação dos dois sumo sacerdotes e do guardião do templo, em 1998, aos profissionais do património foi permitido assistirem aos trabalhos de conservação, substituíram as esculturas de pedra danificadas, mudaram a cor do edifício e reconstruíram o pináculo do octógono de uma estupa (monumento budista). Embora haja mudanças nas substâncias materiais, o espírito de todo o lugar ainda é bem preservado, então, podemos dizer que isso não é autêntico? No entanto, é verdade que a "continuidade espiritual" é abstrata demais, e o nível imaterial de conservação é, de facto, difícil de controlar. Ao mesmo tempo, a procura, a identidade e a autoestima da comunidade central são frequentemente descuradas.

Hendrik Willem Van Loon, historiador e jornalista holandês-americano, propôs um "diagrama circular" que “pode servir como uma chave para muitos dos problemas históricos (Van Loon, 1942:95)”. Ele fez um círculo com um pedaço de cordão, e cada diâmetro neste círculo representa diferentes fatores. Quando é circular, as forças de todos os elementos (diâmetros) são iguais. Se um certo elemento se torne um fator forte, o círculo transforma-se numa forma elíptica e as forças de outros fatores serão reduzidas em graus variados, e o equilíbrio perfeito será perturbado.

Figura 2. Diagrama circular proposto por Van Loon (1942:94-95)



Esse diagrama do “círculo de cordão” mostra que, normalmente, os problemas históricos são o resultado do efeito abrangente das causas múltiplas. Este método permitirá

interpretar e analisar as inter-relações de vários marcadores na avaliação de autenticidade e na conservação patrimonial. Sabemos que a autenticidade não é determinada por um único fator. Se as abordagens de conservação anteriores enfatizam demais a preservação do material físico, resultando na deformação desse “círculo de conservação”, o que temos que fazer agora é focar mais em aspectos imateriais e trazê-lo de volta ao seu estado original de equilíbrio.

Capítulo 4 - Autenticidade no contexto cultural da China

Alguns autores (Lowenthal, 1999; Chung, 2005; Tomaszewski, 2002) acreditam que as diferenças culturais têm impacto na autenticidade. David Lowenthal (2008) menciona que, em muitas culturas e tradições, os aspetos imateriais são mais importantes, e a fidelidade do espírito precede a sobrevivência da substância material. Portanto, as escolhas culturalmente diversas substituíram a homogeneidade de critérios. Então, devido às diferenças culturais, a China, uma das civilizações mais antigas do mundo, que fica longe da Europa considerada o berço do “conceito de conservação patrimonial moderno”, terá uma compreensão distinta da autenticidade?

Até agora, a China já aderiu à grande maioria dos tratados e acordos internacionais sobre a proteção patrimonial. Na verdade, o conceito de autenticidade existe há muito tempo na China: o princípio de “manter as relíquias culturais em seu estado original (ou “não mudar a condição original das relíquias culturais”), seguido por um período longo, está em conformidade com a consciência de autenticidade de hoje. A autenticidade é um conceito associado ao valor do património, cuja manifestação carrega uma ampla gama de significado cultural. O conceito de autenticidade é diverso e incerto, por isso, é por causa da complexidade da unidade intrínseca das manifestações patrimoniais e significados culturais, que uma análise da autenticidade, mais clara, no próprio contexto cultural, contribuirá para uma compreensão mais abrangente do valor e importância do património de uma certa região.

4.1. A influência das características do património e da tradição cultural chinesa na consciência da autenticidade

Na opinião de muitos estudiosos (Chung, 2005; Li, 2009; Wang & Li, 2014), os países do Extremo Oriente, tais como a China, o Japão e a Coreia do Sul, mostram diferenças em relação ao Ocidente, em termos de valores e características físicas do património. O confucionismo, o taoísmo e o budismo influenciaram profundamente a cultura oriental. Valoriza-se a unidade material e espiritual, e a espiritualidade é considerada uma

característica importante na compreensão do património do leste asiático. Portanto, eles propõem olhar a autenticidade da conservação do património do Oriente e do Ocidente de uma perspectiva transcultural. A Carta de Veneza afirma que "é essencial que sejam estabelecidos e consagrados numa base internacional os princípios orientadores da preservação e do restauro dos edifícios antigos, sendo cada país responsável pela aplicação do plano dentro do enquadramento da sua própria cultura e das suas próprias tradições (ICOMOS, 1964)". Wang e Li (2014) acreditam que a preservação do património cultural no Oriente tem a particularidade determinada pelo contexto cultural tradicional e pelas características do próprio material. Essa particularidade afeta a compreensão da autenticidade do património, e é também uma condição que deve ser enfrentada ao se formularem as teorias e métodos de conservação do património cultural que estejam em conformidade com as condições nacionais de cada país.

a) Sistema de estrutura em madeira

Entre todos os patrimónios culturais chineses, as arquiteturas são o tipo principal de composição (Liu, 2014), e, durante 3,000 anos, a madeira tem sido amplamente utilizada em edifícios tradicionais chineses para formar os esqueletos de suporte de carga e componentes de construção (D'Ayala & Wang, 2006: 8).

O sistema de estrutura de madeira tem um mecanismo de ajuste muito flexível, que pode ser alterado, de formas distintas, num sistema de construção unificado frente às condições naturais, em diferentes regiões, e uma variedade de formas de construção e imagens arquitetónicas podem ser constituídas. D'Ayala e Wang (2006: 8) pensam que “a característica mais importante dos edifícios chineses é a madeira pré-fabricada e a construção a seco de todos os componentes estruturais, o que torna o desmantelamento e a montagem de todo o edifício relativamente simples⁴⁹.” Como a estrutura de madeira tem uma posição dominante nas atividades de construção, as suas práticas, formas e desenhos também seguiram o sistema formal e a operação padronizada. Quer a arquitetura oficial da administração estatal quer a

⁴⁹ Tradução própria a partir do texto original: “The most important characteristic of Chinese timber buildings is the prefabrication and dry assembly of all structural components, which makes dismantling and reassembling the whole building relatively uncomplicated.”

civil, ambas mostram uma alta padronização. O *Yingzao Fashi* (营造法式, *yíngzào fǎshì*⁵⁰), surgido durante a Dinastia Song, e *Qing Gongcheng Zuofa Zeli* (清工程做法则例, *qīnggōngchéngzuòfǎzélì*⁵¹), da Dinastia Qing, representam todo um código especial de antiga construção da China, que fornece uma referência importante e um programa fixo para a montagem e reparação da arquitetura chinesa.

No entanto, a madeira também é um material facilmente danificável. Em comparação com os materiais de alvenaria, estruturas totalmente (ou parcialmente) construídas em madeira são inferiores em força e durabilidade, “consequente da degradação própria do material e da degradação por condições ambientais e climáticas variáveis, provocada pelas flutuações da humidade, pela luz, pelos ataques por fungos e por insetos, pelas cargas e pelas ações mecânicas, pelo fogo ou por outros desastres (ICOMOS, 1999a)”. Portanto, para as construções de madeira, a manutenção frequente e a substituição total ou parcial de componentes danificados são indispensáveis e até uma solução bastante padronizada. No entanto, a maioria das arquiteturas em madeira na China estavam em mau estado há muito tempo, e o dano geral é sério. Como resultado, a manutenção é geralmente abrangente, o que naturalmente tem um impacto inevitável na autenticidade dos materiais (D'Ayala & Wang, 2006:9-10).

Além disso, o uso de materiais na construção também está relacionado com o conceito de tempo, mencionado no primeiro capítulo da presente dissertação. Como indica Meng Tong (2008:132), existem dois modos distintos, enquanto o conceito linear de tempo ocidental e o conceito cíclico de tempo oriental, incorporados na arquitetura: a arquitetura ocidental é normalmente construída com pedras, o que significa que as pessoas tendem a congelar o tempo; os seus monumentos revelaram “receio” e “resistência” à morte e ao tempo, e essa luta produziu um sentimento trágico de beleza. O seu modo de resistir ao tempo era o de “congelar” o tempo na construção e assim alcançar a eternidade. Pelo contrário, o povo chinês

⁵⁰ Literalmente “Tratado sobre métodos arquitectónicos ou Normas de construção”. Eis um manual técnico de arquitetura e artesanato escrito pelo Li Jie (1065-1110), tendo como objetivo fornecer um conjunto unificado de normas de arquitetura aos construtores, arquitetos e artesãos alfabetizados, assim como às agências de engenharia civil do governo central. Cf. *Yingzao Fashi*, *Wikipédia*, disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Yingzao_Fashi, última consulta em 2 de junho de 2018.

⁵¹ Literalmente “Método de Arquitetura da Dinastia Qing”. É uma obra de regulamentos estruturais publicada em 1734 pelo Ministério da Construção da Dinastia Qing (Liu, 2018).

parece estar mais "calmo". Na percepção da continuação do tempo, as pessoas encontraram uma continuação da vida através da multiplicação de gerações. Portanto, eis uma das razões porque a arquitetura chinesa escolhe a madeira, cuja vida útil é muito menor do que a pedra como principal matéria-prima, pois os chineses raramente buscam a imortalidade no tratamento de edifícios.

b) Ideologia filosófica e conceito estético arquitetônico

Zong Bing (375 – 443) (*Tsung Ping*, 宗炳, zōngbǐng), um artista e músico chinês da Dinastia Song, autor de *Hua Shanshui Xu* (画山水序, huàshānshuǐxù⁵²), o primeiro tratado sobre pintura de paisagem na história da China (Hsu, 2006:3), escreveu na sua obra que “as paisagens têm uma existência material, no entanto, o que atrai a atenção é o seu espírito⁵³.” Isso significa que a paisagem não está limitada somente à sua forma física, ela alcança também um domínio espiritual. *Lao Zi* (老子, lǎozǐ, fundador do Taoísmo) indica na obra clássica taoista *Tao Te Ching* (*Dao De Jing* ou *Tao Te King*, 道德经, dàodéjīng) que “a grande imagem não tem forma⁵⁴ (Cherng, 1996:44)”. Pode-se entender que, a forma aperfeiçoada é “não ter forma”, e a verdadeira realidade transcende as formas físicas e visuais dos objetos. Isso é consistente com o significado da paisagem definida por *Zong Bing*. *Lao Zi* descreve o *Dao* (ou *Tao*, 道, dào, literalmente o “Caminho”) como a fonte e ideal de toda existência: ele é invisível, mas não transcendente, imensamente poderoso e supremamente humilde, sendo a regra de funcionamento de toda a circulação e a raiz de todas as coisas. “O homem se orienta pela terra, a terra se orienta pelo céu, o céu se orienta pelo Caminho, o Caminho se orienta por sua própria natureza⁵⁵ (Cherng, 1996:28)”, ou seja, a ideologia da filosofia taoista acredita que a natureza apresenta um equilíbrio inato, pretendendo que os seres humanos compreendam a natureza e se lhe conformem, e levar cada indivíduo a um "retorno" ao seu estado natural, em harmonia com a natureza.

⁵² Literalmente “Prefácio da pintura de montanhas e rios”, é uma introdução à pintura de paisagem.

⁵³ Tradução própria a partir do texto original: “至于山水，质有而灵趣。”

⁵⁴ Texto original: “大象无形”. Para mais informações sobre a obra, ver nota 20 da presente dissertação.

⁵⁵ Texto original: “人法地，地法天，天法道，道法自然”.

Tomaszewski (2002:214) pensa que existe uma concepção europeia de autenticidade do património, vista inteiramente em termos de autenticidade de substância e derivada diretamente do culto romano-cristão das relíquias sagradas, e a concepção do Extremo Oriente, vista em termos de autenticidade de forma, função e tradição, derivada de uma crença na reencarnação. Wang e Li (2014:165) tem o mesmo ponto de vista do anterior. Os autores mencionam que os conceitos filosóficos ocidentais prestam mais atenção à existência e ao material, enfatizando a originalidade e a autenticidade da substância, enquanto no Oriente, pelo contrário, o seu conceito filosófico enfatiza mais a mudança e o contato. Como refere Liu (2014), no segundo capítulo da sua obra *Ying jian de wen ming: zhong guo chuan tong wen hua yu chuan tong jian zhu* (Civilização de Construção: Cultura e Arquitetura Tradicional Chinesa), a consciência filosófica e estética tradicional infiltra-se na arquitetura chinesa tradicional em termos de tipo, desenho, forma e concepção. O que se expressa na prática da construção é uma integração das “emoções” e da “paisagem”, do “espírito” e da “imagem”. Os jardins da China, na opinião de Liu, são o melhor exemplo dessa estética arquitetónica. Através do plano geral, formado pelos pavilhões, pagodes, passeios, plantas, água, etc., existe um equilíbrio poético e harmonioso entre o ser humano e a natureza.

c) Consideração estética das ruínas

Segundo Wang e Li (2014), no conceito estético arquitetónico da cultura chinesa, o objeto físico, muitas vezes, não é o propósito da expressão artística, mas meramente um intermediário, o que tenta expressar é o espírito por detrás dele. A manutenção contínua e até mesmo a reconstrução dos edifícios antigos podem satisfazer o desejo estético das pessoas. Pelo contrário, os defeitos dos edifícios, devido à sua erosão ao longo do tempo, e até mesmo as ruínas estão longe de serem capazes de expressar o desejo e a busca da perfeição do povo chinês, no sentido profundo da estética. Os autores pensam que essa unidade intrínseca da forma e do significado das manifestações dos bens, é a essência do conceito de autenticidade, que é útil para compreender o significado e o conteúdo da autenticidade do património, no contexto da cultura tradicional chinesa.

O estudioso japonês, Masahiro Ogino (2011:5) mencionou que, no Japão, as pessoas não pretendem preservar objetos tangíveis. O país não tem um senso de beleza para sítios arruinados, cujas ruínas podem até causar receio, e existe um certo desinteresse pelos museus, comparando com a Europa. Ogino indica que a tendência de buscar significado a partir do vazio e do silêncio, e não de objetos materiais, parece ser uma característica dos japoneses, mas certamente não apenas dos japoneses.

Na cultura tradicional chinesa, o caminho estético da ruína também é diferente daquele do Ocidente. No livro *A story of ruins: presence and absence in Chinese art and visual culture* (A história de ruínas: a presença e a ausência na arte e na cultura visual da China), Wu Hung (2013) mencionou que os edifícios antigos chineses são quase todos completos e raramente existe um estado arruinado. Apesar de as obras literárias, muitas vezes, lamentarem o abandono de palácios ou cidades (como o gênero poético chinês *huaigu*⁵⁶ começado a partir da Dinastia Han, 202 a.C.-220 d.C.), curiosamente, quer representações pictóricas de ruínas arquitetônicas, quer arquitetura verdadeiramente arruinada, são quase inexistentes⁵⁷. A “preservação” e o “retrato” das ruínas arquitetônicas pareciam ser um tabu na arte e na sociedade da China antiga.

Wu Hung explica que, para a Europa, a “monumentalidade” e a resistência das ruínas são todas baseadas em um facto simples, que os prédios clássicos eram todos feitos de pedra, assim como as ruínas sobreviventes. Na China antiga, onde não haviam grandes monumentos de pedra até século I d.C., a construção feita de madeira ou palha nunca se pôde tornar um objeto estético, por causa da efemeridade de seu material. Contudo, havia alguma atenção e noções sobre as ruínas: existem palavras na língua chinesa que se referem especificamente a ruínas, *qiu* (aparecendo no século XIII a.C.) e *xu* (aparecendo no século VIII a.C.)⁵⁸. O autor

⁵⁶ 怀古, *huáigǔ*, "lamentando o passado" ou "meditando o passado".

⁵⁷ Entre todas as pinturas chinesas que o autor examinou, abrangendo um amplo período cronológico do século V a.C. a meados do século XIX, apenas cinco ou seis retratam edifícios abandonados e arruinados. Às vezes, as estruturas arquitetônicas de uma pintura não mostram nenhum traço de dano, mesmo que o artista tivesse inscrito um poema ao lado da imagem que descrevia os seus "telhados quebrados" e "muralhas arruinadas". (O autor afirma que as “ruínas chinesas” descritas pelos viajantes e arquitetos europeus do século XVIII eram, em grande parte, fruto da sua própria criação. E na representação visual, as representações do início e meados do século XVIII das “ruínas chinesas” também eram em grande parte ficcionais. No início do século XX, na China, as ruínas tornaram-se um importante tema de pintura, mas está associado a uma inspiração exótica, isto é, não se originava localmente.)

⁵⁸ Qiu (丘, *qiū*), originalmente significa um monte natural ou colina, também denota o local arruinado de uma aldeia, cidade

propõe que a compreensão das ruínas na China antiga difere da tradição visual europeia, ou seja, a visão ocidental sobre as ruínas enfatiza a existência dos vestígios dada estrutura de pedra (sublinhando “o que ainda resta”), enquanto a visão oriental enfatiza o desaparecimento da estrutura de madeira (sublinhando “o que somente resta”).

Do ponto de vista de Wu (2013), a percepção tradicional chinesa das ruínas dependia da noção de “apagamento (*erasure*)”: frequentemente, as ruínas são referidas como “vazio (*void, emptiness*)” deixado por uma estrutura de madeira destruída, e é esse “vazio” que estimula um lamento pelo passado. Portanto, não é necessário fazer com que os viajantes e observadores desenvolvam uma profundidade de sentimentos intensos, por meio de objetos físicos fragmentados (ruínas arquitetônicas visual e tangível). É todo o sítio, em vez do edifício individual, que assume uma realidade subjetiva (*subjective reality*). É a memória e a compreensão do espectador de todo o espaço, não são as características externas do edifício que inspiram emoções. Por isso, o autor acha que a estética sobre os monumentos do “passado” do povo chinês é uma ruína “internalizada”: embora as ruínas antigas frequentemente desaparecessem, e fossem substituídas por novos edifícios, através do uso de estelas de pedra, árvores velhas e vários marcos históricos, as pessoas podiam alcançar a estética da “internalização de ruínas”. Neste sentido, o conceito de “ruínas” na cultura tradicional chinesa não é uma coisa material, nem um edifício físico. É um espaço perceptível, que faz com que as pessoas sintam uma série de emoções e realizem associações mentais. Portanto, na China antiga, uma arquitetura destruída ou fragmentada não tem, de facto, muito sentido estético ou desencadeia reflexões que expressam emoções.

d) Atitude em relação às “cópias”

De acordo com Byung-Chul Han (2018), na China, existem dois conceitos diferentes sobre cópia. Um é *Fangzhipin* (仿制品, *fǎngzhìpǐn*), ou seja, imitações em que a diferença em relação ao original é óbvia, tais como pequenos modelos ou cópias que podem ser comprados numa loja de museu. O outro conceito é *fuzhipin* (复制品, *fùzhìpǐn*) que se refere a

ou capital dinástica. Xu (墟, *xū*), cujo significado primário é o “vazio (*emptiness*)”, ainda hoje utilizado na língua chinesa moderna, como representando “ruínas”.

reproduções exatas do original cujo significado é o de igual valor ao original, e não tem nenhuma conotação negativa. Por isso, no primeiro caso trata-se de “falsificações”, enquanto no segundo parece mais o conceito de “réplica”.

Poderíamos até dizer que a cópia é mais original do que a original, ou a cópia é mais próxima do original que a original, pois quanto mais antigo o edifício se torna, mais longe ele está da sua condição inicial. Uma reprodução vai restaurar os bens ao seu "estado original" quando eles não estão ligados a um artista em particular⁵⁹ (Han, 2018).

O autor acredita que, no Ocidente, quando os monumentos são restaurados, os traços antigos são particularmente destacados e os elementos originais são tratados como relíquias. No entanto, o Extremo Oriente não está familiarizado com este culto do original. Como a natureza, o organismo renova-se através da substituição contínua de células, a manutenção ou restauro dos bens culturais ocorre também através da reprodução contínua. “Numa cultura em que a reprodução contínua representa uma técnica de conservação e preservação, as réplicas são tudo, menos meras cópias (Han, 2018).” Por exemplo, no Japão, o templo e os seus móveis e tesouros sagrados do Santuário de Ise são reconstruídos e refeitos, regularmente, em cada 20 anos; em Xi'an (China), uma oficina de réplica foi criada no local da escavação, quando os Guerreiros de Terracota (ou Exército de Terracota, situado no túmulo de Qin Shi Huang, o primeiro imperador chinês) foram encontrados, com o objetivo de reproduzir os guerreiros e reapresentar a tecnologia. Neste sentido, as réplicas não são vistas como uma criação, mas uma reprodução, e a fronteira entre o original e a cópia é indistinta, ou tende mesmo a desaparecer.

e) Tradição de restauro da arquitetura antiga

Na China, a arquitetura não era, tradicionalmente, merecedora de uma consideração especial, nem objeto de análise académica, mas antes uma atividade artesanal (Lai, Demas, & Agnew, 2004:83). Liu (2014) destaca que, no passado, não haveria uma mesma consciência de conservação dos bens culturais como a de hoje, quando se tratava da reparação e

⁵⁹ Tradução própria a partir do texto original: “We could even say that the copy is more original than the original, or the copy is closer to the original than the original, for the older the building becomes, the further it is from its original state. A reproduction would restore it, as it were, to its ‘original state’, especially since it is not linked to a particular artist.”

reconstrução dos edifícios antigos. A arquitetura tradicional nunca foi vista como uma obra de arte, comparável a jades, porcelanas e pinturas. O povo chinês não se habituara a apreciar as “marcas” deixadas pela natureza na arquitetura, como respeitava a ferrugem da peça de bronze ou as manchas das pinturas extremamente antigas.

Tal como acima mencionado, devido aos materiais principais do edifício, juntamente com a conceção filosófica, estética, arquitetónica, a compreensão das "ruínas", a atitude em relação às réplicas e as reparações tradicionais da arquitetura antiga da China, nesta atribui-se mais importância ao valor de uso e ao significado simbólico dos edifícios. Segundo Wu (2013), muitas estruturas antigas de madeira existem, mas a maioria delas foi repetidamente redecorada, renovada ou até mesmo completamente reconstruída. Cada renovação e restauro visa trazer o edifício de volta ao seu estado brilhante, original, livremente incorporando elementos arquitetónicos e decorativos atuais. Sendo uma busca de “perfeição” é esta que estimula essas intervenções contínuas das construções arquitetónicas, pois, como diz Han (2018), numa cultura viva, a materialidade pura não é a mais importante. As suas características não são roturas e descontinuidades, mas continuidades e transformações silenciosas, não se focaliza no próprio ser e essência, mas no processo e na mudança.

4.2. A autenticidade refletida na legislação e regulamentação da China

De acordo com Lai et al. (2004:82), foi a partir da década de 30 do século XX que o conceito moderno de preservação do património foi introduzido na China, o movimento nascente de conservação foi liderado por arquitetos e historiadores, e a sua maioria recebeu formação profissional no Ocidente ou no Japão, nas décadas de 1920 e 1930. Entre eles, *Liang Sicheng* (梁思成, 1901-1972) surgiu como a figura mais influente no campo da história e conservação da arquitetura chinesa, ao produzir reflexões sobre a preservação de relíquias culturais e locais históricos, que contribuíram para uma teorização da proteção do património cultural chinês. Em 1929, *Yingzao Xueshe* (营造学社, *yíngzàoxuéshè*, Sociedade para o Estudo da Arquitetura Chinesa) foi fundada em Pequim, e o Sr. Liang tornou-se Diretor de Pesquisa da mesma Sociedade. Ao preconizar métodos modernos de estudo da arquitetura e arqueologia, com investigação de campo, registos e desenhos, avaliação das estruturas, Liang

tornou-se o modelo para toda a investigação arquitetônica subsequente e fez contribuições pioneiras para a conservação patrimonial da China (Lai et al., 2004:83).

No artigo “*Qufu Kongmiao zhi jianzhu jiqi xiuqi jiahua* (a Arquitetura do Complexo do Templo de Confúcio em Qufu e o Plano para seu Reparo)” escrito em 1935, existe uma exposição realizada por Liang sobre o restauro do património:

Do ponto de vista dos arquitetos, há um nítido contraste entre as nossas práticas de restauro de hoje e as dos últimos dois mil anos: hoje, o que estamos procurando é estender a longevidade da estrutura existente, ao contrário dos povos do passado, que demoliram as antigas estruturas e construíram novas. Nas práticas do passado, o único objetivo era restaurar o edifício desmoronado, para transformá-lo em grandes palácios e mansões esplêndidos; aqueles que demolissem os antigos e construíssem novos seriam louvados por possuírem méritos e virtudes incomparáveis. Mas hoje, o nosso trabalho é diferente. Temos toda a responsabilidade em preservar ou restaurar o *yuanzhuang* (原状, literalmente “o estado original”, *original state*) da arquitetura de diferentes períodos⁶⁰ (Lu, 2016:2).

Liang Sicheng afirma mais que “devemos fazer o nosso melhor para manter ou restaurar as formas dos edifícios quando eles foram construídos pela primeira vez (Lu, 2016:2)”. Obviamente, ele acredita que o “*yuanzhuang*” da arquitetura é o estado em que o edifício foi estabelecido, logo desde o seu início. Além disso, o Sr. Liang também propôs alguns princípios nas suas várias discussões, como “*baocun xianzhuang* (保存现状, manter a condição atual, *keeping the presente condition*)”, “*zhengjiu rujiu* (整旧如旧, reparar o antigo como era, *repairing the old as it is*)” e assim por diante, envolvendo a questão da autenticidade na conservação e restauro de patrimónios culturais. Na opinião de Lu (2016), a ideia básica da proteção de relíquias arquitetônicas de Liang é conservar e restaurar o “*yuanzhuang*” dos edifícios antigos, ou preservar a sua “*xianzhuang* (现状, a condição atual, *presente conditon*)” quando é difícil entender com precisão o “*yuanzhuang*”. Esta conceção tem um impacto de longo prazo na proteção de patrimónios culturais, na China.

Desde a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, todos os níveis de governo na China promulgaram uma série de leis e regulamentos nacionais ou locais de

⁶⁰ Tradução própria a partir do texto original: “当代人的修复设计与二千年以来每次重修时匠师所处地位的根本不同之处在于：以往的重修，其唯一的目标，在将已破敝的庙庭，恢复为富丽堂皇，工坚料实的殿宇，若能拆去旧屋，另建新殿，在当时更是颂为无上的功业美德。但是今天我们的工作却不同了，我们须对于各个时代之古建筑，负保存或恢复原状的责任。”

proteção do património cultural, que refletem basicamente o desenvolvimento histórico e o nível de compreensão da proteção patrimonial da China, através dos quais a compreensão de questões de “autenticidade” também foi continuamente expandida, aprofundada e enriquecida.

Em março de 1961, o Conselho de Estado chinês promulgou *O Regulamento Provisório sobre Proteção e Administração de Relíquias Culturais* (*The 1961 Provisional Regulations on Protection and Administration of Culture Relics*). O Regulamento contém disposições no Artigo 2 para o escopo dos bens culturais protegidas pelo país e, aceitando a opinião do Sr. Liang, estipulou que “o princípio de manter a condição atual das relíquias culturais ou de as restaurar no seu estado original (恢复原状或者保存现状, *huifu yuanzhuang* *huozhe baocun xianzhuang*) deve ser respeitado na reparação e na manutenção dos locais a serem protegidos por seu valor histórico e cultural⁶¹...”. No entanto, a “Revolução Cultural⁶²” que começou em meados da década de 1960, e tinha uma duração de 10 anos, causou grandes danos ao património cultural do país. Mais uma vez, a proteção patrimonial chinesa voltou ao ponto de partida no salvamento e resgate das relíquias culturais.

Segundo Lai et al. (2004:87), um marco para a preservação do património chinesa foi a Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China (*Cultural Relics Protection Law of the People's Republic of China*) promulgada em 1982 pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional (*The Standing Committee of the National People's Congress*, NPCSC), que é a primeira lei especializada no campo da proteção patrimonial do país. A partir da sua definição, podemos ver que o Artigo 2º da Lei quase copiou o que já estava escrito a cerca relíquias culturais no Regulamento Provisório de 1961. Embora o valor histórico fosse considerado uma parte importante dos critérios de avaliação, a sua compreensão estava basicamente limitada à conexão com os eventos históricos principais, movimentos revolucionários, pessoas famosas e longa história dos bens, o que tornava bastante unilateral a compreensão dos valores e a importância da autenticidade também era

⁶¹ Artigo 11º do Regulamento Provisório sobre Proteção e Administração de Relíquias Culturais (1961).

⁶² A Grande Revolução Cultural Proletária, conhecida como Revolução Cultural Chinesa, durou de 1966 a 1976, foi liderada por Mao Tsé-Tung, paralisando praticamente todo o progresso material e tecnológico do país. Começando com a revolta dos estudantes, que se juntaram às dos militares “Guardas Vermelhas”, a fim de combater os “quatro velhos (velhos pensamentos, velha cultura, velhos costumes e velhos hábitos)”. Muitos templos, pagodes e bibliotecas foram destruídos durante este movimento.

difícil de reconhecer. Nesta legislação, as duas posições alternativas propostas por Liang foram transformadas no princípio de “manter as relíquias culturais no seu estado original (ou “não mudar a condição original das relíquias culturais”, 不改变文物原状, *bugaibian wenweu yuanzhuang*⁶³)” que se tornou, desde então, o princípio de conservação mais frequentemente citado, consagrado nas leis, regulamentações e literatura afim.

Do “princípio de manter a condição atual das relíquias culturais ou as restaurar ao seu estado original” ao “princípio de manter as relíquias culturais no seu estado original”, no que diz respeito ao princípio de proteção, o Sr. Li Xiaodong, que tinha participado da elaboração da Lei de 1982, interpreta assim:

A “*xianzhuang* (condição atual)” a ser mantida deve ser uma condição saudável, e que atenda às normas de construção, enquanto o “*yuanzhuang* (estado original)” para ser restaurado deve ser um estado formado historicamente e razoável. Se podem ser entendidos dessa maneira, então, a sua essência é a mesma, a “*xianzhuang*” e o “*yuanzhuang*” são unificados e não completamente separados. Portanto, as leis mais tarde estabelecidas sobre a proteção de relíquias culturais apenas mencionam o “*yuanzhuang* (estado original)” (em Gao, 2012:181).

Na opinião de Gao Tian (2012), o princípio de “manter as relíquias culturais no seu estado original (*yuanzhuang*)” é coerente com o espírito de princípio estipulado nos regulamentos provisórios anteriores, o qual já inclui o significado de preservar a condição atual e restaurar o estado original das relíquias culturais. Em essência, o *yuanzhuang* é usado para avaliar o estado da estrutura encontrada ou para o considerar como significativo e classifica-lo (Lai et al., 2004:87). Embora a expressão seja mais concisa, esse princípio mais tardio ainda é problemático na sua aplicação prática de conservação ou restauro de um edifício ou sítio patrimonial.

Com o aprofundamento da reforma, a abertura econômica da China e a influência da globalização, os intercâmbios internacionais continuaram a aprofundar-se e várias ideias e conceitos culturais estrangeiros foram passadas para a China. Em 1986, a revista chinesa “*World Architecture* (Arquitetura do Mundo)” apresentou a Carta de Veneza de 1964,

⁶³ Artigo 14º da Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China (1982). “*Keeping the cultural relics in their original state*” (tradução da versão inglesa da Lei), ou “*not changing the original condition*” (tradução no artigo de Lai et al., 2004:87).

traduzida em chinês pelo Sr. Chen Zhihua, atraindo a atenção do campo de proteção patrimonial. Segundo Gao (2012:182), em dezembro de 1992, a Administração Estatal do Patrimônio Cultural da China (SACH, *The State Administration of Cultural Heritage*) realizou em Pequim um seminário nacional onde as questões relativas à conservação e restauro de relíquias culturais foram discutidas. O foco da discussão foi sobre como entender o princípio de “manter as relíquias culturais em seu estado original” na Lei de Proteção às Relíquias Culturais da RPC adotada em 1982 (Por exemplo, qual é o estado original das relíquias culturais? E qual é a conotação e o limite entre a preservação da condição atual e o restauro do estado original?). Essas discussões contribuíram, em grande medida, para a reflexão sobre o trabalho no campo da proteção dos bens culturais do país: a China devia estabelecer um conceito e um sistema de proteção que atendesse às características das próprias relíquias culturais sob a orientação de princípios de conservação internacional.

Em outubro de 2000, em colaboração com o Instituto Getty de Conservação (*The Getty Conservation Institute*), e a Comissão do Patrimônio Australiano (*Australian Heritage Commission*, que foi abolida e substituída em 2004 pelo Conselho do Patrimônio Australiano, *Australian Heritage Council*), o ICOMOS China emitiu os “Princípios para a Conservação de Sítios do Patrimônio na China”⁶⁴ (doravante denominados *os Princípios da China*)” contendo 38 artigos concisos e um comentário longo. Uma tradução em inglês, incluindo o Comentário e um Glossário Inglês-Chinês, foi publicada pelo Instituto Getty em 2002, para fornecer amplo acesso internacional aos Princípios da China (Logan, 2004:6). Como diz no seu Prefácio, os Princípios da China foram tratados como uma interpretação profissional das disposições pertinentes de leis e regulamentos, bem como os principais critérios para avaliação dos resultados de conservação patrimonial e a base confiável para o tratamento com assuntos relacionados a patrimônios. O termo “autenticidade” também apareceu pela primeira vez nas regras da proteção de relíquias culturais do país e foi discutido especificamente e em

⁶⁴ 中国文物古迹保护准则, *zhongguo wenwu guji baohu zhunze* (*Principles for the Conservation of Heritage Sites in China*). 文物古迹 (*wenwu guji*), literalmente “propriedade cultural e restos antigos”, ou abreviada como “文物 (*wenwu*)”, é normalmente traduzida como “*cultural relics*” em inglês (“relíquias culturais” na Língua Portuguesa). Este termo é usado sempre na tradução de leis (por exemplo, na tradução oficial das leis de 1982 e 2002 mencionada no presente texto). No entanto, nos Princípios para a Conservação de Sítios do Patrimônio na China, embora a versão chinesa ainda use a expressão “文物古迹”, a versão inglesa dos Princípios da China traduziu-a como “*heritage site* (sítio do patrimônio)” ou simplesmente como “*site* (sítio)”.

detalhe.

Os Princípios da China sublinham que a conservação dos sítios patrimoniais deve ter como objetivo “preservar a autenticidade de todos os elementos do património inteiro e manter para o futuro a sua informação histórica e todos os seus valores (Artigo 2º).” A parte de Comentário destaca que “os patrimónios históricos devem ser historicamente autênticos (2.2)” e explica-o em cinco aspetos pormenorizados:

2.2.1 Os restos físicos devem estar em suas condições históricas. Isso inclui a condição de um sítio como foi originalmente criado, a sua condição após sofrer uma adaptação repetida ao longo da história, ou sua condição como resultado de deterioração ou dano por um longo período.

2.2.2 Grandes complexos de edifícios ou recintos históricos dentro de aldeias e municípios devem manter a sua aparência histórica geral. Adições, alterações ou perdas modernas devem constituir apenas uma pequena proporção de um sítio.

2.2.3 Marcos (*landmarks*) e paisagens históricas em “cidades historicamente e culturalmente famosas (*historically and culturally famous cities*)” devem manter a sua autenticidade. Esses lugares devem ser aqueles que têm maior significado e devem sintetizar as características culturais únicas das cidades.

2.2.4 A localização real de um local comemorativo, onde um evento histórico importante ocorreu, também pode ser considerada como um sítio do património.

2.2.5 As imitações recentes de paisagens históricas que usam um nome histórico ou emprestam o nome de um sítio do património não devem ser consideradas como um sítio de património (ICOMOS China, 2000:71).

Em relação ao princípio de “manter as relíquias culturais no seu estado original (*yuanzhuang*)”, deve-se notar que, em vez de traduzir o *yuanzhuang* em “estado original” (*original state*, como a tradução das leis e regulamentos de proteção patrimonial mencionados em cima e a do artigo de Lai et al., 2004), os Princípio da China (versão em inglês) entendem e interpretam-no como a “condição histórica (*historic condition*)”. Refere-se à condição de um sítio, ao longo do tempo, ou seja, quando for formalmente inscrito como uma entidade protegida, os resultados da avaliação da *fabric* (fábrica, estrutura) e dos componentes de um sítio tornam-se a base para determinar o seu *yuanzhuang* (ICOMOS China, 2000:102). Em simultâneo, a expressão “*existing condition* (condição existente)” substitui “*present condition* (condição presente)” como a tradução da *xianzhuang*, nesses Princípios da China. O

documento destaca que “todas as medidas de conservação devem observar o princípio de não alterar a condição histórica (Artigo 2º).” Além disso, questões como quais são os *yuanzhuang* que devem ser preservados no processo de conservação e quais são os que podem ser restaurados, são também especificadas na parte de Comentário dos princípios, que resolve a disputa entre a condição existente, a histórica e o restauro, e unifica o entendimento básico dos princípios da conservação dos sítios patrimoniais do país:

3 Sobre o princípio de manter a condição histórica de sítios do património

3.1 É uma exigência legal na conservação de sítios patrimoniais que a sua condição histórica não deva ser alterada.

A condição histórica de um sítio refere-se ao seguinte:

3.1.1 A condição anterior a qualquer intervenção de conservação e restauro.

3.1.2 A condição após ter sofrido restauros, adaptações ou reconstruções durante o curso da sua história e intervenções que se revestem de importância, bem como um estado arruinado que revela importantes atributos históricos.

3.1.3 A condição restabelecida após o restauro de elementos enterrados, deformados, parcialmente, desabados ou colocados incorretamente, onde os componentes originais e a forma da estrutura existem.

3.1.4 A condição histórica de um *setting* (ambiente) que é significativo para o sítio.

3.2 Em situações complexas, a investigação científica deve ser realizada para determinar a condição histórica.

3.2.1 Manchas, sujidades e detritos acumulados causados por negligência de longo prazo não fazem parte da condição histórica de um sítio.

3.2.2 Quando um sítio tiver sofrido intervenções repetidas ao longo da sua história, uma avaliação detalhada de significância deve ser feita para determinar o que constitui a sua condição histórica.

3.2.3 Quando um sítio preserva *fabric* (construção) ou técnicas de vários períodos, os valores devem ser identificados e o sítio deve ser conservado de forma que todos os elementos importantes sejam mantidos.

3.3 O princípio de manter a condição histórica envolve preservar a condição existente ou restaurar a condição histórica.

3.3.1 A condição existente dos seguintes deve ser preservada.

- i.** Sítios arqueológicos e ruínas, particularmente aqueles com vestígios de atividades humanas.
- ii.** A conceção geral e o traçado (*layout*) dos conjuntos arquitetónicos num sítio.
- iii.** Componentes individuais de significância de diferentes períodos, dentro de conjuntos arquitetónicos.
- iv.** Componentes e técnicas artesanais de diferentes períodos, que tenham significado para um sítio.
- v.** Obras de arte, independentes ou associadas a um edifício.

vi. Restos danificados de um sítio, resultantes de desastres naturais, que retêm o valor da pesquisa.

vii. Restos danificados resultantes de eventos históricos importantes, que adquirem significado comemorativo.

viii. *Historic settings* (ambientes históricos) que não sofreram grandes alterações.

3.3.2 O restauro de um sítio à sua condição histórica é permitido nos seguintes casos.

i. Onde ocorreu desabamento, enterro, dano ou abandono.

ii. Onde ocorreu deformação, colocação incorreta ou contraventamento.

iii. Onde houver vestígios físicos suficientes para revelar a condição histórica de um pequeno número de peças em falta.

iv. Onde não há vestígios físicos para revelar a condição original de um pequeno número de componentes ausentes ou alterados, mas onde, após investigação científica e comparação com componentes do mesmo tipo e período, a condição original pode ser determinada.

v. Onde, após a avaliação, partes de um sítio que não têm valor histórico, por causa de intervenções posteriores, são removidas para que o sítio possa ser devolvido à sua condição histórica, num período especificado no passado.

vi. Se o restauro permitir que *historic settings* (ambientes históricos) revelem os valores do sítio.

3.3.3 A manutenção rotineira e o tratamento do ambiente são os principais meios para preservar a condição existente de um sítio, com uso ocasional de proteção física e fortalecimento e pequenos reparos. O restauro é o método usado para retornar um sítio à sua condição histórica⁶⁵ (ICOMOS China, 2000:72-73).

Em outubro de 2002, o NPCSC reviu e adotou, na sua trigésima sessão, a nova Lei de Proteção da Relíquias Culturais da República Popular da China (*Cultural Relics Protection Law of the People's Republic of China*). A nova Lei inclui “importantes locais históricos, objetos materiais e edifícios típicos dos tempos modernos e contemporâneos⁶⁶” como relíquias culturais, e o escopo de conservação foi estendido desde a construção individual até as cidades famosas, ruas, vilas e aldeias de valor histórico e cultural (*famous cities, the streets, villages and towns of historical and cultural value*)⁶⁷, que se reflete numa expansão da compreensão dos valores históricos das “relíquias culturais”. No ano de 2009, também com o apoio do Instituto Getty de Conservação (*The Getty Conservation Institute*) dos Estados

⁶⁵ Tradução própria a partir da tradução em inglês dos Princípios da China (2000).

⁶⁶ Artigo 2º da Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China (2002).

⁶⁷ Artigo 14º da Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China (2002).

Unidos, o ICOMOS China decidiu rever “os Princípios para a Conservação de Sítios do Património na China (2000)” e foi aprovada pela SACH. Sendo publicada em 2015, a versão revista dos “Princípios da China” considera que a preservação da condição histórica de um património seja um requisito essencial na sua conservação. A sua conotação refere-se aos valores, à autenticidade e à integridade de um sítio patrimonial, à medida que evoluíram ao longo da sua história, e por meio de boas práticas de conservação, o contexto histórico e cultural do sítio e suas tradições culturais são preservados e guardados para o futuro (Artigo 9º, ICOMOS China, 2015:65).

As cidades famosas, vilas e aldeias de valor histórico e cultural, em conjunto com os seus componentes originais, as paisagens culturais, os canais e as rotas do património, são envolvidas no âmbito de sítios do património no Artigo 1º desses Princípios da China revistos. A ordem dos capítulos também é alterada. Enfatizando mais orientações e normas básicas, os princípios de conservação foram mudados do Capítulo 3, da versão de 2000, para o Capítulo 2 da nova versão de 2015. Ao mesmo tempo, a versão revista deseja unificar a compreensão sobre a autenticidade:

Autenticidade reside nos materiais originais, artesanato, concepção e *setting* (enquadramento) de um sítio, bem como nas suas características e qualidades históricas, culturais e sociais. Respeitando estes aspetos, através da conservação mantém-se a autenticidade. A continuação de tradições culturais estabelecidas há muito tempo, associadas a um determinado sítio, também é um meio de manter a sua autenticidade⁶⁸ (Artigo 10º, ICOMOS China, 2015:67).

Neste excerto existem vários níveis acerca da compreensão da autenticidade: a autenticidade dos objetos materiais, a autenticidade das fontes de informação e a continuação e a transmissão das tradições culturais. A parte dos princípios e a dos comentários nos Princípios de 2000 fundem-se nessa nova versão revista. O comentário do Artigo 10º, que se refere ao princípio da autenticidade, cita parcialmente a descrição sobre a autenticidade nas *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial* (a partir da versão 2005, ver 3.1 do presente trabalho), realçando que a autenticidade abrange a forma e a

⁶⁸ Todas as citações destes novos Princípios são de tradução própria, a partir do texto traduzido em inglês dos Princípios da China (revistos em 2015).

conceção/desenho, materiais e substância, uso e função, tradições, técnicas e sistemas de gestão, situação/localização e enquadramento, língua e outras formas de património imaterial, espírito e impressão/sentimento, e outros fatores internos e externos. Simultaneamente, mais explicações foram fornecidas na sua aplicação situação da China:

O princípio de autenticidade é a base para a conservação dos vestígios físicos de um sítio. Todos os atributos e tradições culturais devem ser conservados com base na compreensão geral dos valores de um sítio. O princípio da autenticidade diz respeito ao património material e imaterial. É aplicável a sítios arqueológicos e ruínas, bem como a sítios arquitetónicos tradicionais que são testemunho da história, e também pode ser usado como um guia para a conservação das cidades, ruas e aldeias historicamente e culturalmente famosas, que mantenham suas funções originais, bem como paisagens culturais. Aspectos relacionados com esses patrimónios vivos e a diversidade de valores culturais que alguns sítios podem ter, também são importantes componentes da sua autenticidade e devem ser preservados na íntegra (Artigo 10º, ICOMOS China, 2015:67).

Além disso, a versão revista combinou a autenticidade com outros princípios de conservação, acreditando que o princípio da autenticidade é atendido nas seguintes circunstâncias: não deve reconstruir sítios que já não são existentes; deve tornar as partes de um sítio que foram reparadas ou restauradas distinguindo-as; deve manter registros arquivísticos detalhados do processo de restauro e fornecer a sinalização permanente, indicando a data da intervenção; deve conservar um sítio *in situ* (Artigo 10º, ICOMOS China, 2015:67).

Através das leis e regulamentos acima mencionados, pode-se ver que a importância do princípio de autenticidade está cada vez mais sublinhada no campo da conservação do património cultural na China e a compreensão de sua conotação é, gradualmente, aprofundada e torna-se mais abrangente. Contudo, apesar disso, ainda podemos notar um problema que, em todas as leis, regulamentos e princípios de conservação patrimonial acima, mesmo na parte de definição, há pouca (ou até nenhuma) menção ao património imaterial (ou seja, património intangível). A Lei de Proteção às Relíquias Culturais da RPC dirige-se sobretudo ao património cultural material, e a insuficiência da consideração de elementos imateriais nos "Princípios da China" também tem sido apontada por muitos estudiosos (Agnew, Demas,

Sullivan, & Altenburg, 2004; Logan, 2004; Guo, 2007) (Vale ressaltando-se que numa das regiões administrativas especiais chinesas, a legislação de Macau já inclui o património cultural tangível e o intangível⁶⁹). De fato, a salvaguarda do património cultural imaterial do país começou mais tarde. Em 2004, na sequência da adesão, com ratificação da China, da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), “o Parecer sobre a Intensificação das Ações para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial do País” foi publicado no ano de 2005 pelo Gabinete do Conselho de Estado, enfatizando a importância igual da salvaguarda do património imaterial e da conservação das “reliquias culturais”. Depois de uma longa preparação, em 2011, a Lei do Património Cultural Imaterial da República Popular da China (*Intangible Cultural Heritage Law of the People's Republic of China*) foi aprovada na décima-nona sessão do NPCSC, tornando-se uma lei nacional que regula a salvaguarda do património cultural intangível (Kuan, 2015:744-745). Embora tenha mencionado no Artigo 4º a importância da salvaguarda da “autenticidade, integridade e hereditariedade”, a Lei não acrescenta nada mais para complementar e explicar a conotação desses conceitos. Na China, “*wenwu* (reliquias culturais)” tendem a referir-se ao património cultural material, enquanto o “património cultural imaterial” é frequentemente mencionado separadamente. Como destaca Guo Xuan (2007:78-79), devido a essa dicotomia entre as leis para a proteção do património cultural material e para a salvaguarda do património cultural imaterial, este último é, em muitos casos, negligenciado. A prática de proteção guiada por essa perspectiva falta de integridade, tais ideias, que separam os aspetos materiais e imateriais interligados do património, certamente terá efeitos adversos para a conservação patrimonial.

⁶⁹ Artigo 3º da Lei de Salvaguarda do Património Cultural de Macau. Disponível em: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/2013/36/lei11.asp#11>, última consulta em 20 de junho de 2018.

Tabela 7. Legislação e regulamentação principal da China sobre a conservação patrimonial

Definição sobre o Conceito e o âmbito do património cultural	Conteúdo relacionado com o conceito de autenticidade
<p align="center">1961-Regulamento Provisório sobre Proteção e Administração de Relíquias Culturais 文物保护单位暂行条例 (<i>The Provisional Regulations on Protection and Administration of Culture Relics</i>)</p>	
<p>Artigo 2. O âmbito das relíquias culturais protegidas pelo Estado é o seguinte:</p> <p>(1) Edifícios importantes, sítios e objetos memoriais relacionados a grandes eventos históricos, movimentos revolucionários ou pessoas famosas que são memoráveis ou significativos para a preservação de dados históricos;</p> <p>(2) Sítios da cultura antiga, tumbas antigas, estruturas arquitetónicas antigas, templos de caverna, esculturas de pedra, etc., que são de valores históricos, artísticos ou científicos;</p> <p>(3) Obras de arte valiosas e artigos de artesanato que datam de vários períodos históricos;</p> <p>(4) Documentos revolucionários, bem como livros e materiais antigos, etc., que são de valores históricos, artísticos ou científicos; e</p> <p>(5) Objetos materiais típicos que refletem o sistema social, a produção social ou a vida social em diferentes períodos.</p>	<p>Artigo 11. O princípio de manter a condição atual das relíquias culturais ou as restaurar ao seu estado original, deve ser respeitado nos reparos e manutenção nos sítios designados como os que devem ser protegidos por seu valor histórico e cultural, tais como edifícios memoriais, estruturas arquitetónicas antigas, templos de caverna, esculturas de pedra, estátuas, etc. (incluindo estruturas acessórias de construções⁷⁰). Nenhuma outra obra de construção deverá ser executada no âmbito da proteção.</p>
<p align="center">1982-Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China 中华人民共和国文物保护法 (<i>Cultural Relics Protection Law of the People's Republic of China</i>)</p>	
<p>Artigo 2. O Estado deve tomar sob sua proteção, dentro das fronteiras da República Popular da China, as seguintes relíquias culturais de valor histórico, artístico ou científico:</p>	<p>Artigo 14. O princípio de manter as relíquias culturais no seu estado original deve ser respeitado na reparação, manutenção e em qualquer remoção nos sítios designados como os que devem ser protegidos pelo seu valor histórico</p>

⁷⁰ “建筑的附属物”. Não foi dada uma definição do conceito no texto original. De acordo com a Administração Estatal de Tributação (SAT, *The State Administration of Taxation*), as instalações auxiliares relacionadas à habitação incluem pátios, chaminés, sótãos, corredores, etc. Ver: Despacho do Ministério das Finanças (da República Popular da China) e da Administração Estatal de Tributação (2004, nº. 126). Disponível em: <http://hd.chinatax.gov.cn/guoshui/action/GetArticleView1.do?id=1622&flag=1>, última consulta em 26 de setembro de 2018. 财税〔2004〕126号批文。(2004年7月23日).国家税务总局.

- (1) Sítios da cultura antiga, tumbas antigas, estruturas arquitetônicas antigas, templos de caverna, esculturas de pedra de valor histórico, artístico ou científico;
- (2) Edifícios importantes, sítios e objetos memoriais relacionados a grandes eventos históricos, movimentos revolucionários ou pessoas famosas que são altamente memoráveis ou que são de grande importância para a educação ou para a preservação de dados históricos;
- (3) Obras de arte valiosas e artigos de artesanato, que datam de vários períodos históricos;
- (4) Documentos revolucionários importantes, bem como manuscritos, livros e materiais antigos, etc., que são de valores históricos, artísticos ou científicos; e
- (5) Objetos materiais típicos que refletem o sistema social, a produção social ou a vida de várias etnias, em diferentes períodos históricos.

Os critérios e medidas para a determinação de relíquias culturais devem ser formulados pelo departamento estadual de administração de relíquias culturais, sob a tutela do Conselho de Estado, e submetidos para aprovação a este mesmo Conselho.

Fósseis de vertebrados pálicos e antropóides pálicos de valor científico devem ser protegidos pelo Estado, da mesma forma que as relíquias culturais.

e cultural, tais como sítios relacionados com a história revolucionária, edifícios memoriais, túmulos antigos, estruturas arquitetônicas antigas, templos de caverna, esculturas de pedra, etc. (incluindo estruturas acessórias de construções, ver nota 70 acima).

2000-Princípios para a Conservação de Sítios do Património na China 中国文物古迹保护准则 (*Principles for the Conservation of Heritage Sites in China*)

Artigo 1. (...) Os sítios do património são os restos/vestígios físicos imóveis que foram criados durante a história da humanidade e que têm significado; os sítios do património incluem sítios arqueológicos e ruínas, túmulos, arquitetura tradicional, templos de caverna, esculturas em pedra, estátuas, inscrições, estelas e petróglifos, bem como sítios modernos e contemporâneos e edifícios comemorativos, e aqueles recintos (aldeias ou vilas) históricos, juntamente com os componentes originais do património, que são declarados oficialmente protegidos.

Artigo 2. (...) A conservação refere-se a todas as medidas tomadas para preservar os restos/vestígios físicos dos sítios e dos seus meios históricos. O objetivo da conservação é preservar a autenticidade de todos os elementos do património, integralmente, e manter para o futuro a sua informação histórica e todos os seus valores. Usando medidas técnicas e de gestão, a conservação envolve o tratamento de danos causados por processos naturais e ações humanas, e a prevenção de deterioração adicional. Todas as medidas de conservação devem observar o princípio de não se alterar a condição

histórica.

2002- Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China (Revisada)

中华人民共和国文物保护法(2002 年修订) (*Cultural Relics Protection Law of the People's Republic of China, revised in 2002*)

Artigo 2. O Estado deve tomar sob a sua proteção, dentro das fronteiras da República Popular da China, as seguintes relíquias culturais:

- (1) Sítios da cultura antiga, tumbas antigas, estruturas arquitetônicas antigas, templos de caverna, esculturas de pedra e pinturas murais que são de valor histórico, artístico ou científico;
- (2) Importantes sítios históricos e objetos memoriais e edifícios típicos dos tempos modernos e contemporâneos, relacionados com grandes eventos históricos, movimentos revolucionários ou pessoas famosas que são altamente memoráveis ou de grande importância para a educação ou para a preservação de dados históricos;
- (3) Obras de arte valiosas e artigos de artesanato que datam de vários períodos históricos;
- (4) Documentos importantes bem como manuscritos, livros e materiais, etc., que são de valor histórico, artístico ou científico, de vários períodos históricos;
- (5) Objetos materiais típicos que refletem o sistema social, a produção social ou a vida de várias etnias em diferentes períodos históricos.

Os critérios e medidas para a determinação de relíquias culturais devem ser formulados pelo departamento de administração de relíquias culturais, sob a tutela do Conselho de Estado, e submetidos para aprovação a este mesmo Conselho.

Fósseis de vertebrados pálios e antropóides pálios de valor científico devem ser protegidos pelo Estado, da mesma forma que as relíquias culturais.

Artigo 14. Uma cidade, com uma riqueza peculiar em relíquias culturais de alto valor histórico e grande significado revolucionário, notável pelo seu valor histórico e cultural, que estará sujeita à aprovação e anúncio do Conselho de Estado.

Uma vila, rua ou aldeia com uma riqueza peculiar em relíquias culturais de alto valor histórico e grande significado revolucionário, pode ser uma vila, rua ou aldeia de valor histórico e cultural, que devem ser sujeitas à aprovação e anúncio pelos governos populares das províncias, das regiões autônomas, ou das cidades-municípios, e devem ser relatados ao Conselho de Estado para seu registro.

Artigo 21. (...) O princípio de manter as relíquias culturais no seu estado original deve ser respeitado, na reparação, manutenção e remoção de relíquias culturais imóveis.

2011-Lei de Patrimônio Cultural Imaterial da República Popular da China

中华人民共和国非物质文化遗产法 (*Intangible Cultural Heritage Law of the People's Republic of China*)

Artigo 2. O termo “património cultural imaterial” (“PCI”), conforme mencionado nesta Lei, refere-se a diversas manifestações culturais tradicionais, transmitidas pelos povos de todas as etnias, de geração em geração, consideradas como parte de seu património cultural, e objetos e espaços relevantes às manifestações culturais tradicionais, incluindo:

- (1) Literatura oral tradicional e a linguagem como um seu veículo;
- (2) Belas artes tradicionais, caligrafia, música, dança, teatro, *quyi* e acrobacia;
- (3) Técnicas tradicionais, medicina e calendário lunar;
- (4) Rituais tradicionais, festivais e outros costumes populares;
- (5) Desportos e entretenimento tradicionais;
- (6) Outro PCI.

Para os objetos e espaços que fazem parte do PCI e que se enquadram na categoria de relíquias culturais, devem aplicar-se as disposições pertinentes da Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China.

Artigo 4. À autenticidade, integridade e hereditariedade do PCI deve ser dada grande importância à sua proteção, que é favorável à melhoria da identidade cultural da nação chinesa, salvaguardando a unidade nacional e a solidariedade étnica e promovendo um desenvolvimento harmonioso e sustentável da sociedade.

2015-Princípios para a Conservação de Sítios do Património na China (Revisada 2015)

中国文物古迹保护准则 (2015 年修订) (*Principles for the Conservation of Heritage Sites in China, revised 2015*)

Artigo 1.

(...) Os sítios do património são os restos/vestígios físicos imóveis, que foram criados ao longo da história da humanidade e que têm significado; incluem sítios arqueológicos e ruínas, túmulos, arquitetura tradicional, templos de caverna, esculturas de pedra, estátuas, inscrições, estela e petróglifos, sítios modernos e contemporâneos e arquitetura, e as cidades famosas, vilas e aldeias de valor histórico e cultural juntamente com os seus componentes originais do património. As paisagens culturais, canais e rotas do património também são considerados sítios do património.

Artigo 2.

Objetivo. O objetivo dos Princípios é garantir boas práticas na conservação de sítios patrimoniais. A conservação refere-se a todas as medidas realizadas para preservar um sítio, seus meios e elementos associados. O objetivo da conservação é preservar e proteger a autenticidade e integridade do sítio, suas informações e valores históricos, usando medidas técnicas e de gestão.

Artigo 10

Autenticidade. A autenticidade reside nos materiais originais, na sua transformação, na conceção de um sítio e o seu ambiente, bem como nas suas características e qualidades históricas, culturais e sociais. Respeitando estes aspectos, através da sua conservação, mantém-se a autenticidade. A continuação de tradições culturais estabelecidas há muito tempo, associadas a um determinado sítio, é um meio de manter a sua autenticidade.

4.3. Uma reflexão sobre a “autenticidade com características chinesas”

Tomaszewski (2002:215) refere-se a uma filosofia universal-pluralista de conservação que enfatiza o respeito e o encorajamento de experiências e abordagens resultantes das condições culturais e naturais específicas de determinadas regiões, em vez de um dogmatismo centrado na Europa. O autor propôs um “modelo de flor” que usa concepções de conservação expressas em documentos básicos (tal como a Carta de Veneza) como orientação geral (o centro compartilhado de flores), e essas regras comuns seriam flexíveis e elásticas. Nesta base, cada pétala corresponde a um conjunto de diretrizes que se aplicam a diferentes regiões.

Na última década, muitos estudiosos chineses (Wu, 2012; Wang, & Li, 2014; Lu, 2016) têm apelado para se prestar mais atenção aos valores profundos das tradições culturais vernáculas, enfatizando a diversidade de práticas patrimoniais sob diferentes pensamentos culturais e tendo como objetivo promover a o discurso do património cultural chinês e seu diálogo transcultural. Todavia, o problema, na realidade, é que os governos locais estão sempre interessados em se candidatarem a projetos, mas faltam estruturas sistemáticas de conhecimento e experiências práticas na identificação, expressão, proteção, gestão e utilização do património cultural. Como podemos ver pelos exemplos já apresentados atrás, embora a essência de muitas questões relativas à proteção do património cultural chinês seja de facto uma questão de “autenticidade”, o termo pouco (ou até nunca) foi usado e expresso nas leis nacionais, e isso mostra exatamente que esse conceito ainda não foi popularizado, enfatizado e assumido como um conceito importante. Li Hongyan (2009) acredita que a formação dos “Princípios para a Conservação de Sítios do Património na China” é um grande avanço na compreensão teórica de conservação do património cultural chinês. No entanto, os Princípios não receberam a atenção suficiente no país, servindo somente como uma norma sem se introduzir nas leis e regulamentos que deverão ser, obrigatoriamente, cumpridos, por isso, esses documentos dificilmente desempenham, realmente, um papel crucial na prática de proteção.

Atualmente, algumas práticas impróprias de conservação ocorreram na China, como a reconstrução de sítios históricos, a realocação de edifícios históricos, a imitação de ruas antigas e alguns grandes projetos em nome do desenvolvimento cultural. O aparecimento desses fenómenos é, muitas vezes, consequência de impulsos políticos e

comerciais, movidos por vários conflitos de interesse e problemas sociais e económicos profundos (Li, 2009:VII). Na perspetiva de Li (2009), os maiores inimigos da proteção do património cultural chinês não são as forças naturais irresistíveis, como o vento, chuva, neve ou guerras, nem é completamente desprovida de técnicas de proteção correspondentes, mas sim devido a conceções unilaterais e erradas da preservação e gestão patrimonial, o principal problema a ser resolvido. Parece que o sistema de construções em madeira da China e a antiga tradição de manutenção e restauro realmente são fatores perturbadores para o exame de autenticidade do património cultural, em diferentes níveis. No entanto, o que é mais importante é que a conceção de conservação moderna, científica e rigorosa, não está profundamente enraizada, e, por isso, o conceito de autenticidade perde o seu valor central. Devido à compreensão unilateral do valor do património cultural, a autoridade está cegamente ansiosa em desenvolver atividades que acabam por dismantelar ou reconstruir edifícios antigos, sob o princípio de “destruição protetora” do património, motivada por uma conceção de desenvolvimento e uso do turismo, razões que explicam como, com frequência, as práticas da proteção e da utilização do património cultural na China se tornou um mal-entendido.

Do ponto de vista mencionado neste capítulo, de acordo com a conceção filosófica de fusão do passado e do presente, do tempo, a consideração estética da arquitetura e de ruínas e a conceção temporal, as fronteiras entre novo e velho, cópia e original, na cultura chinesa, não são muito claras. É verdade que o património cultural chinês possui características próprias, tais como a consciência de procura de harmonia entre os seres humanos e a natureza, construções de madeira facilmente danificadas e tradições de manutenção que enfatizam usos funcionais. Mas se estas características constituem uma condição tradicional e realista para a conservação patrimonial do país, a verdade é que trazem, também, várias vantagens e desvantagens no julgamento de autenticidade. O artigo *Authenticity and Spirituality* (Autenticidade e Espiritualidade), Wim Denslagen (2008) reflete sobre a opinião de Seung-Jin Chung, que chega à conclusão, no seu artigo “*East Asian Values in Historic Conservation* (Valores do Leste Asiático em Conservação Histórica)”, que os princípios de conservação nas sociedades da Ásia Oriental são determinados pelas particulares sensibilidades espirituais e naturalistas da cultura e da arquitetura da região. Denslagen (2008) argumenta que

ninguém poderá negar que existem diferenças entre culturas, mas, no entanto, não é apropriado julgá-las como a razão “essencial” para distinguir os métodos de conservação. De fato, o que o Oriente tem também existe no Ocidente: há também construções em madeira nos países ocidentais, tal como na Noruega (Lowenthal, 2008); a estrutura em madeira do Oriente precisa de ser constantemente renovada, enquanto a estrutura em pedra ocidental também não é tão duradoura como nós julgamos, porque algumas pedras são facilmente passíveis de erosão pelo vento e pela chuva, como acontece, por exemplo, segundo Han (2018), na Catedral de Friburgo de Brisgovia na Alemanha, que está coberta de andaimes durante todo o ano, por causa da fragilidade de arenito, principal material usado na construção; os jardins da China procuram um equilíbrio harmonioso entre o ser humano e a natureza, mas uma vila situada numa quinta pode também refletir uma relação poética entre arquitetura e paisagens; a espiritualidade sublinhada sempre na cultura oriental é igualmente valorizada pelo Ocidente (Poulios, 2014a:47). Por isso, realmente existe uma “autenticidade com características chinesas”? A resposta não é necessariamente positiva. É verdade que cada país precisa de desenvolver um modelo de conservação patrimonial que se adapte a si mesmo, mas não devemos “especializar” a autenticidade, realizando reconstruções excessivas e demolições destrutivas por causa das chamadas “diferenças culturais”. O que deve ser enfatizada, não é a “autenticidade” especial, mas a especialidade “autêntica”. Um “contexto cultural peculiar” não pode ser usado como um passe para realizar operações erradas sob a bandeira da “autenticidade”. Além do mais, a influência das diferenças culturais entre o Oriente e o Ocidente acerca da autenticidade da conservação do património não é muito grande, em princípio, as “essências” são iguais, ou seja, compartilham o mesmo “centro da flor”. A premissa de existência desse modelo de flor é a de respeitar os mesmos princípios básicos, e esses princípios alimentam os próprios critérios de conservação patrimonial de cada região. Se se ignorarem essas “nutrições”, o resultado final é a queda da pétala. Como diz Denslagen (2008), a diferença entre as estruturas de madeira e pedra é que a madeira tem que ser substituída mais frequentemente do que a pedra, no curso da história. Ao se enfatizar a diversidade cultural, não se deverá focalizar em demasia as diferenças entre a China e o Ocidente e de forma dicotômica, pelo contrário, ao mesmo tempo se descobrem as diferenças, é necessário encontrar os pontos em comum e orientar as diferentes práticas com base em

princípios e diretrizes mais universais e inclusivos. O que precisamos de repensar é que, assim como Denslagen (2008) aponta, incisivamente, se os chineses têm sempre orgulho sobre a sua cultura, especial, contudo, será que a China está a fazer o suficiente para a proteção de todo esse património asiático único?

PARTE 3

A AUTENTICIDADE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO
VIVO NA CHINA (Estudo do caso)

Capítulo 5 – A “Aldeia antiga” de Hongcun e a sua conservação patrimonial

Adotando, pela 19ª Assembleia Geral do ICOMOS em 2017, os “Princípios do ICOMOS-IFLA Relativos às Paisagens Rurais como Património” estes indicam a natureza dinâmica e viva das paisagens rurais (na parte de Definição) e mencionam, logo no preâmbulo, que as “paisagens rurais são uma componente essencial do património da humanidade, e também um dos tipos mais comuns de paisagens culturais vivas”. As “aldeias tradicionais” registam os traços históricos da cultura e do desenvolvimento social, ao mesmo tempo que a sua sobrevivência e desenvolvimento estão a mudar, constantemente, face às mudanças da sociedade e da cultura, por isso é, sem dúvida, um património vivo que vale a pena analisar e proteger.

Com o rápido desenvolvimento urbanístico, as aldeias são inevitavelmente afetadas por essa onda de construções. De acordo com o Relatório de Investigação sobre a Proteção das Aldeias Tradicionais Chinesas de 2017 (*Investigation Report on the Protection of Chinese Traditional Villages*), desde a década de 1980, o número de aldeias tradicionais da China caiu drasticamente com a rápida modernização e urbanização do país.

De 2008 a 2010, o Centro de Pesquisa de Cultura da Aldeia Chinesa (*Research Center of Chinese Village Culture, RCCVC*), da Universidade do Sul Central da China (*Central South University*), criou várias equipas de investigação de campo para conduzirem uma investigação, em larga escala, das aldeias tradicionais, nas bacias do Rio Yangtze e do Rio Amarelo, abrangendo 902 cidades e cantões, em 17 províncias. De acordo com os dados de 2010, existem apenas 5.709 aldeias tradicionais nestas áreas, que são 3.998 menos do que as estatísticas de 2004, com um declínio médio anual de 7,3%. Em 2014, o RCCVC, mais uma vez, conduziu uma nova investigação na mesma área e realizou visitas às 1.033 aldeias que tinham sido incluídas na pesquisa anterior. Após quatro anos, tinham desaparecido 461 dessas 1.033 aldeias que ainda existiam em 2010, representando 44,6% do total, diminuindo a uma taxa de 11,1% ao ano (Hu, Li, & Wang, 2017:7). Portanto, a fim de manter sua autenticidade e integridade, a importância do trabalho de proteção de aldeias tradicionais tornou-se cada vez mais proeminente.

Localizada no sul da Província de Anhui, a aldeia de Hongcun, juntamente com a de Xidi (uma outra aldeia do mesmo condado) são as primeiras “aldeias antigas” na China a entrarem na Lista do Património Mundial. Desde o ano de 2000, ano em que foram classificadas, até ao presente, que aspetos de Hongcun mudaram, durante estes últimos 18 anos? Que elementos foram preservados e como refletem o princípio de autenticidade? Este é o foco do presente capítulo.

5.1. “Aldeia antiga” ou “aldeia tradicional”?

A China tem uma longa história de civilização agrícola, que acompanhou o desenvolvimento da aldeia. Segundo Hu, Li e Wang (2017: 2), a palavra "aldeia (村落, *cūnlùò*)" já apareceu no período dos Três Reinos (220 d.C.-280 d.C.) da história da China. Contudo, o termo fixo de "aldeia antiga (古村落, *gǔcūnlùò*)" pode ser considerado uma expressão única associada à especificidade da China. É um novo vocabulário que surgiu após a década de 1980, com o aprofundamento da abertura económica da China e do desenvolvimento do turismo. Nos documentos internacionais, as expressões usadas, mais comuns, são aldeias, ambientes ou meios rurais, aglomerações rurais, paisagens rurais, etc.

Tabela 8. Documentos internacionais que referem a conservação das aldeias

Anos e Nomes dos Documentos	Conteúdo relacionado com a conservação das aldeias
1964-Carta de Veneza. Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS)	Propõe a conservação de um enquadramento urbano ou rural, onde se encontram as evidências de uma civilização, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico.
1975-Declaração de Amsterdão (Conselho da Europa)	Propõe a proteção e conservação integrada das cidades históricas, os bairros urbanos antigos e aldeias tradicionais, incluindo os parques e jardins históricos.
1975-Carta Europeia do Património Arquitetónico (Conselho da Europa)	Afirma que os conjuntos que constituem as cidades antigas e as aldeias com tradições, no seu ambiente natural ou construído, têm a mesma importância que os monumentos.

1976-Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea (UNESCO)	Salienta claramente que “conjunto histórico” inclui os povoadamentos humanos formados no ambiente urbano e rural, incluindo os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario.
1982-Declaração de Tlaxcala sobre a Conservação do Património Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações” (ICOMOS)	Chama especial atenção para a continuidade de materiais vernaculares e técnica tradicional na conservação e revitalização das pequenas aglomerações das localidades rurais.
1999-Carta sobre o Património Vernáculo Construído (ICOMOS)	O património vernáculo construído faz parte de um processo contínuo, que inclui mudanças necessárias e uma adaptação contínua, em resposta aos requisitos de natureza social e ambiental. Sublinha que a conservação e intervenções contemporâneas em edifícios, grupos e assentamentos vernáculos devem respeitar os seus valores culturais e o seu carácter tradicional.
2017-Princípios do ICOMOS-IFLA Relativos às Paisagens Rurais como Património (ICOMOS-IFLA)	Enfatiza a característica dinâmica e viva das paisagens rurais como o património, que engloba os atributos culturais, espirituais e naturais que contribuem para a manutenção da diversidade bio cultural.

No entanto, devido à tipologia rica e diversificada das aldeias existentes na China, ainda não existe uma definição uniforme do conceito de “aldeias antigas”. Por exemplo, Zhu Xiaoming (2001) acredita que a chamada aldeia antiga se refere à aldeia construída antes do estabelecimento da República da China, em 1912, cujo ambiente de construção, estilo arquitetónico e localização não mudaram muito durante a evolução histórica e com uma tradição única. Embora tenha existido por um longo tempo, ainda é uma aldeia que serve as pessoas locais, a sua estrutura espacial permaneceu intacta, muitas relíquias arquitetónicas tradicionais foram preservadas e contém uma riqueza de técnicas e artefactos tradicionais que a classificam como um novo tipo de “relíquias vivas”. O Comité de Proteção e de Desenvolvimento da Aldeia Antiga da China define as aldeias antigas como aquelas que existem há mais de quinhentos ou seiscentos anos. A maioria dessas aldeias enraíza-se numa grande família, associada a um lendário antepassado ancestral e ao registo da fixação da família. Existem regras e normas de formação de aldeias que, em termos de habitação humana, articulam o plano racional com a filosofia de *Fengshui* e em conformidade com a natureza (Guo, Lin & Mo, 2011).

A Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China, revista em 2002, estabeleceu o princípio de salvaguarda das aldeias famosas de valor histórico e cultural (ver Tabela 7 no capítulo anterior). Embora o trabalho de proteção das aldeias na China tenha começado desde os anos 80, a ação de valorizar as aldeias como objeto especial de proteção começou em 2003, com a seleção de “aldeias famosas chinesas de valor histórico e cultural”. Até agora, seis lotes, totalizando 276 aldeias históricas e culturais da China, foram anunciados. Em dezembro de 2005, o Conselho de Estado chinês formulou um sistema de proteção do património cultural de quatro níveis, os quais são: de interesse nacional (nação), provincial (província), de cidade e de condado⁷¹. Em 2008, o mesmo corpo administrativo promulgou o Regulamento sobre a Proteção das Cidades, Vilas e Aldeias Históricas e Culturais Famosas (*Regulation on The Protection of Famous Historical and Cultural Cities, Towns and Villages*), que é o primeiro regulamento do país a cobrir as aldeias antigas, estabelecendo, assim, um mecanismo de longo prazo para a sua conservação. Apesar disso, a proteção das “aldeias antigas” ainda é um grande problema. Na opinião de Feng (2013:8), as aldeias são, muitas vezes, em grande escala, ricas em “conteúdo” e viçosas, enquanto a sua proteção e o seu desenvolvimento contêm contradições; ao mesmo tempo, pertencendo à jurisdição administrativa dos governos locais, a conservação das aldeias envolverá a coordenação de vários departamentos de autoridade e a consciência cultural do responsável pela sua gestão; além disto, como se trata de um património relativo à produção da vida tradicional e moderna, as leis, conceitos e abordagens existentes para a conservação patrimonial material e imaterial são difíceis de aplicar. Estas são as razões que explicam o porquê da proteção das “aldeias antigas” chinesas se encontrarem num impasse de longo prazo.

Em 2012, o Ministério de Habitação e do Desenvolvimento Urbano e Rural (*Ministry of Housing and Urban-Rural Development*, MOHURD), o Ministério da Cultura (*Ministry of Culture*, MOC), a Administração Estatal do Património Cultural (SACH) e o Ministério das Finanças (*Ministry of Finance*, MOF) chinês lançaram em conjunto um inquérito às aldeias antigas. A pesquisa mostra que existem quase 12.000 aldeias na China com características tradicionais. Os quatro departamentos

⁷¹ Os termos chineses usados no texto para unidades administrativas e suas traduções são: cun (村, *cūn*), aldeia; xiang (乡, *xiāng*), vila rural; zhen (镇, *zhèn*), vila urbana; xian (县, *xiàn*), condado; qu (区, *qū*), distrito; shi (市, *shì*), cidade; sheng (省, *shěng*), província; e guo (国, *guó*), estado.

estabeleceram imediatamente um comité de especialistas, composto por peritos em arquitetura, folclore, planeamento, arte, património e antropologia para examinar e rever a "Lista de Aldeias Tradicionais Chinesas (*Chinese Traditional Village Directory*)", e as aldeias que dela fazem parte, foco da conservação nacional. Depois de solicitar as opiniões de especialistas, o comité decidiu redenominar o termo “aldeia antiga” para “aldeia tradicional”, já que a expressão anterior era difusa e inexata, e apenas exprimia o critério temporal, de uma história recuada a muitos séculos, enquanto as "aldeias tradicionais" apontam claramente que tais espaços têm uma rica herança de história e cultura e possuem valores importantes que devem ser preservados (Feng, 2013:9).

No mesmo ano, a Orientação sobre o Reforço da Proteção e Desenvolvimento das Aldeias Tradicionais (*The Guidance on Strengthening the Protection and Development of Traditional Villages*), emitida conjuntamente pelos quatro órgãos, apontaram para uma outra definição, a de "aldeias tradicionais refere-se às que possuem patrimónios culturais de formas materiais e imateriais, de elevados valores históricos, culturais, científicos, artísticos, sociais e económicos⁷²." É também claramente no documento subsequente, Notificação sobre a Investigação das Aldeias Tradicionais (*Notice about Conducting Investigations of Traditional Villages*) que:

“As aldeias tradicionais referem-se àquelas que se formaram durante um longo período, contendo recursos tradicionais ricos e certos valores históricos, culturais, científicos, artísticos, sociais e económicos e que devem ser conservadas”. (...) Aldeias que atendem a uma das seguintes condições estão incluídas na investigação:

(1) O estilo arquitetónico tradicional mantém-se completo

Edifícios históricos e vernáculos, relíquias culturais e outras arquiteturas estão concentrados numa distribuição contígua ou totalizando mais de um terço do número total de edifícios da aldeia, refletindo plenamente as características tradicionais de um determinado período histórico.

(2) A localização e o seu traçado (*layout*) mantêm características tradicionais

A localização da aldeia tem características tradicionais e representatividade local. Através do uso de condições ambientais naturais, a aldeia está intimamente relacionada com a manutenção da produção e da vida, refletindo contextos históricos e culturais específicos.

A aldeia tem um traçado representativo da cultura tradicional que está bem preservado, reflete um estilo de vida representativo e a produção tradicional humana entorno da aldeia.

(3) A transmissão vivida do património cultural imaterial

⁷² Tradução própria a partir do texto original: “传统村落是指拥有物质形态和非物质形态文化遗产，具有较高的历史、文化、科学、艺术、社会、经济价值的村落。” (MOHURD, MOC e MOF, 2012).

A aldeia tradicional tem recursos ricos em património cultural imaterial, características étnicas ou regionais peculiares, ou possui projetos representativos do património cultural imaterial a nível provincial ou nacional. O património imaterial herdado continua vivo⁷³ (MOHURD, MOC, SACH e MOF, 2012).

Portanto, das "antigas aldeias" que punham ênfase na sua existência por um longo tempo, às "aldeias tradicionais", que se concentram nas suas conotações culturais e características regionais únicas, há uma evolução em termos de extensão, aprofundamento e amplitude dos objetos protegidos. Comparada com a avaliação e seleção anterior de “aldeias famosas de valor histórico e cultural” que se focavam apenas na escala de edifícios históricos e no número de relíquias culturais, o exame das aldeias tradicionais concentra-se doravante em arquiteturas, localização ambiental e patrimónios imateriais, numa abrangência dos critérios que têm como objetivo incluir mais aldeias na escala de conservação. De acordo com esse padrão, até dezembro de 2016, foram anunciadas quatro listas, representando 4.153 aldeias tradicionais chinesas. Além disso, a maioria das regiões do país também anunciou um certo número de aldeias tradicionais protegidas a nível de província, de cidade e de condado, com significado histórico e cultural e que podem refletir as características tradicionais locais de um determinado período histórico (Hu, Li e Wang, 2017:6-10).

Começamos por uma das primeiras aldeias chinesas que foi identificada como Património Mundial pelo UNESCO, Hongcun, tomando a sua condição de conservação como observatório e percurso no sentido de descobrir e analisar os seus padrões e ações de preservação e gestão.

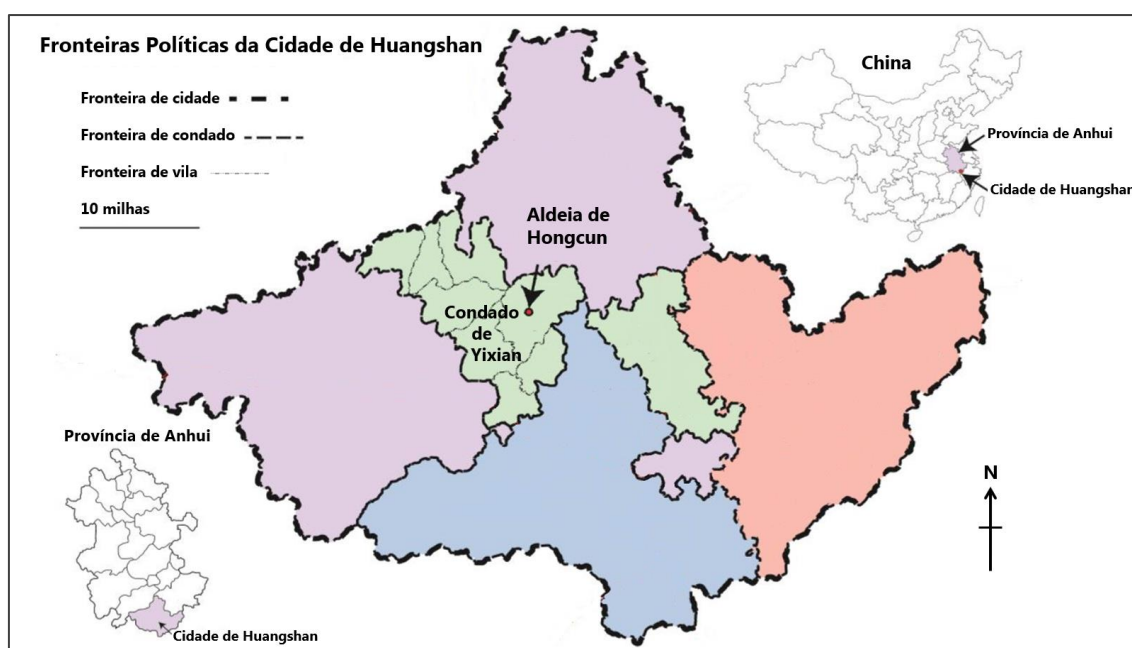
5.2. A aldeia de Hongcun. O seu contexto natural e características de ocupação

“As aldeias antigas do Sul de Anhui” são também conhecidas como as “Aldeias antigas de Huizhou”. Huizhou (徽州, *huīzhōu*) era uma prefeitura, com seis condados (ou distritos), que permaneceu intacta por cerca de 800 anos, a partir de 1121, correspondendo à parte mais meridional da Província de Anhui (agora Cidade de Huangshan e Condado de Jixi), além do Condado de Wuyuan, no nordeste da Província de Jiangxi. Por causa da alta densidade florestal e do ambiente geológico e topografia

⁷³ Tradução própria a partir da tradução em chinês.

complexa, Huizhou tornou-se um refúgio para as famílias poderosas da região central escaparem das guerras resultantes de alterações e conflitos dinásticos. No início do século IV, no final do século IX e do século XII, os povos das planícies centrais muitas vezes migraram para a região, em grande escala e de longas distâncias. Com a gradual estabilização da vida e a multiplicação da população, muitas aldeias onde viviam famílias com o mesmo sobrenome foram-se formando. Sendo uma área fechada e inacessível, Huizhou conserva, até hoje, intactas, muitas aldeias, com mais de três mil casas, das dinastias Ming e Qing. Revela o Relatório do Projeto para Proteger 1000 Aldeias Antigas que na cidade de Huangshan (Chen e Wang, 2007), o número de aldeias tradicionais, no âmbito administrativo da cidade de Huangshan, é de até 5.000, e Hongcun é uma delas.

Figura 3. Mapa da cidade de Huangshan⁷⁴



Localizada no nordeste do Condado de Yixian, Cidade de Huangshan, Província de Anhui (30 ° 11' de latitude norte e 117 ° 38 ' de longitude leste longitude), a aldeia de Hongcun (宏村, *hóngcūn*) possui uma área de 19 hectares, tendo um clima moderado (a temperatura média anual é de 15,8 graus Celsius) e uma precipitação abundante (a média anual de dias de chuva é de 183 dias e a precipitação anual é de 2395 mm)⁷⁵.

⁷⁴ Mapa traduzido e modificado. Ver mapa original em Yu, Y. (2014:4).

⁷⁵ Hongcun, (2017, 26 de outubro). *Weather China*. Disponível em:

Hongcun é da linhagem descendente do sobrenome Wang e foi construída durante o período do reinado de Shaoxing, da Dinastia Song do Sul (1131 d.C.-1162 d.C.), tendo uma história de quase 900 anos. Em 1737, segundo ano do reinado do Imperador Qianlong ⁷⁶, a aldeia foi renomeada homofonicamente de “弘” para “宏”, que corresponde a "vasto e desenvolvido", para se diferenciar visa-se evitar o mesmo caráter o nome do monarca (Wang, 2018b: 4; Zhang, 2016:157-160).

Em 2000, Hongcun, juntamente com a outra aldeia de Xidi, foram inscritas na lista de Património Cultural da Humanidade da UNESCO como “Aldeias Antigas no Sul de Anhui (*Ancient Villages in Southern Anhui*)”, e Hongcun “caracterizada pela variação ritmada do espaço e vielas tranquilas, e com água proveniente de um jardim pitoresco, tudo reflete a busca da coexistência, da unidade e da harmonia entre o homem e a natureza⁷⁷.” De facto, a composição do meio natural e humano confere-lhe uma noção de sistema, ecológico, de consciência do clã, de cultura folclórica e de espaço construído por um grupo humano.

a) Ambiente natural ideal e sistema de água na linha do conceito Feng Shui

Quando os chineses se instalam num certo ambiente espacial, os elementos relacionados com o desenrolar das suas vidas são tomados em consideração, como a direção das montanhas, a localização do rio, etc., numa simbiose com a corrente de pensamento do Feng Shui (风水, *fēngshuǐ*, significa literalmente “vento e água”). Os chineses pensam que cada espaço natural, terreno ou construção, sejam dotados da sua própria vibração, influenciada pela presença de energia, que se chama qi (气, *qì*), e a harmonia entre os indivíduos e o ambiente circundante pode ter impactos na sorte, saúde e humor das pessoas. Hongcun é rodeada pela Montanha Leigang e pelo Riacho Oeste, ou seja, toda a aldeia está virada para o sul e rodeada de montanhas e águas, que cumprem exatamente os requisitos da geomancia que a posição e seleção de sítios

<http://www.weather.com.cn/anhui/tqyw/10/2791254.shtml>, última consulta em 25 de julho de 2018. 宏村. (2017年10月26日). 中国天气网.

⁷⁶ O quinto imperador da dinastia Qing (a última dinastia imperial chinesa). Qianlong (乾隆, *qiánlóng*) é o nome de era sob o comando dele, enquanto o seu nome real era Hongli (弘历, *hónglì*).

⁷⁷ Tradução própria. Texto original: “Characterised by rhythmic space variation and tranquil alleyways; and with water originating from a picturesque garden, the whole reflects the pursuit of coexistence, unity and the harmony of man and nature.” Ver: Ancient Villages in Southern Anhui – Xidi and Hongcun. (2000). UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1002/>, última consulta em 20 de julho de 2018.

devem ter, por trás confronta com “a colina, com o rio que passa ou circula e com o campo largo, em frente⁷⁸” (Lu, Xu e Ge, 2005:5-6).

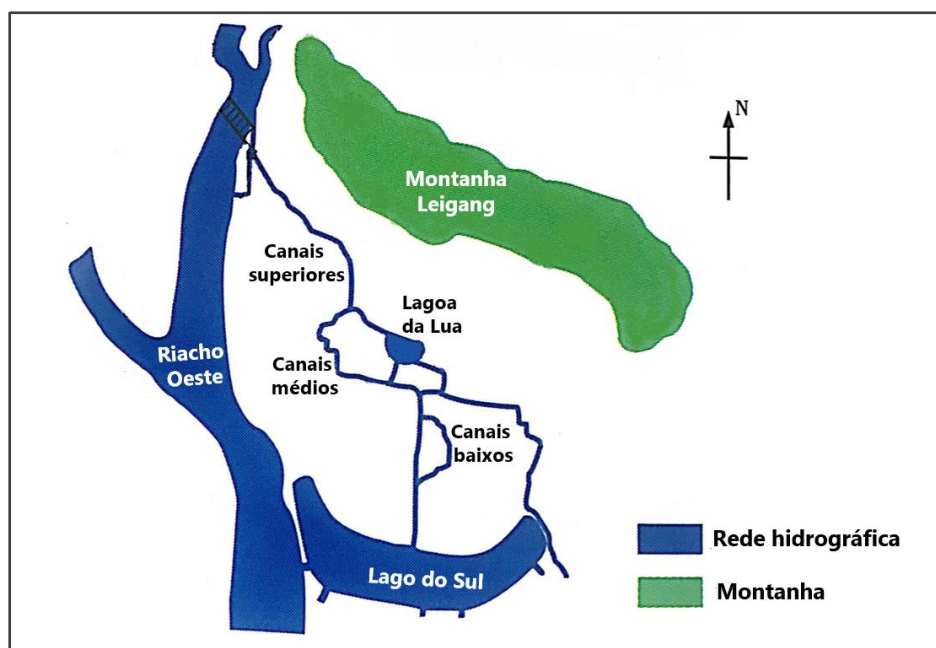
A localização e o traçado de Hongcun têm uma relação íntima com a água. Em 1131, a aldeia fixou-se depois das casas anteriores, da família Wang, terem sido destruídas por dois incêndios consecutivos. Para evitar futuras tragédias, Wang Yanji, 66º ancestral da família Wang, mudou-se, juntamente com outros membros familiares, para o sul da Montanha Leigang (雷岗山, *léigǎngshān*), e construiu um complexo de habitação de 13 quartos e nomeou a região de “Hongcun”. No reinado de Yongle, da Dinastia Ming (1403-1424), o 76º ancestral da família, Wang Siqi, e sua esposa Hu Zhong, convidaram um perito no Feng Shui para determinar as condições ambientais e reorganizar os edifícios da aldeia. Perante as lições do passado, eles prestaram grande atenção ao arranjo do sistema de água, artificial, para melhorar a capacidade de prevenir incêndios. O mestre do Feng Shui encontrou uma fonte da Montanha Leigang, cavando-a em forma de semicírculo, formando a Lagoa da Lua (月沼, *yuèzhǎo*) como centro da aldeia e estabeleceu o templo ancestral do clã de Wang no seu Norte. Além disso, os aldeões instalaram uma comporta no curso superior do Riacho Oeste (西溪, *xīxī*) e construíram uma barragem de pedra e um portão na entrada da rede hidrográfica, num terreno ligeiramente mais alto, a noroeste da aldeia, para elevar o nível da água. Várias valas/canais (水圳, *shuǐzhèn*) também foram cavados para conduzirem água fresca para cada casa, que depois convergiam na Lagoa da Lua. Após a expansão de Hongcun, a Lagoa da Lua não conseguia já oferecer água suficiente. Em 1607, sob a liderança do 81º ancestral da família Wang, Wang Kuiguang, um lago chamado Nanhu (南湖, *nánhú*, literalmente “Lago do Sul”), de 20.247 metros quadrados, foi cavado e aberto (Wang, 2018b:4). Desde então, todo o sistema de abastecimento de água ficou completo, ligando o Riacho Oeste e a Lagoa da Lua e terminando com o Lago do Sul.

No traçado ordenado da aldeia, grande ênfase foi colocado no arranjo da rede hidroviária. Além do princípio do Feng Shui, as características físicas do projeto, tais como o fluxo durante períodos de águas altas e baixas, o declive e o tamanho dos canais, o mais importante foi o de procurar que os habitantes usassem a água de uma forma mais conveniente...tudo sob a vigilância e proteção dos descendentes da família

⁷⁸ “枕山、环水、面屏” em chinês.

Wang. De acordo com Wang (2004: 26, 35-37), um cálculo do Instituto de Topografia e Cartografia da Cidade de Huangshan, em 2004, revela que a maior distância entre os canais aquáticos e os moradores da aldeia de Hongcun não será superior a 100 metros, e a maioria dos aldeões estará a 60 metros de distância de um canal. Segundo os dados avaliado em 2001, a inclinação média dos canais é de 5,5 m/km, a velocidade 21,6 m/min e a vazão é 7,95 m³/min, e o fluxo consegue responder melhor às necessidades dos moradores. Os canais têm um comprimento total de 1.268 metros, uma largura de 0,3-1,15 metros (a maioria dos quais é de 60 centímetros), e uma profundidade de 0,4-0,9 metros. A água nas valas mais largas é 30-50 cm abaixo do chão, por isso, lajes e escadas de pedra estão colocadas na sua borda, destinada a facilitar o acesso dos moradores ao uso da água (lavarem objetos). Contudo, o uso diário de água pelos habitantes de Hongcun deve seguir regras rígidas: a água potável é colhida antes das 6 da manhã, entre 6 e 7 da manhã os vegetais podem ser lavados e todas as outras lavagens só podem ser feitas depois das 7 da manhã, e este horário foi estipulado pelas regras do clã, que já se tornaram hábitos cotidianos dos moradores. Além disto, as valas da rede hidrográfica não apenas passam em frente das casas, como são conduzidas para os pátios para criarem jardins e tanques requintados, com uma variedade de estilos de modo a trazerem para dentro dos lares a alma da natureza.

Figura 4. Mapa da rede hidrográfica da aldeia de Hongcun⁷⁹



⁷⁹ Mapa traduzido e modificado. Ver mapa original em Wang (2004:35).

Essa singular rede hidrográfica, distribuída por toda a aldeia, parece as artérias do espaço, oferecendo, por um lado, as funções de lavagem, prevenção de incêndios, irrigação, drenagem e equilíbrio da humidade e temperatura, por outro lado, na região de Huizhou, onde consideram a água como a concentração de riquezas da família, a sua acumulação representa e antevê uma boa visão do futuro próspero, para as aldeias e clãs. O riacho, valas, lagoa e lago, assim como as águas conduzidas para dentro dos pátios de cada casa, fazem, em conjunto, uma paisagem hidrológica completa e única, que se torna a alma de toda a aldeia. A rede liga e, ao mesmo tempo, separa cada espaço: colinas, ruas, edifícios, campos, etc., embeleza o ambiente, favorece a atmosfera e decora, deixando toda a aldeia bem ordenada, de modo a que as pessoas possam descansar e apreciá-la, nesse sentido, Hongcun é chamado, por visitantes, como se fosse uma aldeia dentro da pintura tradicional chinesa.

Figura 5. Água correndo fora e dentro de moradias, e os aldeões fazem lavagens nas valas
(Fotos tiradas em julho de 2018)



Figura 6. Lagoa da Lua e construções circundantes (Foto tirada no dia 7 de julho de 2018)



b) Identidade e a rede clã – a força do sangue



Figura 7. O Templo Lexu (乐叙堂, *lèxùtáng*), o templo ancestral principal de Wang (Foto tirada no dia 8 de julho de 2018)

O clã (宗族, *zōngzú*) é uma organização social que se estrutura a partir das relações de sangue, como um elo, um grupo patrilinear associado a um sobrenome comum e

tendo um ancestral comum (Yu, Yang e Zhou, 2009:16107). Wang (2018b:184) acredita que, enquanto o estado só pode apoiar agências administrativas simples, a nível do condado, a aldeia depende principalmente do sistema de clã patriarcal, organizador da ordem social rural. Como corpo principal da gestão de aldeia, os patriarcas do clã têm autoridade absoluta. O clã tem o direito de fazer árvores genealógicas, fundar um templo ancestral e uma escola, administrar os campos cultivados, atribuindo importância à herança da educação cultural de que são descendentes. As terras agrícolas cultivadas que pertencem ao clã, são as fontes de financiamento das atividades do grupo, através da aplicação de regulamentos correspondentes, e deste modo o sistema patriarcal gere e estimula o funcionamento de toda a família.

Como a cultura de Huizhou atribui importância à ética e ao ensino, o templo ancestral (ou memorial) é o principal motor do desempenho desse sistema de clã. Numa aldeia com mil pessoas, ou mais, geralmente há vários templos ancestrais sucursais e um principal. Para um clã, os templos são lugares sagrados onde se realizavam muitos eventos importantes para a aldeia, unem o clã, realizam atos religiosos e cultivam práticas organizacionais a pensar na próxima geração. Em primeiro lugar, os rituais do culto aos antepassados, a fim de espalharem o conceito de veneração dos ancestrais, ajudam a formar e a reforçar as crenças dos membros da família. Os retratos, tabuletas memoriais e sacrifícios dos antepassados de um clã são colocados no salão principal do templo ancestral, que é o lugar onde se guarda o espírito dos ancestrais. Através da cerimónia ritual, os vivos e os mortos comunicam através da alma, lembram que têm a mesma origem, e assim, a proximidade e a unidade dos membros familiares podem ser fortalecidas. Em segundo lugar, os templos são os sítios de extensão do clã, onde as árvores genealógicas são revistas a cada dúzia de anos. Todo este processo, desde a captação de recursos, registo, edição, impressão, veneração da genealogia até a sua destruição, ocorre nesse espaço. Os templos memoriais servem ainda para se discutirem os assuntos de clã: a gestão de campos e lojas, o investimento nas instalações públicas, a eliminação de conflitos entre os membros de diferentes aldeias e de diferentes famílias da mesma aldeia, a organização de grandes celebrações, etc., são tudo temas de discussão entre os membros principais e seniores do grupo. Além disso, os casamentos e funerais, festivais folclóricos, teatros e óperas são também realizados nos templos (Wang, 2018a:154-160). Portanto, os templos ancestrais da aldeia misturam funções

religiosas, judiciais, sociais e culturais. Tanto em termos de conteúdo como de forma, eles tornam-se o espaço espiritual dos membros de clã, refletindo a inter-relação entre o ambiente humano e o social.

Geralmente, o templo ancestral é sempre a mais alta e ampla construção da aldeia. De acordo com Wang (2017:64-65), havia quase 20 templos ancestrais em Hongcun, e quatro edifícios foram preservados até hoje. Entre eles, o Templo Lexu (乐叙堂, *lèxùtáng*, ver Figura 7 acima) é o principal, da família Wang. Sendo construído em 1403 d.C., o edifício ocupa uma posição proeminente, no lado norte da Lagoa da Lua.

c) Caráter e espírito do grupo sob a influência da cultura confucionista

De acordo com estudos arqueológicos, os sinais de presença humana em Huizhou remontam ao antigo período Neolítico, de 6.000 anos atrás. Os moradores das tribos primitivas instalaram-se por razões de sobrevivência, concentrando-se principalmente na agricultura como principal modo de produção social, e as aldeias de Huizhou começaram a formar-se durante esse período (Chen, 2000).

Como a região é montanhosa, a terra cultivável é desproporcional às montanhas. Embora Huizhou tenha uma área de 12.548 quilômetros quadrados, as terras aráveis alcançaram um máximo histórico no ano 1578, cerca de 15.856 hectares, representando apenas 13,536% da área total (Wang, 2018a:16). Portanto, a escassez de terra forçou a que alguns se aventurassem a sair das aldeias, a partir da Dinastia Song (960 d.C.-1279 d.C.), alcançando enorme sucesso.

O poder económico sólido fez com que as aldeias tradicionais de Huizhou atingissem um desenvolvimento sem precedentes. Os comerciantes retornaram, com ricos lucros comerciais, compraram terras e instalaram infraestruturas públicas. Além de um talento para os negócios, os comerciantes de Huizhou também têm uma consciência cultural perspicaz, e o seu estatuto social baixo levou-os a valorizarem a educação como forma de ascensão social. O governo era proprietário de um grande número de terras cultivadas, lojas e bosques, cujos rendimentos eram usados, especialmente para a construção da escola pública, o pagamento do salário de professores e as despesas estudantis, enquanto algum financiamento é proveniente de doações privadas feitas por oficiais e empresários. Muitos clãs investiram também no estabelecimento de escolas privadas, para incentivarem os jovens a estudarem. Os clãs são responsáveis por espaços e rendimentos doados por uma ou várias famílias ricas: uma aldeia destinou um pedaço

de terra considerado aprazível para a academia; os professores receberam altos salários e grandes benefícios; as escolas contrataram excelentes acadêmicos como professores; e as despesas relacionadas com o exame imperial dos estudantes foram cobertas por doações de comerciantes ricos ou pessoas com capacidade financeira da aldeia. Sempre que alguém era aprovado nos exames imperiais ou fosse integrado no funcionalismo, tal era considerado como uma glória familiar e uma forma de apoio oficial, no qual poderiam confiar (Guo, 2010:49-50; Wang, 2018a:156).

Figura 8. Escola privada Yiwen (以文家塾, *yǐwénjiāshú*) em Hongcun

(Estabelecida sob o patrocínio do comerciante de sal Wang Yiwen em 1814, agora chamada de “Academia de Lago do Sul (南湖书院, *nánhúshūyuàn*)”, foto tirada em julho de 2018)

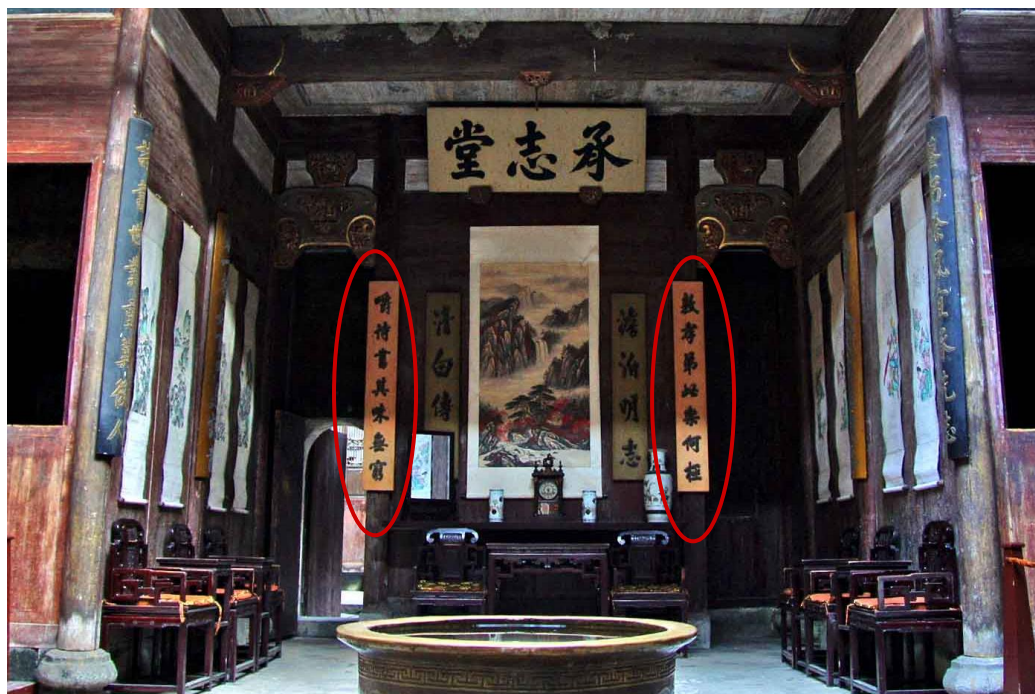


Como resultado, Huizhou tornou-se a terra natal de muitos estudiosos e funcionários públicos, pela via do ensino e da aprovação em exames imperiais (nacionais). Por exemplo, segundo Guo (2010:48), a prefeitura de Huizhou produziu 410 Zhuangyuan (状元, *zhuàngyuán*, primeiros colocados nos exames imperiais) durante a Dinastia Ming (1368 d.C.-1644 d.C.), um recorde que não foi ultrapassado por nenhuma outra região da China, e havia muito mais Juren e Jinshi (举人和进士, *jìnshì hé jǔrén*, títulos para acadêmicos que passavam certos níveis de exame imperial) na área de Huizhou do que nas restantes regiões, no seu todo.

Ainda agora, na aldeia de Hongcun, não é difícil descobrir, nas antigas habitações, quer nas casas de pessoas comuns e de estudiosos, quer nas de comerciantes e de

oficiais, ensinamentos para encorajar os descendentes a estudarem e a serem bondosos, inscritos em dísticos paralelos, dependurados no salão, aconselhando a obediência, cortesia e a ordem e ao esforço no estudo, de modo a dignificarem a família.

Figura 9. Salão de Chengzhitang (承志堂, *chéngzhìtáng*) em Hongcun
(Casa construída pelo comerciante local Wang Dinggui em 1855, os seus dísticos antitéticos “敦孝弟此乐何极，嚼诗书其味无穷”, significa “a piedade filial faz famílias prósperas, o estudo duro traz as pessoas felizes”. Foto tirada no dia 6 de julho de 2018)



d) O traçado dos espaços residenciais e externos com características típicas de Huizhou

Como resultado da escassez de terra, os edifícios das aldeias de Huizhou são altos, contínuos, e divididos principalmente por vielas entrelaçadas, e a maioria dos pavimentos é feito de lajes. Em ambos os lados da rua existem portões de tamanhos diferentes e paredes altas e baixas. As casas estão interligadas por paredes brancas e telhados negros, e os muros externos são construídos de modo a que o fogo não se espalhe facilmente para as casas vizinhas, no caso de incêndio, além de prevenir assaltos e as proteger dos ventos fortes. Devido à sua forma, os muros à prova de fogo também são popularmente chamados como “muros de cabeça de cavalo (马头墙, *mǎtóuqiáng*)”.

Como a área é montanhosa, muitas residências usam madeira de árvores enormes e tijolos como principais materiais de construção, e moradias de dois ou três andares são estabelecidas para salvar a terra. De acordo com o tamanho da base da propriedade, a força financeira e o número de membros familiares, a estrutura interna das casas varia muito. Entrando no pátio, cada piso conta, em geral, com três quartos, os dois laterais são dormitórios, enquanto o central serve como salão, com decorações bem elegantes, com “tianjing” (天井, *tiānjǐng*, literalmente “poços celestiais”) situados frente à casa, servindo como espaços abertos retangulares, em particular para iluminação e ventilação, recolha e descarga de águas pluviais, pois, como diz o provérbio, “四水归堂 (*sìshuǐguītáng*)”, se a água vem para a casa de quatro pontos cardiais, significa que a riqueza se concentra naquela aldeia e nunca se desviará para outros lugares. Além disso, as três esculturas de Huizhou, esculturas de tijolos, de pedra e de madeira são mais famosas. Tais esculturas, em desenhos bem projetados, podem ser encontradas em portas, janelas, vigas e pilares, até corrimãos. Geralmente, a sua qualidade artística e significado combinam-se com as atividades profissionais dos seus donos: com a acumulação de riqueza, as esculturas tornaram-se cada dia mais requintadas. O tema das obras é sempre de flores, pássaros, insetos, lendas históricas ou histórias tradicionais que têm significados profundos, dando assim um toque poético às casas antigas.

Como mencionado acima, o clã da região de Huizhou atribui grande importância à ética e à cortesia, refletindo-se no desenho interior das habitações. O respeito da criança pelos pais, o respeito dos jovens pelos seniores, e os diferentes entre homens e mulheres são inabaláveis. Cada casa tem um desenho simétrico, com uma estrutura básica de três quartos; os pais e filhos recém-casados moram nos quartos ao lado do salão principal, enquanto as crianças e servos moram nos quartos laterais. O salão principal é o lugar supremo de uma moradia, cujos móveis também são particulares. Cada salão tem seu nome próprio, com dísticos paralelos, pendurados no topo das portas laterais e nas paredes. No interior há sempre uma mesa estreita, uma mesa quadrada e cadeiras de madeira, colocadas nos lados do salão. Em cima da mesa estreita, está colocado um grande vaso, na extremidade leste, um espelho no lado oeste e um relógio de pêndulo no meio (ver Figura 9). Assim, o “alarme de relógio (钟声, *zhōngshēng*)” significa que é para “toda a vida (终生, *zhōngshēng*)”, e “o vaso e o espelho (瓶镜, *píngjìng*)” representam a ideia de ser uma casa que deseja ser “tranquila (平静, *píngjìng*)”. A

colocação destes objetos tem um significado específico: deseja uma vida inteira pacífica e sorte para toda a família (Wang, 2018a:84-92).

Assim, de vielas a portões, de pátios a salões e quartos, toda a moradia é uma estrutura firme que simboliza uma forte força centrípeta, simbolizando a harmonia de uma família e de uma aldeia.

Figura 10. “Os muros de cabeça de cavalo” de Hongcun (Foto tirada em 6 de julho de 2018)

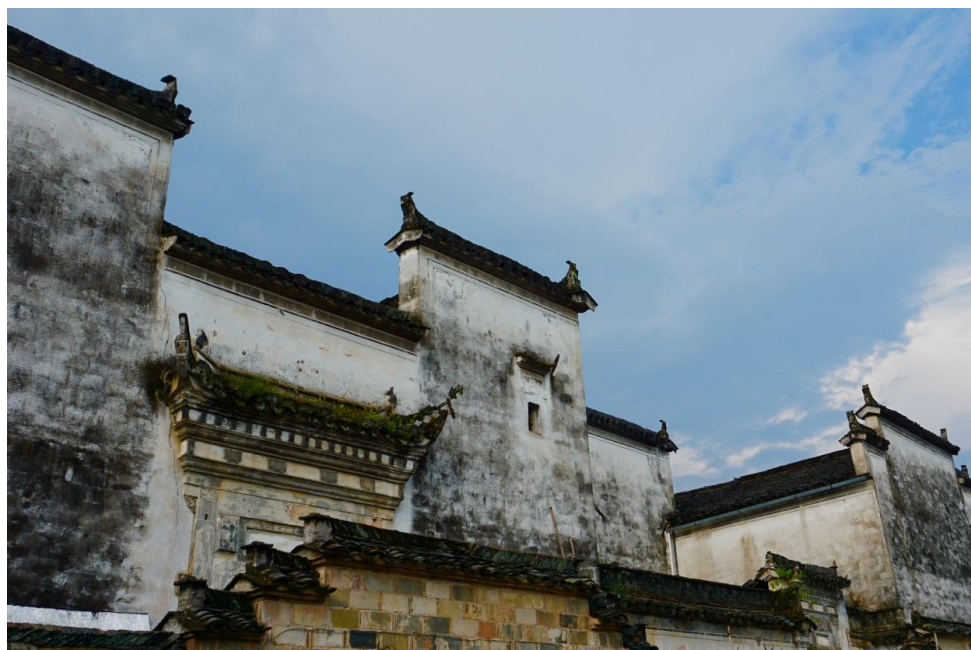
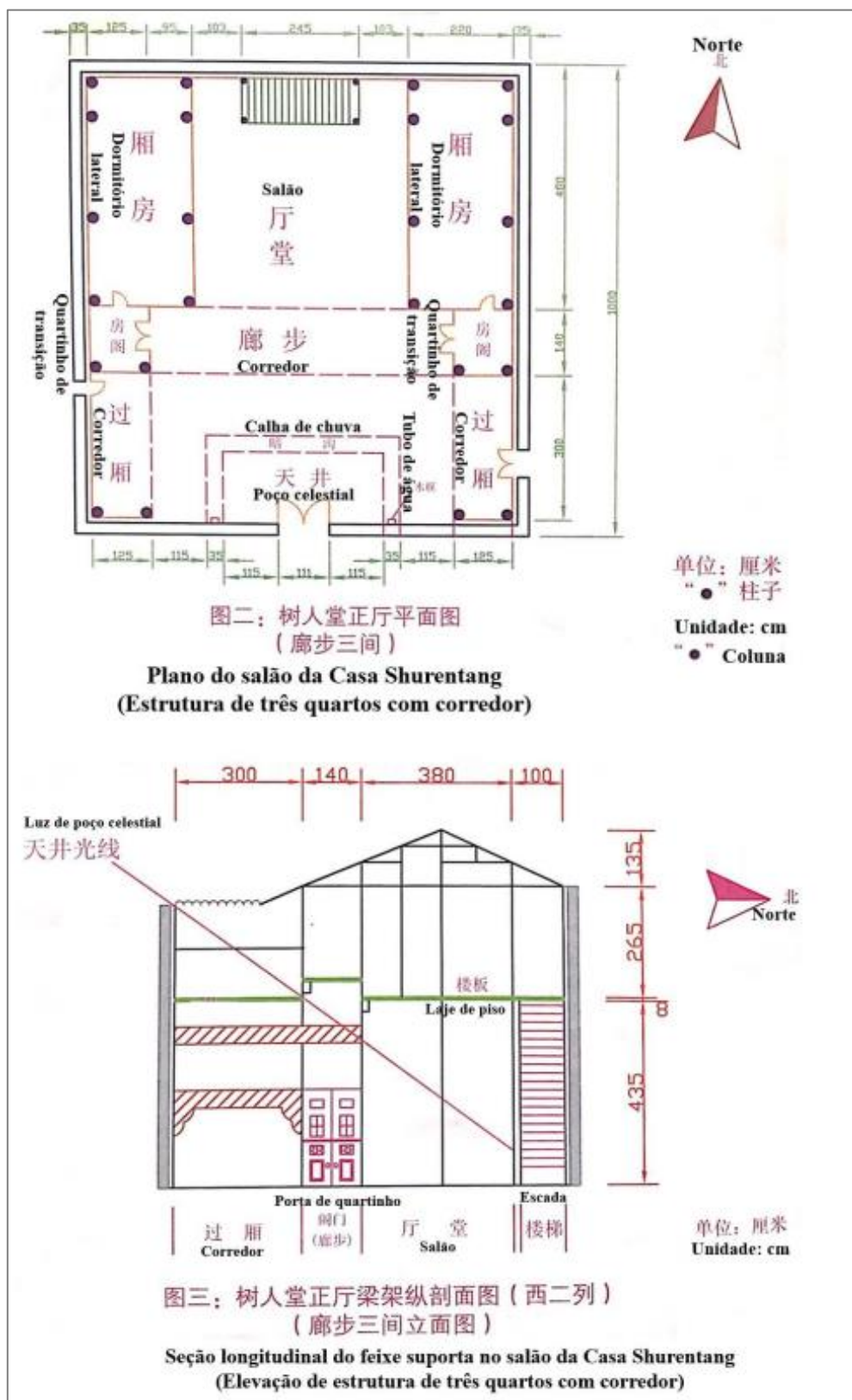


Figura 11. “Tianjing (poço celestial)” (Foto tirada em 6 de julho de 2018)

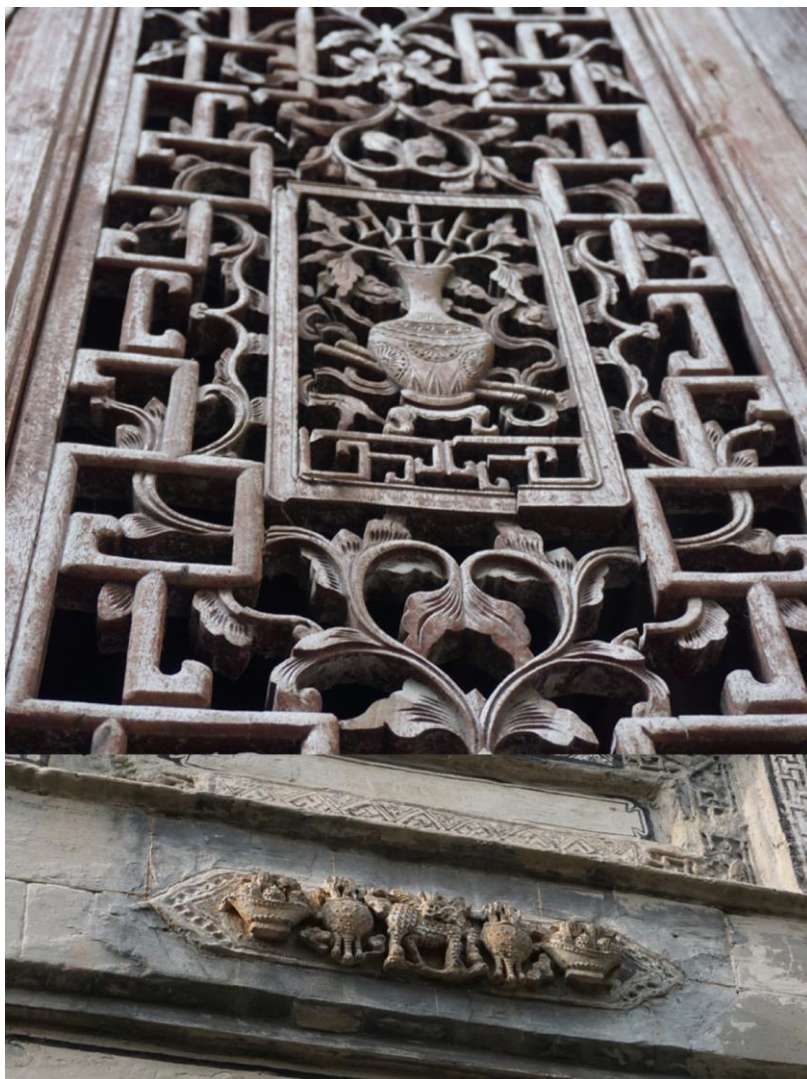


Figura 12. Plano e elevação do salão principal da Shurentang (树人堂, shùréntáng) de Hongcun (Casa construída por oficial da Dinastia Qing, Wang Xingju, em 1862)⁸⁰



⁸⁰ Diagrama traduzida. Ver versão original em Wang (2018a:19-20, ou 2018b:6).

Figura 13. Esculturas de tijolos e de madeira (Foto tirada em julho de 2018)



5.3. Situação atual da conservação da aldeia de Hongcun: o reflexo da autenticidade

Pode-se ver que a forma espacial geral das aldeias tradicionais de Hongcun, até de toda região de Huizhou, reflete uma estreita relação entre as pessoas e o meio ambiente. No processo de construção da aldeia, ao transformar a tendência do plano artificial, o planeamento e o conteúdo do espaço estão intimamente integrados no ambiente natural circundante, e a harmonia com o padrão ecológico natural pode ser alcançada. É este tipo de pensamento tradicional, o de criar um ambiente artificial no respeito para com a natureza que faz com que Hongcun apresente valores únicos. Além do conceito de desenvolvimento ecológico original, como ponto de partida, a formação do seu espaço

ambiental é também influenciada pela geografia, socioeconómica, política, ritual do clã, conceito Feng Shui, confucionismo, sistema terrestre, costumes, folclore, etc., criando assim o seu ambiente típico de vida, com características especiais, onde canais hidrográficos e as vielas serpenteiam entre templos ancestrais, escolas e academias, casas de habitação e praças.

A partir da parte I desta dissertação, sabemos que a característica essencial do património vivo é “a mudança dentro da continuidade”. De seguida, concluímos, na segunda parte, que a autenticidade do património vivo se reflete na sua continuidade e as mudanças significativas não são interrompidas, e a sua conservação deve girar em torno desse princípio básico, geri-lo e preservá-lo “de baixo para cima” com a comunidade nuclear, como o centro de proteção. Então, para a aldeia de Hongcun, que é um património vivo, a sua conservação obedece a esta regra? Analisaremos as quatro vertentes da continuidade introduzidas no capítulo 1.

a) Continuidade de cuidado realizado através de meios tradicionais ou estabelecidos

Hongcun tem 420 edifícios, com exceção de 131 casas históricas estabelecidas durante dinastias Ming e Qing (1368 d.C.-1911 d.C.), a maioria das remanescentes foi reconstruída e recém-construída nos anos 80 (Wang, 2004:99). Essas 131 construções foram bem reparadas no que diz respeito à estrutura interna, enquanto a sua aparência exterior permanece inalterada. Cerca de 83 edifícios foram restaurados como estão hoje, e os telhados de 27 casas foram substituídos por novos, com o mesmo material. Há 12 edifícios que receberam tratamento impermeabilizante, e somente 9 casas mantêm em estado degradado (Wang, 2017:52).

Os Regulamentos de Conservação de Habitações Antigas no Sul da Província de Anhui (*Conservation Regulations of Ancient Dwelling in South Anhui Province, 2004*) estipulam que a manutenção e reparação de habitações antigas devem seguir o princípio de “manter a condição histórica das relíquias culturais” (artigo 17º) (ver 4.2 da presente dissertação). Em 2001, a Câmara Municipal de Condado de Yixian promulgou os Regulamentos e Medidas Operacionais para a Administração do Património Cultural Mundial de Xidi e Hongcun (*Regulations and operational measures for the Administration of the World Cultural Heritage Xidi and Hongcun*), delineou a escala da zona de proteção do núcleo, a zona de controlo de construção e a zona de coordenação

ambiental, e definiu claramente a forma, altura, materiais e cor da reparação dos edifícios protegidos, dentro da aldeia de Hongcun:

Artigo 8. O escopo de proteção do Património Cultural Mundial Xidi e Hongcun é dividido em três níveis: zona protegida, zona de controlo de construção e zona de coordenação ambiental.

Zona protegida: É o limite da área de proteção do património. Centra-se na preservação da forma espacial, do sistema hidrográfico, do ambiente, do conjunto arquitetónico, dos edifícios tradicionais das dinastias Ming e Qing, além da paisagem cultural e costumes folclóricos com características locais. Protege, estritamente, a distribuiçãodas vielas, a cultura popular tradicional e as várias componentes que constituem a característica única da aldeia.

Os edifícios na área protegida devem manter o estilo tradicional de arquitetura da região de Huizhou e não devem realizar novas construções, arbitrariamente. O edifício de primeira e segunda classe de proteção será identificado pela câmara municipal, ou acima do nível do condado, com sinalização colocada para sua proteção.

Zona de Controlo de Construção: Trata-se duma zona tampão, de proteção da área de património cultural mundial. Nesta zona desenvolve-se projetos de construção que não compromete as necessidades de desenvolvimento da aldeia, mas não é adequado que sejam realizadas dentro da aldeia.

Faz-se o controlo rigoroso de construção, e é necessário coordenar o estilo arquitetónico tradicional em termos de altura, volume, cor, escala ambiental e proporção do edifício, para aqueles habitantes que realmente precisam de construções novas, renovadas e expandidas.

Zona de Coordenação Ambiental: Os componentes ambientais da periferia da aldeia: vegetação de montanha, sistemas de água e terras agrícolas, são a base para a sobrevivência de aldeias antigas.

Faz-se a limitação da poluição industrial, e o controlo rigoroso de grandes projetos de construção, ou quaisquer projetos com impactos ambientais adversos. Protege-se a vegetação existente, e proíbe-se a exploração mineira.

...

Artigo 10. Zona protegida

Edifícios de primeira e segunda classe de proteção, vielas principais e espaço aquático devem ser preservados segundo a aparência e estilo original, e a estrutura e decoração interna de edifícios não devem ser alteradas. Se for necessário fazer manutenção e reparação, o princípio de “manter a condição histórica das relíquias culturais” deve ser seguido. Com base na manutenção do padrão original, os edifícios protegidos de terceira classe podem melhorar adequadamente as condições das instalações internas.

Artigo 11. Conservação e restauro de edifícios

Forma: Fachada, telhado, muros de cabeça de cavalo, chão e detalhes de decoração serão projetados e construídos de acordo com o estilo arquitetónico tradicional da região de Huizhou.

Altura: A relação entre a largura da viela e a altura do prédio segue a escala tradicional (geralmente não mais do que 1: 3); o número de andares é normalmente um ou dois; os edifícios de área protegida devem ser controlados ao nível do terceiro andar.

Material: Tijolo, pedra e madeira são os principais materiais. Quando tijolos e madeiras não conseguem resolver o problema, podem ser reforçados com estruturas e técnicas modernas de conservação. A decoração do edifício não deve usar materiais modernos, tais como acrílico, liga de alumínio, etc.

Cor: Adotam a cor tradicional de arquitetura de Huizhou, e não deve ser tratada com outras cores e estilos diferentes.

Artigo 12. Zona de Controlo de Construção

Forma: O exterior de edifício deve seguir a construção de muros de cabeça de cavalo com telhado de telha cinza, o interior pode atender às necessidades da vida moderna.

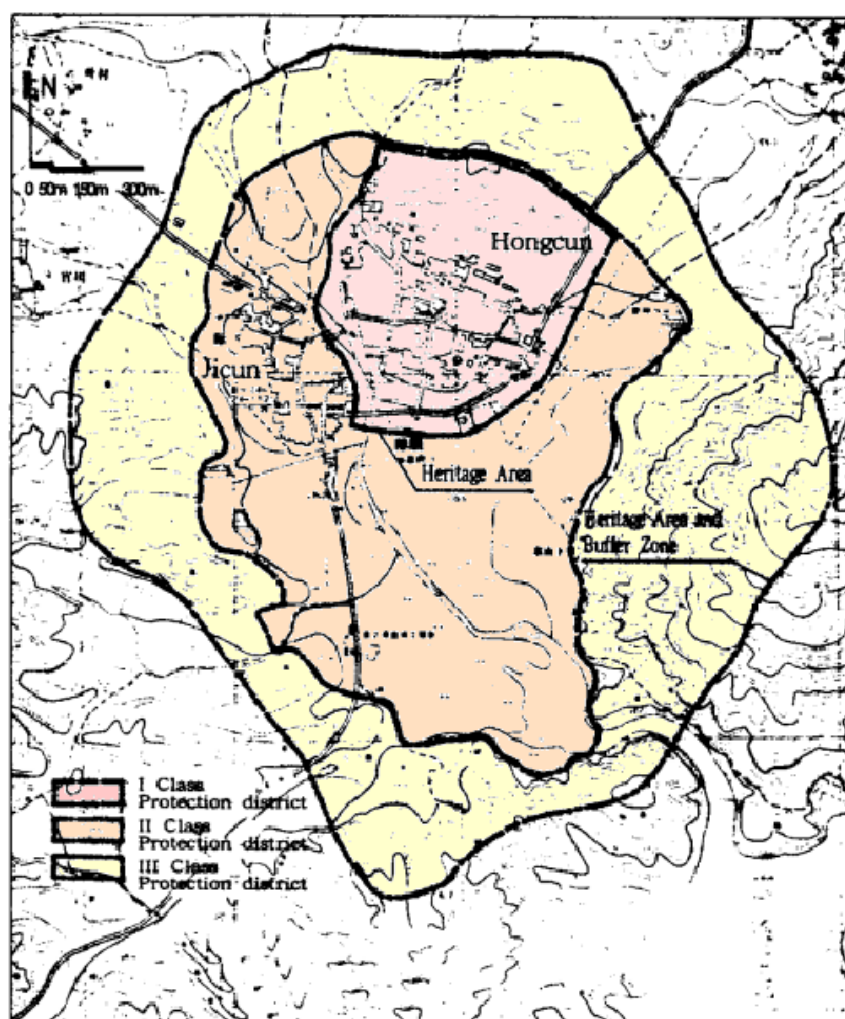
Altura: A altura da cornija deve ser controlada abaixo de 9 metros.

Artigo 13. Área de Coordenação Ambiental

Edifício: Restringe à construção de edifícios altos e de grande volumetria. A altura de construção é controlada abaixo de 12 metros. A altura, volume, cor e materiais do edifício devem ser coordenados com o ambiente circundante.

Montanha: Todo o ato de desmatamento é proibido. Implementar medidas de fechamento de encostas para facilitar o reflorestamento e evitar a erosão do solo⁸¹.

Figura 14. Escalas de zonas de conservação em três classes, da aldeia de Hongcun⁸²



⁸¹ Tradução própria.

⁸² Mapa apresentado no dossier de candidatura de Hongcun e Xidi para Património Mundial. Versão original é a preto-e-branco (Ministry of Construction & National Administration of Cultural Heritage of the People's Republic of China, 2000:4).

O Sr. Wang Senqiang é um escritor local e descendente de Wang Xingju, um oficial da Dinastia Qing que fundou a casa “Shurentang” em Hongcun, a sua terra natal, depois da sua reforma, em 1862. Sendo nascido na mesma moradia, Wang já vive ali há mais de 70 anos. Na entrevista que deu, informou que ainda agora existe na aldeia uma dúzia de artesãos, que conhecem as antigas técnicas de construção de casas, mas cuja idade média é superior a 60 anos. Devido à falta de fundos oficiais e aos baixos salários, não se consegue atrair jovens a aprendê-las, pelo que a continuidade destes edifícios e as competências na sua construção e manutenção estão ameaçadas.

Figura 15. Vigas restauradas da Casa Chengzhitang (承志堂, *chéngzhítáng*) em Hongcun, as partes substituídas distinguem-se das originais (Foto tirada em 5 de julho de 2018)



Além disso, um outro facto a enfrentar é que, não somente no caso de Hongcun, o modelo de gestão das todas aldeias da região de Huizhou, e até da China, passaram por mudanças fundamentais, com o estabelecimento do regime da República. Como mencionado anteriormente, as antigas aldeias de Huizhou, e até mesmo as áreas rurais da China, são instalações humanas formadas por clãs, e os patriarcas desempenham um papel vital na gestão da aldeia. Todavia, este sistema esteve fortemente pressionado pela Revolução de Xinhai (a revolução ocorrida em 1911, que derrubou a dinastia Qing, que

é a última dinastia da monarquia chinesa), pelo Movimento da Nova Cultura (um movimento reformista, dos anos 10 a 20 do século XX, quando alguns escritores começaram a desenvolver críticas ao confucionismo e a defenderem uma nova cultura que adotava os valores ocidentais, especialmente a democracia e a ciência, contra a família patriarcal, e em favor do individualismo e da promoção das mulheres) e por vários movimentos revolucionários camponeses. O poder do estado continuou a se infiltrar no campo, especialmente após a década de 1950, e as áreas rurais da China sofreram mudanças tremendas, sendo que se processou uma queda da classe dos patriarcas e senhorios, substituída por funcionários nomeados por superiores, e o modelo tradicional de gestão de aldeias por clãs foi substituída pela administração do governo (Wang, 2013:66). No entanto, para a aldeia de Hongcun que é gerida conjuntamente pela autoridade local e empresas privadas, o seu modelo de gestão é mais especial.

Tabela 9. Breve resumo da evolução dos mecanismos de gestão e desenvolvimento turístico de Hongcun (Ying & Zhou, 2007; Jiang, Wang, & Li, 2009; Yu, 2014)

Anos	Eventos	Breve descrição
1986–1995	O turismo de Hongcun foi iniciado e conduzido pelo Departamento de Turismo do Condado de Yixian	Apenas dois pontos de visita foram abertos, com o pagamento de um bilhete no valor equivalente de 4 centavos de dólar dos EUA; nenhum pagamento era exigido aos aldeões locais. Como os moradores reconhecem o valor do património da aldeia, a comunidade tentou dominar o desenvolvimento do turismo. Eles apresentaram relatórios às autoridades da vila e do condado, pedindo um programa de turismo conduzido por eles próprios, mas o pedido foi rejeitado.
1996-1997	Fase de exploração do modelo operacional. A autoridade da Vila de Hongcun controlou o desenvolvimento turístico da aldeia, e foi fundada uma empresa deturismo propriedade da Comunidade.	O direito de desenvolvimento turístico foi entregue à autoridade da Vila de Hongcun; uma empresa foi fundada em junho de 1996, mas foi desaprovada pela comunidade local. No ano seguinte, a comunidade contratou o direito de operação turística, sob a autoridade da vila durante um ano; uma corporação pertencente à comunidade foi fundada, e um aldeão sénior assumiu o cargo de gerente geral.

1998	Uma empresa externa controlava o negócio do turismo e demitia os guias turísticos locais.	<p>O negócio de turismo comunitário fracassou, a Câmara Municipal de Condado de Yixian retirou o direito operacional do turismo de comunidade da aldeia, e transferiu-a para uma capital externa de Pequim, chamada “Companhia Zhongkun”. Durante esse ano, foi criada uma companhia subsidiária, “Companhia de Desenvolvimento de Turismo Jingyi de Huangshan” (<i>Huangshan Jingyi Tourism Development Company</i>, adiante designado por “Jingyi Co Ltd”), com o envolvimento do Departamento de Turismo e o Departamento de Relíquias Culturais de Condado de Yixian. Esta companhia nova possuía a missão de desenvolver e administrar Hongcun e outras duas aldeias tradicionais adjacentes, no mesmo condado, por 30 anos, desde janeiro do ano 1998.</p> <p>No mesmo ano, os guias turísticos locais foram substituídos por um grupo de jovens não locais.</p>
1999	A empresa externa chegou a um acordo com a comunidade local sobre a alocação de benefícios.	<p>Um acordo foi alcançado entre a Companhia Jingyi, a comunidade local de Hongcun e a autoridade da vila, para fazer um regulamento sobre a alocação de receita do turismo. Depois de pagar à comunidade uma quantia fixa de 21.118 US\$ por ano, a empresa tirou 95% da receita dos ingressos, com investimentos muito limitados. 4% foi dado à câmara municipal de condado, enquanto apenas 1% foi deixado para a comunidade.</p>
2000-2001	A comunidade local solicitou o desenvolvimento do turismo de volta, várias vezes e até apelaram para o tribunal, mas tudo foi em vão.	<p>Em novembro de 2000, mais de 300 aldeões reuniram-se e, posteriormente, enviaram um relatório à autoridade do condado, solicitando o seu direito de desenvolver a aldeia de volta. A Câmara Municipal de Condado de Yixian rejeitou o pedido e alegou que o direito de desenvolvimento do turismo deveria ser separado das propriedades da comunidade das estruturas históricas e deveria pertencer às autoridades administrativas.</p> <p>No ano seguinte, cerca de 730 moradores (mais de 60% da população da aldeia) assinaram um apelo ao Tribunal Provincial de Anhui em setembro, acusando a autoridade do Condado de Yixian ter violado os seus direitos. Depois de ter o seu primeiro recurso negado, a segunda tentativa da comunidade falhou novamente.</p>
2002	Um novo acordo sobre a alocação de receita foi alcançado	<p>Após várias rodadas de negociação, um novo acordo sobre a alocação de receita do turismo foi alcançado entre as principais partes interessadas: a Companhia Jingyi recebeu 67% do rendimento do bilhete, a autoridade do Condado de Yixian 20%, a Câmara Municipal de Vila de Hongcun 5% e a comunidade da aldeia 8%.</p>

Com as frequentes variações na propriedade do direito de operação turística, o mecanismo de gestão e desenvolvimento em Hongcun foi alterado muitas vezes (ver Tabela 9). Em 1986, a aldeia de Hongcun começou a desenvolver o turismo,

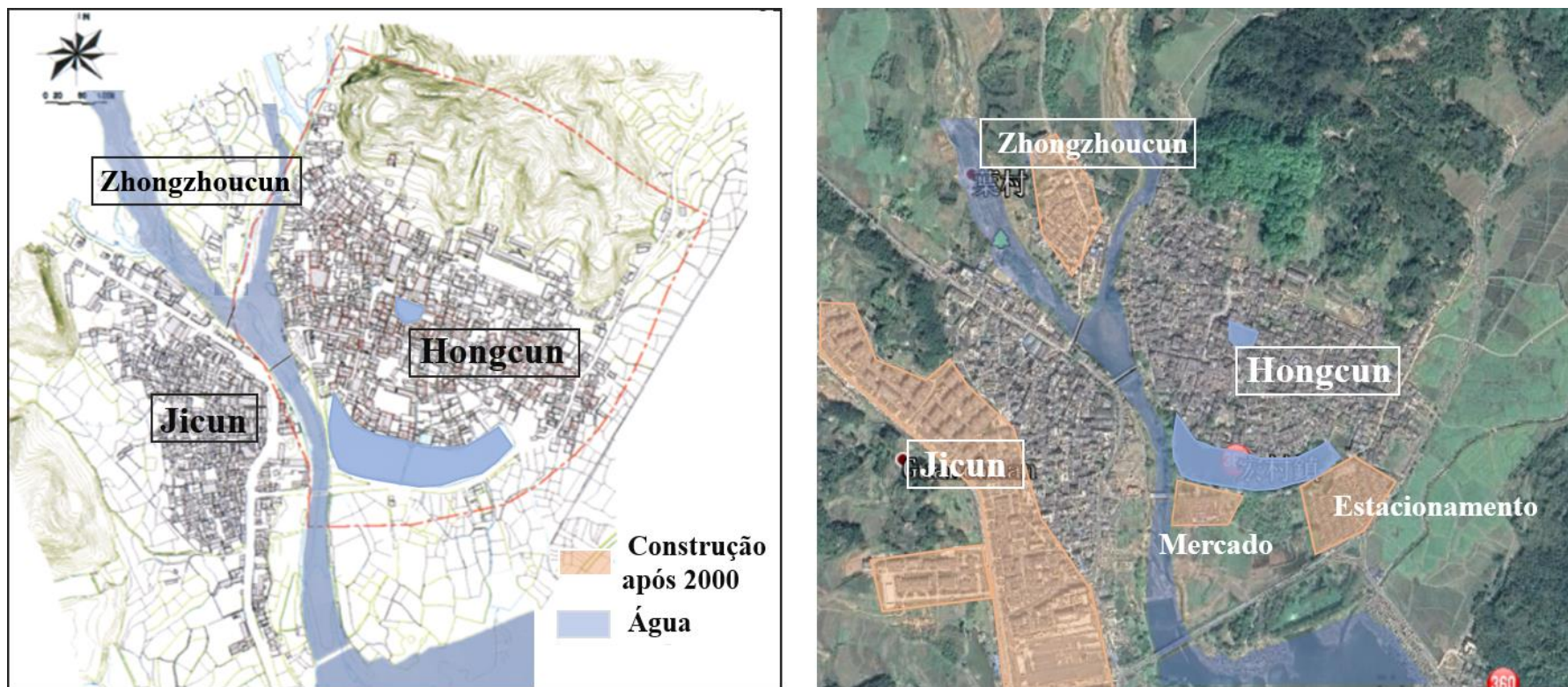
inicialmente gerida pelo Departamento de Turismo do Condado de Yixian, mais tarde pela autoridade da Vila de Hongcun. No entanto, nos primeiros 12 anos, Hongcun teve um baixo volume de receção de turistas e benefícios, e o crescimento foi lento. Na ausência de desenvolvimento por muitos anos, em 1997, a Câmara Municipal de Condado de Yixian e o Grupo de Indústria e Comércio de Zhongkun (Pequim) chegaram a um acordo que estabelecia uma companhia subsidiária, a “Jingyi Co Ltd”, e permitiu-lhe "exclusivamente desenvolver, operar e gerir⁸³" três aldeias do mesmo condado por um período de 30 anos, sendo Hongcun incluída. Desde então, Hongcun entrou na fase de desenvolvimento e operação controladas por empresas estrangeiras. Para este tipo de mecanismo de gestão e desenvolvimento e a forma de alocação de receita, Zhu Mang, uma especialista em direito administrativo, acredita que o contrato entre a empresa externa e a autoridade local é obviamente infrator. Além da Casa Chengzhitang (ver Figura 9) cujo direito de propriedade pertence ao Estado, os edifícios tradicionais restantes de Hongcun são todos de propriedade privada dos aldeões. A empresa deve cooperar e contratar com cada um aldeão, e é um erro radical que a autoridade local confunda o direito de gestão com o de propriedade (Jiang, Wang, & Li, 2009:26). Esta negligência da autoridade e o modo de gestão por empresa externa fará com que muitas contradições se intensifiquem, e causará a confusão de questões sobre direitos de propriedade e distribuição de responsabilidade. Com uma percentagem muito pequena da receita, é lamentável que os aldeões locais, ou seja, a comunidade central de Hongcun, não sejam beneficiários principais da intervenção da aldeia.

b) Conexão à comunidade

Para as aldeias tradicionais, os aldeões são, sem dúvida, comunidades centrais deste tipo de património vivo. Desde que se tornou um sítio Património Mundial, a população de Hongcun aumentou, mas não muito: em 1997, o total da população da aldeia era de 1.069 e, no final de 2017, havia 1.420 pessoas registadas (dados fornecidos pelo Comité da Aldeia de Hongcun). Embora a população não tivesse diminuído, a estrutura laboral local mudou tanto, e tais mudanças estão diretamente relacionadas com a transformação do uso da terra, trazidas pelo desenvolvimento do turismo.

⁸³ Introdução de Jingyi. (n.d.). *Huangshan Jingyi Tourism Development Company*. Disponível em: http://www.hongcun.com.cn/info.asp?base_id=1&second_id=1001#, última consulta em 29 de agosto de 2018. 京黟介绍. 黄山京黟旅游开发有限公司.

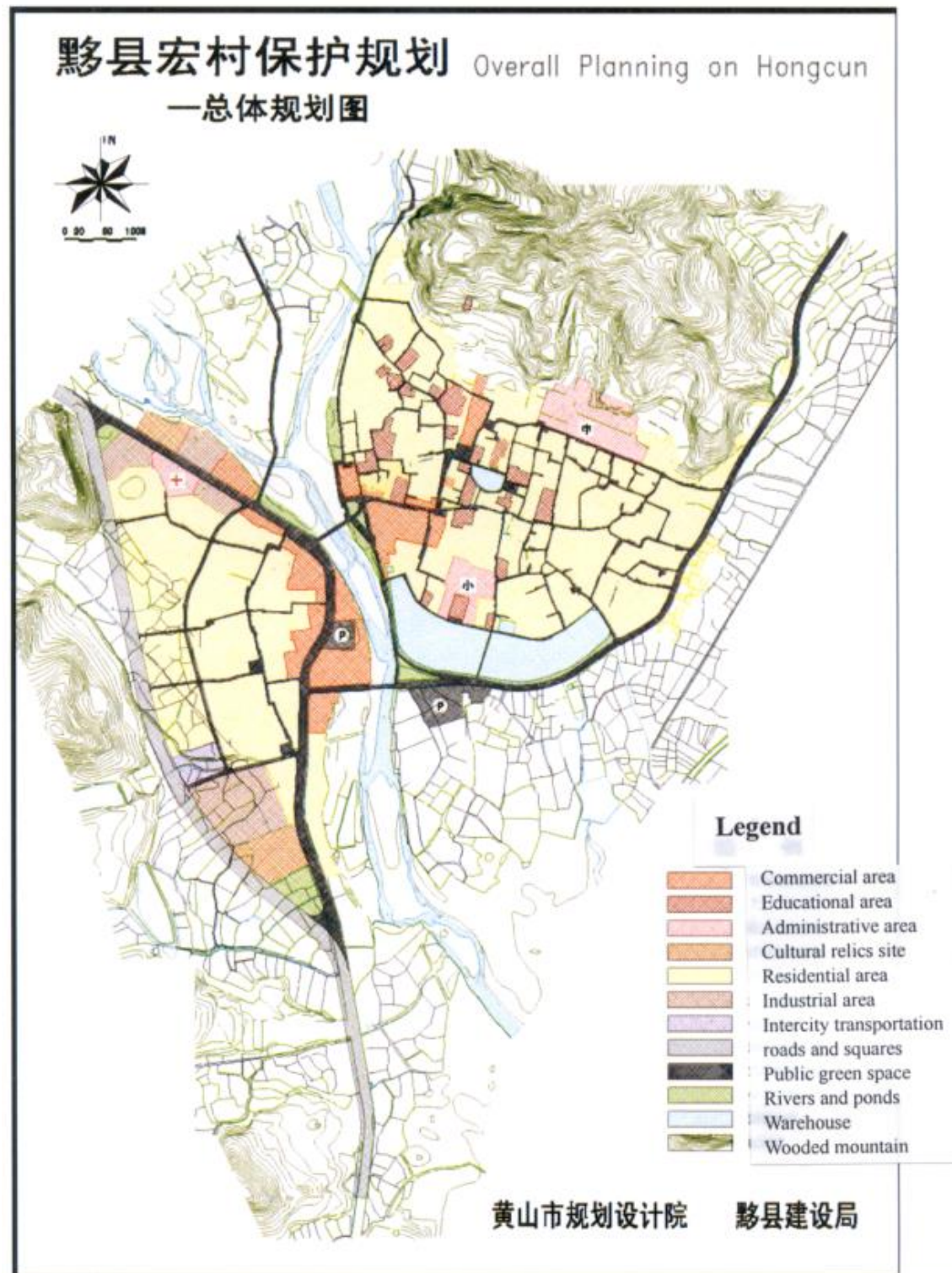
Figura 16. Evolução de uso da terra das aldeias de Hongcun e Jicun em 1999 (esquerda) e 2018 (direita)⁸⁴



⁸⁴ Mapas reorganizados e modificados. Versão original do mapa esquerdo: devido à falta de dados (não existe mapa de satélite disponível de Hongcun antes de 2014), o mais antigo que pode ser encontrado no momento e fazer comparação é o mapa pintado à mão pelo Departamento de Construção do Condado de Yixian em 1999, no dossier de nomeação da UNESCO sobre as aldeias Hongcun e Xidi (Ministry of Construction & National Administration of Cultural Heritage of the People's Republic of China, 2000:45). Fonte do mapa direita: screenshot do *Google Earth Pro*.

Figura 17. Planejamento geral de conservação da aldeia de Hongcun (1999)

(Fonte: Ministry of Construction & National Administration of Cultural Heritage of the People's Republic of China, 2000:46)



Comparando o grau de uso da terra na aldeia de Hongcun e áreas adjacentes em 1999 e em 2012 (Figura 16), pode-se ver claramente que, com a intervenção turística, o nível de uso da terra de floresta e pastagem e água mudou pouco e permanece quase o mesmo; no entanto, a intensidade do uso da terra agrícola durante este período caiu significativamente, enquanto a área de construção urbana aumentou em grande escala para fins de desenvolvimento. Este facto é consistente com a informação contada pelo Sr. Wang Senqiang na entrevista.

“Antes dos anos 90, todas as terras eram cultivadas a montante da rede de água, mas hoje apenas resta um terço, e aquelas terras agrícolas originais tornam-se florestas ou estão arruinadas. Agora, só existem um ou dois animais bovinos na aldeia, enquanto havia mais de setenta no passado.”

Hongcun era originalmente uma aldeia agrícola tradicional, com o seu desenvolvimento turístico, o número de aldeões que estavam envolvidos principalmente na produção agrícola continuou a diminuir, enquanto mais pessoas começaram a participar no setor terciário e na indústria. A Tabela 10 mostra que a força de trabalho total da aldeia em 2007 era de 825, dos quais 400 estavam ligados ao setor primário, agricultura e madeireira, respondendo a 48,5% da força laboral total; 370 trabalhadores que respondem por 44,8% do número total faziam trabalhos do setor terciário (por exemplo, atividades de comércio de bens e de prestação de serviços). Em 2010, a situação está completamente invertida, a força de trabalho envolvida no setor terciário tem uma proporção significativamente mais elevada do que a de emprego no primário. Isso mostra que, sob o incentivo do desenvolvimento do turismo, a estrutura tradicional da força laboral da aldeia de Hongcun foi mudada, transformando o trabalho agrícola tradicional em serviços comerciais e turísticos, que ocupam a posição dominante de indústria local.

Tabela 10. Estrutura da força de trabalho da aldeia de Hongcun em 2007 e 2010
(Fonte: Câmara Municipal de Vila de Hongcun)

Ano	Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário	
	Quantidade de pessoas	%	Quantidade de pessoas	%	Quantidade de pessoas	%
2007	400	48.5	55	6.7	370	44.8
2010	323	37.5	9	1	529	61.4

Em entrevista ao professor Zhang Jianping, fotógrafo e voluntário da proteção do património da região de Huizhou, ele lamentou muito a perda das terras agrícolas no processo de conservação deste Património Cultural Mundial:

"A China é um grande país agrícola. Nas aldeias de Huizhou, algumas pessoas que saíram para fazerem negócios tiveram realmente dinheiro para alimentarem toda a família. Todavia, a maioria dos aldeões ainda viviam na aldeia, e eles dependiam ainda da agricultura para sustentarem toda a aldeia. Se o solo cultivável fosse destruído, os agricultores sairiam do campo. O que iriam fazer? O Património Mundial produziu valor comercial e trouxe turistas, naturalmente, os aldeões começaram a fazer negócios."

A fim de desenvolverem os seus ganhos, além de algumas antigas escolas, templos ancestrais e moradias terem sido designados como atrações turísticas e unidades de conservação, muitos moradores transformaram as suas próprias casas em hotéis, restaurantes e lojas. Entre as 131 casas históricas permanentes na aldeia, 7 transformaram-se em pontos turísticos históricos, 51 em estalagens, 32 em restaurantes e lojas, 31 ainda se mantêm como casas, e 18 estão vagas ou parcialmente vagas. Os aldeões da aldeia de Hongcun respondem por 70% desses estabelecimentos comerciais, enquanto o restante é operado por migrantes de outros lugares (Wang, 2017:52). A fim de manter a “atmosfera pitoresca” da aldeia, o governo local impôs restrições sobre o comportamento dos moradores: não podiam instalar bancas de venda ao lado da viela, era proibido pendurar roupas à vista de turistas, nem puxar carroças de gado quando houvesse uma enorme afluência de visitantes (Regulamento da Aldeia de Hongcun 2003).

Por volta de 1950, havia 58 lojas numa rua principal da aldeia de Hongcun, incluindo mercearias, talhos, sapatarias, alfaiatarias, farmácias, barbearias, oficinas de carpintaria, lojas que produziam e vendiam óleos e bebidas alcoólicas etc., tudo o que podia quase satisfazer as várias necessidades da vida dos residentes locais da época, uma forma de negócios muito diferente da de hoje, porque toda a rua está dominada por lembranças turísticas e marcas modernas (Wang, 2013:33). Depois de serem confirmadas como Património Mundial, estas lojas foram remodeladas, após décadas de renovação; os turistas tornaram-se os principais consumidores, e a grande escala do consumo dos aldeões foi transferido para o centro comercial do condado de Yixian até para outras cidades.

Vale a pena notar que, além dos idosos, muitos aldeões de Hongcun já não passam a noite na aldeia, mas só fazem negócios ali, durante o dia. Por causa das restrições de novas construções dentro da zona protegida, eles compraram casas na aldeia de Jixun (际村, *jìcūn*) que fica num local oposto de Hongcun. Para estes aldeões, Hongcun é como um “lugar do trabalho” onde se vem para trabalhar durante o dia, donde saem para voltar a casa, à noite. Portanto, apesar da população registrada da aldeia de Hongcun não ter mudado muito, isso não representa o número de moradores que realmente “pernoitaram” na aldeia. De fato, hoje em dia, há um grande número de pessoas que não mais “vive” na aldeia.

Figura 18. Área comercial na entrada da aldeia de Hongcun. Construções habitacionais e hotéis recém-criados que ficam na aldeia oposta
(Foto tirada em 5 de julho de 2018)



c) Expressões culturais

Depois de se tornar Património Mundial em 2000, a autoridade de condado de Yixian administrou ações restritas de construção em Hongcun. Por exemplo, “os Regulamentos e Medidas Operacionais para a Administração do Património Cultural Mundial de Xidi e Hongcun”, citados acima, regularam claramente as condições prévias para nova construção, ampliação e reconstrução de edifícios dentro da área protegida. Portanto, o plano arquitetónico da aldeia de Hongcun, em sentido estrito, foi basicamente fixado a partir de 2000, e apenas um número muito pequeno de aldeões

tem autorização para estabelecer novas casas, devido às necessidades de habitação ou aos riscos de colapso estrutural das suas moradias. Por isso, as mudanças na forma de paisagem de entorno espacial ocorrem principalmente nas aldeias vizinhas. Com o desenvolvimento social, o desejo dos moradores de melhorarem as suas condições de vida torna-se cada vez mais forte. A fim de atender às exigências dos habitantes e às explorações turísticas, nas duas aldeias opostas de Hongcun, Zhongzhoucun (中洲村, *zhōngzhōucūn*) e de Jicun (际村, *jìcūn*), foi aprovada uma série de construções habitacionais e hotéis com estruturas, instalações e decorações internas, que atendem aos hábitos de vida dos residentes modernos, e as suas fachadas seguem o estilo arquitetónico tradicional de Huizhou.

Os patrimónios das aldeias tradicionais incluem não só todos os tipos de arquiteturas locais, mas também um grande número de memórias históricas, dialetos e proverbiais, rituais e festivais, etc., que fazem parte da dimensão espiritual e cultural única dos sítios. Wang (2013:33-34) indica que, no passado, as ruas e vielas de Hongcun tinham nomes geográficos próprios, não apenas apontando a direção, com muita clareza, como também refletiam uma atmosfera de campo com expressões espirituosas e elegantes. Esta é, sem dúvida, uma das principais características culturais da aldeia de Hongcun. Contudo, infelizmente, esses topónimos há muito foram abandonados e perdidos, e poucas pessoas na aldeia sabem e estão dispostas a conhecer essas informações. Na pesquisa sobre a urbanização da aldeia de Hongcun, Lu, Zhou, Zhang e Xing (2017:298) descobriu-se que 80% dos residentes locais, que têm mais de 50 anos de idade, conseguem entender o mandarim padrão (língua oral oficial da República Popular da China), mas apenas 5% (principalmente operadores de turismo) são proficientes em expressar-se oralmente; 95% dos habitantes com idade entre 30 e 50 anos podem entender o idioma e são basicamente capazes de comunicar sem barreiras linguísticas; com menos de 30 anos usam principalmente o mandarim para comunicar, e apenas 35% deles são fluentes em falar e entender o dialeto da aldeia de Hongcun. Além disso, na entrevista com o Sr. Wang, aprendemos que, hoje em dia, quase não existem atividades folclóricas regulares na aldeia de Hongcu. Por um lado, a desintegração do sistema de clãs fez com que algumas tradições levadas a cabo, as famílias perdessem o solo onde vivem, e as atividades do clã nos templos ancestrais já foram abolidas nos anos 50; por outro lado, a Revolução Cultural Chinesa (ver nota 62) eliminou a maioria

dos rituais e costumes tradicionais (Wang, 2013:62). A emigração dos descendentes do clã de Wang, na segunda metade do século XX (originalmente 80% dos moradores na aldeia de Hongcun eram descendentes do apelido Wang, mas agora apenas 30% da população total da aldeia) acelerou também a extinção dos rituais tradicionais da família. Entre vários fogos existentes de sobrenome Wang, menos de 10% deles mantem ainda a genealogia e podem contar a história dos seus antepassados.

No entanto, contrariamente ao desenvolvimento vigoroso do turismo trazido pela fama de Património Mundial, a aldeia de Wang Mantian (汪满田村, *wāngmǎntiáncūn*), que fica a 50 quilómetros da aldeia de Hongcun, e é também uma antiga aldeia de Huizhou, por causa da falta de subsídio do governo, a sua maior cerimónia, o Festival de “desfile de lanternas de peixe”, organizou-se, arrecadando fundos, espontaneamente, pelos aldeões, podendo continuar a ser transmitida de gerações a gerações, e o mais importante é que, a mudança integrou-se neste processo.

Sendo realizada no primeiro mês do calendário tradicional chinês, “o desfile de lanternas de peixe (渔灯会, *yúdēnghuì*)” é uma atividade única na aldeia de Wang Mantian, no condado de Shexian da região de Huizhou ⁸⁵. As pessoas usam normalmente tecidos e bambus para fazerem essas “lanternas de peixe”, em tamanhos distintos, escrevem desejos auspiciosos no corpo de “peixe” e colocam as velas dentro de lanternas. O objetivo deste festival é esperar que a aldeia possa ser como um peixe na água, que não será afetada pelo fogo nos próximos anos. “O desfile de lanternas de peixe” iniciou-se no final do século XIX. Nos primeiros anos, o festival era dirigido pelos adultos, e as pessoas de prestígio na aldeia desempenhavam o cargo de líder, chamado “cabeça dos peixes”, para controlarem a preparação e execução do festival. Na década de 1980, devido a fatores como a força de trabalho, saíram da aldeia para trabalhar na cidade, os aldeões decidiram entregar esse costume às crianças e aos jovens. Por um lado, assim se pode garantir a continuação estável do festival e, por outro lado, pode-se também exercitar as capacidades das gerações mais novas. A partir de então, em cada ano, no dia 6 do primeiro mês do calendário chinês, seis jovens, entre os 7 e os 20 anos, reúnem-se no salão do templo ancestral para a organização e

⁸⁵ Ver o artigo de *blog* do Sr. Zhang Jianping: Zhang, J. (2018, 7 de março). O desfile de lanternas de peixe da aldeia de Wang Mantian “não tradicional” [Web log post]. Disponível em: <https://media.weibo.cn/article?id=2309404214744620875591>, última consulta em 27 de setembro de 2018. 徽州张建平. (2018年3月7日). 不“传统”的汪满田渔灯会 [新浪微博].

execução de tal desfile, que inclui a seleção de um jovem “cabeça de peixe”, a recolha de dinheiro de cada casa, a decisão da forma como o dinheiro seria gasto, a produção de lanternas de peixe e a escolha do percurso do desfile. Os adultos geralmente ficam fora de todo o processo, deixando que os jovens expressem livremente as suas opiniões.

Tal comparação faz-nos relembrar, mais uma vez, a opinião de Peixoto (2006) que “o património mata a identidade”. Será que a palavra “património” está a tornar-se “cúmplice” na confusão da construção da identidade de uma comunidade? Quanto mais preservação e atenção prestadas pela autoridade, mais acelerado parece ser o desaparecimento acelerado do património, fenómeno que parece óbvio no caso da aldeia de Hongcun.

Figura 19. A preparação do festival do desfile de lanternas de peixe de 2012, seis crianças que estavam dispostas a serem "cabeças dos peixes" fizeram a "eleição" no templo ancestral principal da aldeia (três adultos não participaram na discussão, mas na votação. O terceiro menino à direita, Wang Wenquan, tinha apenas dez anos de idade naquele tempo) (Foto fornecida pelo Sr. Zhang Jianping)



Figura 20. As crianças da aldeia de Wang Mantian a recolherem os fundos de festival (a despesa detalhada seria publicada na aldeia após essa atividade e os fundos não utilizados continuariam a ser usados no segundo ano) (Foto fornecida pelo Sr. Zhang Jianping)



Figura 21. Os aldeões controlaram “os peixes”, e o desfile de lanternas abençoava cada lar da aldeia (Fotos fornecidas pelo Sr. Zhang Jianping)



d) Função/uso original

Em 2001, de acordo com reportagens dos jornais locais, entidades públicas que ficavam dentro da aldeia, como a Câmara Municipal de Vila, escolas primárias e secundárias, jardins infantários e mercados agrícolas foram transferidos para fora da aldeia de Hongcun, mas o parque de estacionamento expandiu-se com a procura do aumento do turismo. A maioria dos edifícios da aldeia de Zhongzhoucun é nova, desenvolvendo-se do Sul para o Norte. Ao mesmo tempo, a escala de terrenos para construção da aldeia oposta, Jicun, está a crescer com grande rapidez. Observou-se que a área construída se expandiu cerca de 2 vezes mais do que em 1999 (ver a Figura 16). Como estas duas aldeias ficam ambas na zona tampão do património (área patrimonial de Hongcun é de 28 hectares e a zona tampão ocupa 330 hectares), as novas instalações de habitação e serviços turísticos de larga escala têm certamente um impacto maior na apresentação de paisagens naturais. Lamentamos ver que a conservação do Hongcun não parece ter ocorrido de acordo com o plano, ao se candidatar a Património Cultural Mundial (ver a Figura 17). O novo escopo de construção foi continuamente expandido, rompendo a área de proteção planeado originalmente, espalhando-se para as paisagens agrícolas adjacentes e envolvendo-as.

Além do desaparecimento em grande escala das terras cultiváveis, os canais hidrográficos, que constituíam a única paisagem aquáticas de Hongcun, perderam gradualmente a sua função original. Passeando na aldeia, pode-se ver ocasionalmente os idosos lavando loiças e roupas na água corrente, fora da casa. Após a instalação do sistema da água da torneira, no início do século XXI, a função de “beber, lavar, extinguir o fogo, irrigação” foi substituída, e a regra tradicional do uso de água (limitação antes e depois de 8h de manhã), que durou por seiscentos anos, não continua mais. Em julho, quando chegámos à aldeia, era o período de águas altas, no curso superior dos rios locais. No entanto, algumas das antigas valas ainda cheiravam mal, devido à secura de água. De acordo com a pesquisa realizada em 2015 por Tao, Zhu e Cheng (2015), o volume de água de Hongcun tem diminuído em cada ano, e o meio aquático está moderadamente poluído. Com base na falta de um sistema de recolha e de tratamento de esgotos, os habitantes descarregam livremente os esgotos domésticos. O esgoto descarregado possui características de alto teor de matéria orgânica, boa biodegradabilidade e baixo teor de substâncias de metais pesados. A razão para a

poluição é que o rápido desenvolvimento do turismo na aldeia levou a um aumento na quantidade de efluentes não tratados de restaurantes, à acumulação de resíduos de esgotos, pesticidas e fertilizantes das três aldeias administrativas superiores e os lixos dos moradores e turistas, resíduos de construção. Todavia, no segundo semestre de 2017, a autoridade da Vila de Hongcun começou a construir uma instalação centralizada de tratamento de esgoto ao nível de aldeia. Comparado com o tempo em que foi reconhecido como património mundial, a proteção dos recursos de água iniciou-se somente 17 anos depois, uma ação que demora realmente muito tempo.

Figura 22. Canais secos dentro da aldeia de Hongcun (Fotos tiradas em julho de 2018)



A questão mais importante é a de saber se a “comunidade central”, ou seja, os aldeões, estão envolvidos nesse processo de preservação e gestão da aldeia de Hongcun? O tom da voz do Sr. Wang Senqiang estava cheio de pesar. Wang escreveu mais de uma dúzia de livros ao longo de dez anos, e apresentou várias opiniões sobre a conservação e o desenvolvimento da aldeia, como a construção de um sistema completo de arquivos patrimoniais (incluindo moradias antigas, árvores, valas de água), salvaguarda dos dialetos do Condado de Yixian, restauro de nomes antigos das ruas e vielas, com base em dados históricos, e estabelecimento de locais públicos para os

povos locais da aldeia para estudarem e realizarem atividades culturais, etc., mas as suas propostas não receberam atenção pelas autoridades.

"O governo tem o seu próprio conjunto de regras de operação. Os líderes nunca ouvem as nossas opiniões. Isto é burocrático, é decidido pelo sistema político. Os líderes não seguem a lógica e o senso comum para fazerem coisas, mas de acordo com as ordens das autoridades superiores. Eles sabem proteger alguns aspetos "essenciais" tal como a prevenção de incêndios, porque eles serão responsabilizados e este tipo de problema é devastador se acontecer realmente num dia, pelo menos não poderiam continuar no seu cargo. Mas sobre outras coisas, desde que não tenha um impacto mau na sua carreira, não se importam. As autoridades não tomarão uma iniciativa criativa, nem pensarão como proteger a aldeia, de uma forma positiva. A primeira coisa que devia ser considerado num sítio patrimonial é a sua proteção, e o turismo é o subproduto. Contudo, os seus pensamentos resultam de uma inércia, como muitas outras pessoas na sociedade, já se endureceram".

A natureza das aldeias tradicionais pertence ao campo rural, é o produto da sociedade agrícola. Este tipo de património é baseado no cultivo e utilização da terra pelos seres humanos, e incorpora a diversidade de sabedoria da sociedade rural e de grupos locais, reflete a conexão intrínseca entre os seres humanos e a natureza, e é a cristalização da civilização agrícola. Uma vez que as aldeias tradicionais percam a sua dimensão agrícola, elas serão tornadas cidades e não mais podem ser chamadas como "aldeias" (Sun, 2015). Com base nisso, a aldeia de Hongcun, onde grandes áreas de terra cultivada foram reutilizadas para construções modernas, paisagens agrícolas desapareceram, a maioria dos moradores nativos não passa a noite na aldeia, a sua função básica, a de aldeia tradicional está à de cair e em risco de desaparecer.

Considerações finais

A aldeia de Hongcun, tal como muitas aldeias tradicionais da região de Huizhou, têm uma longa história. O património material, como a arquitetura residencial, as paisagens naturais e artificiais, dentro e na envolvente da aldeia, em diferentes épocas e o desenho do espaço ambiental existente; os hábitos de vida, as formas de produção, as técnicas de construção e manutenção, as tradições folclóricas locais, e até mesmo os efeitos práticos de teoria de Feng Shui, o espírito do lugar sob a influência de clã e de confucionismo, e os habitantes locais que viveram e vivem nos sítios patrimoniais, ao longo de gerações ... tudo isto faz parte das preocupações atuais em torno da essência da sua preservação e conservação. No caso de Hongcun, podemos ver que, como património vivo, com exceção da área e do perfil dos edifícios e ruas, no sentido estrito da “aldeia de Hongcun”, ele está “congelado”. Em seu redor, as aldeias vizinhas, a paisagem envolvente, a população e a sua ocupação profissional, os métodos de produção dos aldeões, etc., estão verdadeiramente a continuamente a mudar. Embora a autoridade local também se esforce para uma “conservação autêntica”, o entendimento de forma restrita e dogmática do princípio de conservação, levou a conflitos entre o desenvolvimento turístico e o comunitário. Resumimos o problema nos seguintes pontos:

Primeiro, a autenticidade é entendida como a preservação estática e única de materiais.

Os regulamentos e implementações de conservação local enfatizam estritamente a preservação de propriedades históricas, e têm padrões rígidos para o restauro, reconstrução e novas construções na aldeia, que assegurem eficazmente o estilo e a aparência geral dos edifícios na aldeia. No entanto, o plano apenas protege bens situados em pontos históricos específicos, como os das dinastias Ming e Qing, e define que é necessário coordenar e até mesmo dismantelar a arquitetura banal e moderna. A autenticidade do património local tenta moldar a civilização humana de cada período histórico, de um certo ponto histórico. Além disso, o que as autoridades querem evitar são os riscos aparentemente visíveis, como a deterioração das moradias tradicionais e os incêndios, que representam uma ameaça concreta. Contudo, os riscos mais profundos, como a sobrevivência da cultura intangível, não parecem ser tratados a sério pelas autoridades. Se o desaparecimento das atividades folclóricas relacionadas com os

grupos de clã, por causa do fim do mecanismo de gestão original é um “destino”, uma inevitabilidade, a dificuldade da continuação dos elementos importantes, que constituem o espírito do lugar, tais como as técnicas de construção e manutenção, os antigos nomes dados às ruas na língua local, é muito mais devido às omissões dos gestores, que não os reconhecem, valorizam, salvaguardam e interpretam de uma forma positiva e adequada.

Segundo, o desenvolvimento que acontece em redor da aldeia e a mudança do padrão espacial afetam a paisagem rural.

A política de mudança de entidades públicas na gestão do planeamento mudou o padrão espacial da aldeia e trouxe impactos no desenvolvimento que se fez sentir em seu redor. A implementação dos projetos de realocação de escolas e mercados agrícolas, e construção de novos imóveis nas aldeias vizinhas, tornaram a aldeia de Hongcun, que é uma aldeia principalmente caracterizada pela sua função residencial, e servia apenas a comunidade local, apenas num espaço com a função turística. Devido ao desenvolvimento do setor terciário, muitas terras cultiváveis foram abandonadas; o sistema de água poluído, por negligência; a função incompleta da aldeia levou ao seu despovoamento; a expansão de instalações modernas, como a construção de zonas de estacionamento e autoestradas, causou a fragmentação do espaço habitacional e do ambiente humano e natural. Esse tipo de desenvolvimento alargou, continuamente, a aldeia, a nível espacial, destruindo o desenho original, segundo a seleção de sítios de acordo com pensamento de Feng shui, afetando a paisagem rural e ameaçando a “autenticidade” de Hongcun como património mundial.

Terceiro, frente da pressão turística, os apelos da comunidade central, para se melhorarem as condições da vida, têm sido ignorados.

Impulsionada pela exploração turística, a ocupação dos aldeões e os seus estilos de vida já foram urbanizados e modernizados. A estrutura industrial mudou, da agricultura tradicional para indústrias de serviços, enquanto as características das aldeias e a sua função original se tornou, gradualmente, turva. Sendo gerida por uma empresa turística, embora o sistema operacional seja mais perfeito, a verdade é que dá menos atenção aos interesses da comunidade local. A conservação com autenticidade tornou-se uma ação obrigatória, de “estrito controlo da construção e dos comportamentos dos moradores”. Esta medida, de “excluir” as iniciativas dos aldeões sobre a sua conceção de proteção e de desenvolvimento, reflete uma disparidade de

caminhos, entre o poder da “administração local forte” e a “autonomia fraca dos aldeões” (Wang, 2004:95). Tal corresponde a uma abordagem monopolista de preservação, gestão de cima para baixo. Sob esse modelo, a sustentabilidade dos costumes tradicionais de comunidade central é prejudicada e tornou-se um outro motivo explicativo da emigração dos moradores.

Para o património vivo, o material é o corpo, a comunidade e a cultura são a alma. Como foi mencionado anteriormente, o património vivo deveria mudar dentro da continuidade, e essa mudança deve ser positiva, em vez de "desaparecer". Para o caso de Hongcun, o que vimos, parece estar relacionada com os aspetos desaparecidos: é natural que não tivéssemos meios para resistir à mudança da vida social dos moradores, modernizada, devido ao progresso social, e as ruturas na função original da sua arquitetura, causada pelo abandono do sistema de clã. Mas a verdade é que as práticas tradicionais de manutenção e de construção não tem herdeiros que as aprendam, a paisagem de terras agrícolas foi destruída e substituída pela construção moderna, grandes festivais folclóricos regulares desapareceram e as antigas casas, onde originalmente viviam os aldeões, tornaram-se lucrativas...a "distorção" desses aspetos é inseparável do mal-entendido acerca da autenticidade na conservação patrimonial, pelas autoridades do património. Os aldeões transmitem insuficientemente o espírito tradicional da família: a admiração pela educação, o respeito pelos idosos, a busca de conhecimento, a saudade dos antepassados, o orgulho da comunidade, a humildade face à natureza ... o vínculo espiritual entre o homem e o espaço estão distantes. Para as aldeias que estão a “morrer”, a renovação de edifícios deteriorados, o "congelamento" da dimensão da aldeia e a simples unificação do estilo do edifício parecem não ser "o remédio certo", porque as “doenças” reais estão a ser ignoradas.

Sob a orientação do modelo internacional do património, a China carece do ajuste de “autenticidade”, baseado nas características da cultura vernácula. Os discursos de planeadores e gestores ocupam uma posição dominante e, a nível institucional, a autoridade local tem um controlo absoluto sobre a construção e implementação da “autenticidade”, que se tornou o meio puro e simples de crescimento económico, em alta velocidade, cumprindo os requisitos de conservação de todos os níveis departamentais. A fim de promover o desenvolvimento económico, o governo (e as empresas, no caso da aldeia de Hongcun) promoveu, vigorosamente, o turismo, mas

faltou-lhe a consideração da voz da comunidade central e a compreensão mais abrangente da componente imaterial do património no processo histórico. Explicamos atrás que a conservação real do património vivo exige colocar a comunidade no centro do processo em articulação com os especialistas que prestam assistência no domínio da conservação. Mas, infelizmente, no caso da aldeia Hongcun, especialistas em conservação patrimonial, como botânicos, arquitetos, especialistas em recursos hídricos, etc. não estão sequer incluídos no grupo que dirige o planeamento e a sua implementação, o seu discurso não é valorizado, nem prestam qualquer assistência. Pode-se imaginar que é ainda mais difícil para a comunidade local participar nesse processo. De facto, tal comportamento bloqueia um elo crucial na prática de conservação, na construção social da autenticidade, que não foi completamente concluída, de modo a que as forças de todos os setores da sociedade ainda não atingiram o equilíbrio dinâmico. Pode se concluir que se ignorar a iniciativa dos moradores das aldeias tradicionais, terá consequências negativas na implementação da política de conservação patrimonial, tornando-se unilateral devido à falta de participação efetiva das forças endógenas da comunidade.

Em suma, como património vivo, que evolui dentro da continuidade, a comunidade central deve ter a capacidade de participar na conservação e planeamento para compartilhar os benefícios do desenvolvimento. Na verdade, a fragilidade da sua participação prende-se, essencialmente, com uma questão de poder. A comunidade central está numa posição frágil na cadeia dos múltiplos discursos, sendo, frequentemente, marginalizada e excluída do processo de tomada de decisão. O enfraquecimento do poder da comunidade leva ao desvio da preservação e gestão do património “centrados nas pessoas”, ao excesso de confiança nas medidas administrativas e à falta de motivação endógena. Devido à demasiada busca dos benefícios económicos, trazidos pelo desenvolvimento turístico, a implementação do programa de conservação tem sido difícil e tende a falhar. Isto é particularmente frequente na aldeia de Hongcun. Portanto, é necessário entender a autenticidade como um padrão construtivo, que não só contém os vários elementos materiais, imateriais e valores culturais enfatizados por forças externas, como também deve respeitar plenamente os direitos da comunidade central. Só assim pode garantir a validade da prática de conservação “autêntica”, a fim de realmente salvaguardar as características

únicas de cada património e da identidade da comunidade central, no contexto da diversidade cultural.

Referências

1. Livros e artigos

- Agnew, N., Demas, M., Sullivan, S., & Altenburg, K. (2004). The begetting of charters: genesis of the China Principles. *Historic Environment*, 18(1), 40-45.
- Ahlers, A. L., & Schubert, G. (2013). Strategic modelling: “Building a new socialist countryside” in three Chinese counties. *The China Quarterly*, 216, 831-849.
- Baillie, B. (2006). Conservation of the sacred at Angkor Wat: further reflections on living heritage. *Conservation and management of archaeological sites*, 8(3), 123-131.
- Blom, H. (2010). *Dogon Images and Traditions*. Brussels: Momentum Publication.
- Butler, B. (2006). Heritage and the Present Past. In C. Tilley, W. Keane, M. Rowlands, & e. al (eds.), *Handbook of Material Culture*, pp. 463-479.
- Chapagain, N. K. (2015). Traditions, materiality and community engagements with heritage: Rethinking authenticity in living heritage sites in Nepal. In *Revisiting Kathmandu: safeguarding living urban heritage: Proceeding of an International Symposium, Kathmandu Valley, 25-29 November 2013*, UNESCO Publishing, pp. 109-119.
- Chen, A. & Wang, W., Research Team of Huangshan Social Science League (2007). Zhong guo wan nan gu cun luo huang shan shi qian cun bao hu yu fa zhan yan jiu bao gao (Relatório do Projeto para Proteger 1000 Aldeias Antigas na Cidade de Huangshan). *Journal of Huangshan University*, 9(4), 4-20. 黄山市社会科学界联合会课题组, 陈安生, & 汪炜. (2007). 中国皖南古村落黄山市千村保护与发展研究报告. *黄山学院学报*, 9(4), 4-20.
- Chen, W. (2000). Hui zhou xiang tu jian zhu he chuan tong ju luo de xing cheng fa zhan yu yan bian (A formação, desenvolvimento e evolução da arquitetura vernáculo e assentamento tradicional na região de Huizhou), *Huazhong Architecture*, 18(3), 126-127. 陈伟. (2000). 徽州乡土建筑和传统聚落的形成、发展与演变. *华中建筑*, 18(3), 126-127.

- Cherng, W. J. (1996). *Tao Te Ching-O Livro do Caminho e da Virtude de Lao Tse* (tradução direta do Chinês para o português). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/le000004.pdf>, última consulta em 3 de fevereiro de 2018.
- Chung, S. J. (2005). East Asian Values in Historic Conservation. *Journal of Architectural Conservation*, 11(1), 55-70.
- Corsane, G., Davis, P., & Murtas, D. (2009). Place, local distinctiveness and local identity: Ecomuseum approaches in Europe and Asia. *Heritage and identity: Engagement and demission in the contemporary world*, 47-62.
- Court, S. & Wijesuriya, G. (2015). *People-Centred Approaches to the Conservation of Cultural Heritage: Living Heritage*. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/PCA_Annexe-2.pdf, última consulta em 1 de maio de 2018.
- D'Ayala, D., & Wang, H. (2006). Conservation Practice of Chinese Timber Structures: 'No Originality to be Changed' or 'Conserve as Found'. *Journal of architectural conservation*, 12(2), 7-26.
- Denslagen, W. (2008). *Thoughts about Originals and Imitations: Authenticity and Spirituality*. Paper presented at International Workshop of the Cluster of Excellence: Asia and Europe in a Global Context, Heidelberg, Germany, June 16, 2008.
- Desvallées, A. & Mairesse, F. (2013) *Concepts clés de muséologie (Conceitos-chave de Museologia)*. São Paulo: Armand Colin.
- Emerick, K. (1998). Sir Charles Peers and After: From Frozen Monuments to Fluid Landscapes. In John Arnold, Kate Davies & Simon Ditchfield (eds.), *History and Heritage: Consuming the Past in Contemporary Culture*, Shaftesbury: Donhead, pp. 183-195.
- Erder, C. (1977). The Venice Charter under Review. *Journal of Faculty of Architecture, METU, Ankara*, 25, 24-31.
- Feng, J. (2013). Chuan tong cun luo de kun jing yu chu lu: jian tan chuan tong cun luo shi ling yi lei wen hua yi chan (O dilema e a saída das aldeias tradicionais: um

- outro tipo de património cultural). *Traditional Village*, 2013 (1), 7-12. 冯骥才 (2013). 传统村落的困境与出路——兼谈传统村落是另一类文化遗产. *传统村落*, 2013(1), 7 - 12.
- Gao, T. (2012). Zhong guo “bu gai bian wen wu yuan zhuang” li lun yu shi jian chu tan (O princípio e a experiência de “manter a condição histórica” na China). *History of Architecture*, 28, 177-184. 高天. (2012). 中国“不改变文物原状”理论与实践初探. *建筑史*, 28, 177-184.
- Guo, Q., Lin, M. & Mo, X. (2011). Xiao zhou cun gu cun luo lu you kai fa tan xi (Análise sobre o Desenvolvimento do Turismo das Aldeias Antigas de Xiaozhou), *Journal of Anhui Agriculture.*, 39 (1), 347-348. 郭琴, 林媚珍, & 莫星. (2011). 小洲村古村落旅游开发探析. *安徽农业科学*, 39(1), 347-348.
- Guo, X. (2007). Zhong guo li shi jian cheng yi chan zhen shi xing zhong de fei wu zhi wei du jian lun zheng ti xing bao hu ce lue de ken eng xing (Dimensões intangíveis na autenticidade dos sítios do património da China - uma possibilidade para a conservação integrada, *New Architecture*, (6), 76-81. 郭璇. (2007). 中国历史建成遗产真实性中的非物质维度——兼论整体性保护策略的可能性, *新建筑*(6), 76-81.
- Guo, Z. (2010). Hui zhou jiao yu de jing shen li nian tan xi (Análise do conceito espiritual da educação de Huizhou), *Educational History Research*, (3), 48-50. 郭志俊. (2010). 徽州教育的精神理念探析. *教育史研究*(3), 48-50.
- Howard, P. (2003). *Heritage: management, interpretation, identity*. London: Continuum.
- Hsu, S. H. (2006). Analogy, Simulacrum, and Other Related Issues in Zong Bing's “Introduction to Landscape Painting” (Analogia, Simulacro e Outros Assuntos Relacionados na “Introdução à Pintura de Paisagem” de Zong Bing), *Journal of Department of Chinese Literature of National Taiwan University*, 24, 151-181. 徐圣心. (2006). 宗炳《画山水序》及其“类”概念析论. *台大中文学报*, 24, 151-181.
- Hu, B., Li, X. & Wang, X. (eds.). (2017). *Blue book of Chinese traditional villages*:

investigation report on the protection of Chinese traditional villages (2017), Pequim: Social Sciences Academic Press (China). 胡彬彬, 李向军, 王晓波 (主编). (2017). *中国传统村落蓝皮书: 中国传统村落保护调查报告 (2017)*, 社会科学文献出版社.

Inaba, N. (2005). The Ise Shrine and the Gion Festival: Case-studies on the Values and Authenticity of Japanese Living Religious Heritage. In Stovel, H., Stanley-Price, N., & Killick, R. (eds.), *Conservation of living religious heritage*. Rome: ICCROM, pp.44-57.

Jabbour, A. (2003). Folklife, Intangible Heritage, and the Promise and Perils of Cultural Corporation. In Robert E. Stipe, *A Richer Heritage: Historic Preservation in the Twenty-first Century*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, pp. 423-450.

Jerome, P. (2008). An introduction to authenticity in preservation. *APT Bulletin*, 39(2/3), 3-7.

Jiang, H., Wang, Y., & Li, J. (2009). Ji yu she qu can yu de gu cun luo xing yi chan di lu you kai fa mo shi yan jiu yi wan nan gu cun luo xi di hong cun wei li (Pesquisa sobre modelos de desenvolvimento de aldeias antigas baseada em gestão comunitária: um estudo de caso do Patrimônio Cultural Mundial - Aldeia Xidi e Aldeia Hongcun). *East China Economic Management*, 23(8), 24-28. 蒋海萍, 王燕华, & 李经龙. (2009). 基于社区参与的古村落型遗产地旅游开发模式研究——以皖南古村落西递、宏村为例. *华东经济管理*, 23(8), 24-28.

Jokilehto, J. (1998). The context of the Venice Charter (1964). *Conservation and management of archaeological sites*, 2(4), 229-233.

———. (2002). *History of architectural conservation*, Oxford: Butterworth-Heinemann.

———. (2006). Considerations on authenticity and integrity in world heritage context. *City & Time*, 2 (1), 1-16.

———. (2007). An international perspective to conservation education. *Built environment*, 33(3), 275-286.

- Jokilehto, J., & International Centre for the Study of the Preservation. (2011). *ICCROM and the Conservation of Cultural Heritage: A History of the Organization's First 50 Years, 1959-2009*. Rome: ICCROM.
- Kuan, C. H. (2015). Salvaguarda do Património Cultural Intangível sob a Perspectiva da “Lei de Salvaguarda do Património Cultural” de Macau, *Administração* (109), 743-760.
- Lai, G., Demas, M., & Agnew, N. (2004). Valuing the past in China: the seminal influence of Liang Sicheng on heritage conservation. *Orientations*, 35(2), 82-89.
- Li, H. (2009). *Zhong guo cheng shi yi chan bao hu de yuan zhen xing li lun ji shi jian ying yong tan suo* (Teoria de Autenticidade e Aplicação Prática da Proteção do Património Urbano na China) (Doctoral dissertation, Tongji University). 李红艳. (2009). *中国城市遗产保护的原真性理论及实践应用探索* (Doctoral dissertation, 同济大学).
- Liu, J. (2018). Component-driven procedural modeling for ancient Chinese architecture of the Qing Dynasty, *International Journal of Architectural Heritage*, 12:2, 280-307.
- Logan, W. (2004). Introduction: Voices from the Periphery: The Burra Charter in Context, *Historic Environment*, 18(1), 2-8.
- Lowenthal, D. (1985). *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . (1999). Authenticity: rock of faith or quicksand quagmire?. *Conservation: The Getty Conservation Institute Newsletter*, 14(3), 5-8.
- . (2008). Authenticities past and present. *CRM: The Journal of Heritage Stewardship Journal*, Winter 2008, 6-17.
- Liu, S. (2014). *Ying jian de wen ming: zhong guo chuan tong wen hua yu chuan tong jian zhu* (Civilização de Construção: Cultura e Arquitetura Tradicional Chinesa). Beijing: Tsinghua University Press. 柳肃. (2014). *营建的文明: 中国传统文化与传统建筑*, 北京, 清华大学出版社.
- Luso, E., Lourenço, P. B., & Almeida, M. (2004). Breve história da teoria da

conservação e do restauro. *Engenharia Civil*, 20 (maio 2004), 31-44.

- Lu, L., Xu, Z. & Ge, J. (2005). Hui zhou gu cun luo ren ju huan jing de xuan ze yu ying zao (Seleção e construção de ambiente de vida em aldeias antigas em Huizhou). *Journal of Huangshan University*, 7(5), 5-8. 陆林, 徐致云, & 葛敬炳. (2005). 徽州古村落人居环境的选择与营造. *黄山学院学报*, 7(5), 5-8.
- Lu, S., Zhou, X., Zhang, X. & Xing, L. (2017). Lv you qu dong xia de chuan tong cun luo cheng zhen hua yan jiu yi shi jie wen hua yi chan hong cun wei li (Urbanização na antiga área rural orientada pelo turismo: um estudo de caso da aldeia de Hongcun) *Tropical Geography*, 37(3), 293-303. 卢松, 周小凤, 张小军, & 邢丽红. (2017). 旅游驱动下的传统村落城镇化研究——以世界文化遗产宏村为例. *热带地理*, 37(3), 293-303.
- Lu, Z. (2015). Zai tan wen hua yi chan bao hu de zhen shi xing wen ti (Re discussão sobre as questões de autenticidade na conservação do património cultural). *World Heritage*, 2015 (4), 20-21. 吕舟. (2015). 再谈文化遗产保护的真实性问题. *世界遗产*, 2015(04), 20-21.
- . (2016). Zhong guo wen wu bao hu yuan ze de fa zhan yu yan bian (Desenvolvimento e Evolução dos princípios de proteção das relíquias culturais chinesas). *Research on Heritage and Preservation*, 1(3), 1-8. 吕舟. (2016). 中国文物保护原则的发展与演变. *遗产与保护研究*, 1(3), 1-8.
- Ministry of Construction & National Administration of Cultural Heritage (of the People's Republic of China) (2000). *Ancient Villages in Southern Anhui: Xidi and Hongcun, Nomination of Properties for Inclusion on the World Heritage List: China*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1002.pdf>, última consulta em 25 de agosto de 2018.
- Meng, T. (2008). Zhong guo chuan tong jian zhu zhong de shi jian guan nian yan jiu (A ideia do tempo na arquitetura tradicional chinesa). Pequim: China Architecture & Building Press. 孟彤. (2008). 中国传统建筑中的时间观念研究. 中国建筑工业出版社.
- Miura, K. (2005). Conservation of a 'living heritage site' A contradiction in terms? A

- case study of Angkor World Heritage Site, *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 7(1), 3-18.
- Nora, P. (1997). An idea whose time has come---How France became aware of its heritage, *The UNESCO courier: a window open on the world*, 50(9), 14-17.
- Novo grande dicionário da língua portuguesa conforme acordo ortográfico*. (2007). Lisboa: Texto Editores.
- Ogino, M. (2011). Intangible and tangible: the logic reality. Trad. Cai Yuqin, *Journal of Art College of Inner Mongolia University*, 08(1), 5-10. 荻野昌弘. (2011). 无形与有形: 现实化逻辑. *内蒙古大学艺术学院学报*, 08(1), 5-10.
- Peixoto, P. (2006). O património mata a identidade. *Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*, 65-74.
- Philippot, P. (1996). Restoration from the perspective of the humanities. In N.S. Price, M. Kirby Talley & A.M. Vaccaro (eds.), *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*, Los Angeles: Getty Conservation Institute, pp. 268-274.
- Poulios, I. (2010). Moving beyond a values-based approach to heritage conservation. *Conservation and Management of Archaeological Sites*, 12(2), 170-185.
- . (2011). Is Every Heritage Site a 'Living' One? Linking Conservation to Communities' Association with Sites. *The Historic Environment: Policy & Practice*, 2(2), 144-156.
- . (2014a). *The Past in the Present: A Living Heritage Approach - Meteora, Greece*. London: Ubiquity Press.
- . (2014b). Discussing strategy in heritage conservation: living heritage approach as an example of strategic innovation. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 4(1), 16-34.
- Prats, L. (2009). Heritage according to scale. In M. Anico & E. Peralta (eds.), *Heritage and identity: engagement and demission in the contemporary world*, London: Routledge, pp. 76-89.
- Prentice, R. (1993). *Tourism and heritage attractions*. London: Routledge.

- Riegl, A. (1903). *The Modern Cult of Monuments: Its Character and Its Origin*. Trans. Kurt W. Forster & Diane Ghirardo. Disponível em: <https://courseworks2.columbia.edu/courses/10532/files/579062/preview?verifier=MgAAgAMWmMdYXLjupF7bUH6MZbzuQaOEf80wbkQw>, última consulta em 23 de setembro de 2018.
- . (2013). *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*. Introd., trad e notas João Tiago Proença, Lisboa: Edições 70.
- Rodrigues, D. (2012). Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Ubimuseum*, 1, 45-52.
- Rojas, E. (2014). Historic Cities and the Venice Charter: Contributions to the Sustainable Preservation of Urban Heritage. *Change Over Time*, 4(2), 196-203.
- Shan, J. (2008). Huo tai yi chan: da yun he bao hu chuang xin lun (Património vivo: Uma Maneira inovadora de conservação do Grande Canal). *China Ancient City*, (2), 4-6. 单霁翔. (2008). “活态遗产”: 大运河保护创新论. *中国名城*(2), 4-6.
- Smith, L. (2006). *Uses of heritage*. London: Routledge.
- Smith, L., & Waterton, E. (2013). *Heritage, communities and archaeology*. London: A&C Black.
- Souza, J. G. V. D. (2016). *Zhuangzi: uma tradução comentada do segundo capítulo* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Storey, J. (2009). *Cultural theory and popular culture: an introduction (5th edition)*, Harlow, England; New York: Pearson Longman.
- Sun, H. (2015). Chuan tong cun luo de xing zhi yu wen ti: wo guo xiang cun wen hua jing guan bao hu yu li yong chu yi zhi yi (A natureza das aldeias tradicionais - discussões sobre a proteção e utilização de paisagens culturais rurais na China). *China Cultural Heritage* (4), 50-57. 孙华. (2015). 传统村落的性质与问题——我国乡村文化景观保护与利用刍议之一. *中国文化遗产*(4), 50-57.
- Sun, T. (2006). *A arte da guerra*. Trad. Ricardo Silva, Vila Nova de Famalicão: Quasi.
- Szmygin, B. (2002). A variety of conservation principles and methods: The basis of

- contemporary heritage preservation. *Strategies for the World's Cultural Heritage. Preservation in a Globalised World: Principles, Practices, Perspectives*, Madrid, Spain: ICOMOS, pp. 196-198.
- Tao, Z., Zhu, S. & Cheng, R. (2015). Hong cun gu cun luo shui hua jing bao hu diao cha yu fen xi (Investigação e Análise do Ambiente da Água para Hongcun Ancient Village). *Journal of Anhui Jianzhu University* (5), 77-80. 陶张晶, 朱曙光, & 程仁龙. (2015). 宏村古村落水环境保护调查与分析. *安徽建筑大学学报* (5), 77-80.
- Tomaszewski, A. (2002). Towards a pluralistic philosophy of conservation. *Strategies for the World's Cultural Heritage. Preservation in a Globalised World: Principles, Practices, Perspectives*, Madrid, Spain: ICOMOS, pp. 212-215.
- Tseu, L. (1958). *Tao Te King*. Paris: Club des Libraires de France.
- Tunprawat, P. (2009). *Managing Living Heritage Sites in Mainland Southeast Asia* (Doctoral dissertation, University of Silpakorn, Thailand).
- . (2014). Managing Living Heritage Sites in Southeast Asia. *Damrong Journal of The Faculty of Archaeology Silpakorn University*, 9(2), 1-29.
- UNESCO (2012). *Understanding World Heritage in Asia and the Pacific. The Second Cycle of Periodic Reporting 2010-2012*. Paris: UNESCO.
- Van Loon, H. W. (1942). *Tolerância*. Trad. James Amado. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Wall, G. & Black, H. (2004). Global heritage and local problems: Some examples from Indonesia. *Current Issues in Tourism*, 7 (4/5), 436-439.
- Wang, H., & Li, S. (2014). Wen hua yi chan bao hu si xiang de qi yuan yu fa zhan—jian lun zhong xi wen hua yi chan bao hu si xiang de yi tong (Sobre as origens e o desenvolvimento da proteção do patrimônio cultural: um estudo contrastivo entre o pensamento chinês e estrangeiro). *Journal of Northwest University (Philosophy and Social Sciences Edition)*, 44 (5), 161-166. 王会战, & 李树民. (2014). 文化遗产保护思想的起源与发展——兼论中西文化遗产保护思想的异同, *西北大学学报(哲学社会科学版)*, 2014 年第五期, 161-166.

- Wang, S. (2004). *Shui mai hong cun* (Água de Hongcun). Nanquim: Jiangsu Fine Arts Publishing House. 汪森强. (2004). 水脉宏村. 江苏美术出版社.
- . (2013). *Gu cun you meng* (Sonho na aldeia antiga). Nanquim: Jiangsu Fine Arts Publishing House. 汪森强. (2013). 古村有梦. 江苏美术出版社.
- . (2017). *Deng xia za ji bao hu hong cun shi jie wen hua yi chan de wen zhang hui bian* (Notas sob a Lâmpada - Compilação de artigos para proteger o Património Cultural Mundial de Hongcun). Novembro de 2017 (não publicado). 汪森强. (2017). 灯下杂记——保护宏村世界文化遗产的文章汇编 (未正式出版).
- . (2018a). *Hui zhou lao fang zi* (Casas antigas de Huizhou), Nanquim: Jiangsu Phoenix Fine Arts Publishing House. 汪森强. (2018a). 徽州老房子. 江苏凤凰美术出版社.
- . (2018b). *Zou jin lao fang zi* (Casas antigas), Nanquim: Jiangsu Fine Arts Publishing House. 汪森强. (2018b). 走进老房子. 江苏美术出版社.
- Webster's Collegiate dictionary*. (1936). Springfield: G. & C. Merriam.
- Wen, Y. & Fu, C. (2013). Dang dai she hui zhong yi chan jia zhi de bao cun yu wei hu (Preservação e conservação de valores patrimoniais na sociedade contemporânea). *Journal of Architecture*, 2013 (84), 77- 96. 文芸, & 傅朝卿. (2013). 当代社会中遗产价值的保存与维护. 台湾建筑学会 [建筑学报] (84), 77-96.
- Wijesuriya, G. (2000). Conserving the Temple of the Tooth Relic, Sri Lanka. *Public Archaeology*, 1(2), 99-108.
- . (2005). The Past is in the Present: Perspectives in Caring for Buddhist Heritage. In Stovel, H., Stanley-Price, N., & Killick, R. (eds.), *Conservation of living religious heritage*. Rome: ICCROM Conservation Studies 3, pp. 31-43.
- . (2007). Conserving Living Taonga: The Concept of Continuity. In D. Sully, (ed.) *Decolonizing Conservation-Caring for Maori Meeting Houses outside New Zealand*. Walnut Creek, California: Left Coast Press, pp. 59-69.
- . (2015). Living heritage: a summary. *ICCROM, Rome Google Scholar*.

Disponível em: https://www.iccrom.org/wp-content/uploads/PCA_Annexe-1.pdf,
última consulta em 3 de abril de 2018.

- . (2017). Introduction. In Wijesuriya G.& Lee, S. (eds), *Asian Buddhist Heritage: Conserving the Sacred*. Rome: ICCROM, pp. 1-10.
- Wilhelm, R. (Ed.). (2006). *I Ching: o livro das mutações*. Trad. Mutzenbecher, A. & Corrêa, G. A., São Paulo: Pensamento.
- Williams, R. (1960). *Culture and Society, 1780-1950*. New York: Doubleday & Company, Inc.
- Wu, H. (2013). *A story of ruins: presence and absence in Chinese art and visual culture*. London: Reaktion Books.
- Wu, Z. (2012). Huayu yu wenhuayichan de bentu yiyi jiangou (Estabelecimento do discurso indígena do patrimônio cultural: um desafio chinês ao valor ocidental do patrimônio). *Journal of Zhejiang University (Humanities and Social Sciences)*, 42(5), 28-40. 吴宗杰. (2012). 话语与文化遗产的本土意义建构, *浙江大学学报(人文社会科学版)*, 2012 年第五期, 28-40.
- Ying, T., & Zhou, Y. (2007). Community, governments and external capitals in China's rural cultural tourism: A comparative study of two adjacent villages. *Tourism Management*, 28(1), 96-107.
- Yu, H., Yang, J. & Zhou, B. (2009). Hui zhou chuan tong ju luo jian she de xi tong li nian tantao (Discussão sobre a concepção da construção do assentamento tradicional rural em Huizhou), *Journal of Anhui Agricultural Sciences*, 37(32), 16105-16108. 俞明海, 杨洁, & 周波. (2009). 徽州传统聚落建设的系统理念探讨. *安徽农业科学*, 37(32), 16105-16108.
- Yu, Y. (2014). The production of heritage tourism in China: A case study of three adjacent villages, *Teses - ALL*. Paper 85.
- Zhao, Y. & Gao, Y. (2015). Xi'an hu guo xing jiao si zai di hua bao hu diao yan fen xi (Análise de Proteção Local do Templo Nacional Xingjiao de Xi'an). *Huazhong Architecture*, 33(12), 135-139. 赵一青, & 高语杉. (2015). 西安护国兴教寺在地化保护调研分析. *华中建筑*, 第十二期 135-139.

Zhu, X. (2001). Shi lun gu cun luo de ping jia biao zhun (Evaluation criteria for ancient villages). *Traditional Chinese Architecture and Gardens*, (4), 53-55. 朱晓明. (2001). 试论古村落的评价标准. *古建园林技术*(4), 53-55.

2. Sítios da Web :

Ancient Villages in Southern Anhui – Xidi and Hongcun. (2000). *UNESCO*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1002/>, última consulta em 20 de julho de 2018.

Ayoubi, A. (2015, 22 de junho). Community-based Conservation of the Sacred Living Heritage at the Bauddhanath Monument Zone, Kathmandu Valley World Heritage Site, Nepal. *IFLA*. Disponível em: <http://iflaonline.org/2015/06/community-based-conservation-of-the-sacred-living-heritage-at-the-bauddhanath-monument-zone-kathmandu-valley-world-heritage-site-nepal/>, última consulta em 28 de março de 2018.

Cartas e convenções (n.d.). *A Direção Regional de Cultura do Norte*. Disponível em: <http://www.culturanorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>, última consulta em 27 de abril de 2018.

Cartas Internacionais. (n.d.). *Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém*. Disponível em: <http://patrimonio-santarem.pt/recursos/cartas-internacionais/>, última consulta em 22 de março de 2018.

Chan, A. (2013, 2 de maio). Laozi, *Stanford Encyclopedia of Philosophy Archive*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/laozi/>, última consulta em 3 de fevereiro de 2018.

Charters adopted by the general assembly of ICOMOS. (n.d.). *ICOMOS*. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/resources/charters-and-texts>, última consulta em 22 de março de 2018.

Energy- 兵 勢 . (n.d.). *Chinese Text Project*. Disponível em: <http://ctext.org/art-of-war/energy/ens>, última consulta em 5 de fevereiro de 2018.

Folhetos informativos sobre o Santuário de Ise (em inglês) (n.d.). Disponível em: http://www.isejingu.or.jp/en/about/pdf/pamphlet_en.pdf, última consulta em 5 de

abril de 2018.

Gao, Y. & Huang, J. (2014, 16 de setembro). Xingjiao Temple Pagoda - a world heritage site along the Silk Road. *People's Daily Online*. Disponível em: <http://en.people.cn/n/2014/0916/c204459-8783448-2.html>, última consulta em 24 de março de 2018.

Han, B. C. (2018, 8 de março). The copy is the original. *Aeon*. Disponível em: <https://aeon.co/essays/why-in-china-and-japan-a-copy-is-just-as-good-as-an-original>, última consulta em 1 de junho de 2018.

Hongcun, (2017, 26 de outubro). *Weather China*. Disponível em: <http://www.weather.com.cn/anhui/tqyw/10/2791254.shtml>, última consulta em 25 de julho de 2018. 宏村. (2017 年 10 月 26 日). 中国天气网.

Introdução de Jingyi. (n.d.). *Huangshan Jingyi Tourism Development Company*. Disponível em: http://www.hongcun.com.cn/info.asp?base_id=1&second_id=1001, última consulta em 29 de agosto de 2018. 京黟介绍. 黄山京黟旅游开发有限公司.

Kabuki theatre. (n.d.). *UNESCO Intangible cultural heritage*, disponível em: <https://ich.unesco.org/en/RL/kabuki-theatre-00163>, consultado em 25 de maio de 2018.

Knowledge Rambling in the North-知北游. (n.d.). *Chinese Text Project*. Disponível em: <http://ctext.org/zhuangzi/knowledge-rambling-in-the-north/ens>, última consulta em 5 de fevereiro de 2018.

Locke, W. J. (n.d.). Recommendations of the Madrid Conference (1904). *The Getty Conservation Institute*. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/research_resources/charters/charter01.html, última consulta em 27 de abril de 2018.

National Bureau of Statistics of China. (2012). *China Statistical Yearbook 2012*. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2012/indexeh.htm>, última consulta em 22 de setembro de 2018.

People and Culture. (n.d.). *ICCROM*. Disponível em:

- <https://www.iccrom.org/section/people-and-heritage>, última consulta em 2 de abril de 2018.
- Rivas, A. (2004, 20 de agosto). *Lao Tse, Tao Te Ching* (espanol). Disponível em: <http://www.gorinkai.com/textos/tao.htm>, última consulta em 3 de fevereiro de 2018.
- Temple demolition plan sparks controversy. (2013, 12 de abril). *China.org.cn*. Disponível em: http://www.china.org.cn/china/2013-04/12/content_28532544.htm, última consulta em 24 de março de 2018.
- UNESCO (1994a). Expert Meeting on the "Global Strategy" and thematic studies for a representative World Heritage List. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/global94.htm#debut>, última consulta em 1 de maio de 2018.
- Yang, Y. (2013, 5 de maio). Retira ou não? Especialistas avaliarão o pedido do Templo Xingjiao para aplicação do património mundial. *China National Radio*. Disponível em: http://china.cnr.cn/yaowen/201305/t20130505_512510409.shtml, última consulta em 24 de março de 2018. 杨雁霞. (2013 年 5 月 5 日). “西安兴教寺申请退出“申遗”进退与否有待专家评估”. 中国广播网.
- Yijing 易经 or Zhouyi 周易. (2010, 24 de julho). *ChinaKnowledge.de -An Encyclopaedia on Chinese History, Literature and Art*. Disponível em: <http://www.chinaknowledge.de/Literature/Classics/yijing.html>, última consulta em 2 de fevereiro de 2018.
- Yingzao Fashi. (n.d.) *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Yingzao_Fashi, última consulta em 2 de junho de 2018.
- Zhang, J. (2018, 7 de março). O desfile de lanternas de peixe da aldeia de Wang Mantian “não tradicional” [Web log post]. Disponível em: <https://media.weibo.cn/article?id=2309404214744620875591>, última consulta em 27 de setembro de 2018. 徽州张建平. (2018 年 3 月 7 日). 不“传统”的汪满田渔灯会 [新浪微博].

1,300-year-old Chinese Buddhist temple faces demolition. (2013, 11 de abril). *The Straitstimes*. Disponível em: <http://www.straitstimes.com/asia/1300-year-old-chinese-buddhist-temple-faces-demolition>, última consulta em 24 de março de 2018.

3. Documentos nacionais e internacionais:

Conselho da Europa

(1975). *Declaração de Amsterdão*.

(1975). *Carta Europeia do Património Arquitetónico*.

ICOMOS

(Documentos adaptados pela Assembleia Geral)

(1964). *Carta de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*.

(1980). *Carta de Burra (de 1980)*.

(1982a). *Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos*.

(1982b). *Declaração de Tlaxcala sobre a Conservação do Património Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações”*.

(1987). *Carta de Washington*

(1990). *Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico*

(1994). *Documento de Nara sobre a Autenticidade*.

(1999a). *Princípios para a Preservação das Estruturas Históricas em Madeira*.

(1999b). *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*.

(2003). *Princípios do ICOMOS para a preservação e conservação-restauro das pinturas murais*.

(2005). *Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural*.

(2010). *Carta de ICOMOS Nova Zelândia para a Conservação dos Sítios de Valor Patrimonial Cultural*.

(2014). *Declaração de Florença: Paisagem e património como valores humanos*.

(2017). *Declaração de Delhi sobre Património e Democracia*.

(Documentos adaptados pelas Comissões Nacionais)

ICOMOS Canadá Francófono. (1982). *Carta para a Preservação do Património do Quebec (Declaração de Deschambault)*.

ICOMOS Canadá. (1983). *Carta de Appleton para a Proteção e Valorização do Ambiente Edificado*.

ICOMOS Nova Zelândia. (1992). *Carta para a Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural*.

ICOMOS Américas. (1996). *Declaração de San Antonio*.

ICOMOS Austrália. (1999). *Carta de Burra: Carta do ICOMOS Austrália para sítios com significado cultural*.

ICOMOS Canadá. (2008). *Declaração de Québec sobre a Preservação do “Spiritu Loci”*.

ICOMOS-IFLA. (2017). *Princípios do ICOMOS-IFLA Relativos às Paisagens Rurais como Património*.

ICOMOS China. (2000). *Principles for the Conservation of Heritage Sites in China*.

ICOMOS China. (2015). *Principles for the Conservation of Heritage Sites in China (Revised 2015)*.

UNESCO

(1976). *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*.

(1977). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.

(1992). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.

(1994b). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.

- (1996). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.
- (2000). *Carta de Cracóvia (Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído)*.
- (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.
- (2004). *Declaração de Yamato sobre a Abordagem Integrada para a Salvaguarda do Património Cultural, Material e Imaterial*.
- (2005a). *Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*.
- (2005b). *Hoi An Protocols for Best Conservation Practice in Asia*.
- (2005c). *Memorando de Viena sobre Património Mundial e Arquitetura Contemporânea, Gestão da Paisagem Histórica Urbana*.
- (2011). *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*.
- (2013). *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*.
- (2014). *Nomination file 1442*.

Leis, regulamentos e despachos administrativos

- Câmara Municipal de Condado de Yixian. (2001). Os Regulamentos e Medidas Operacionais para a Administração do Património Cultural Mundial de Xidi e Hongcun. 黟县人民代表大会. (2001). 黟县西递、宏村世界文化遗产管理办法及实施细则.
- Comité Permanente da Assembleia Popular da Província de Anhui. (2004). *Os Regulamentos de Conservação de Habitações Antigas no Sul da Província de Anhui*. 安徽省人大常委会. (2004). 安徽省皖南古民居保护条例(2004 年 7 月 1 日修正版) (1997 年 09 月 21 日发布).
- DAC. (2009). *Draft National Policy on South African Living Heritage, 1st Draft*. Disponível em: http://www.maropeng.co.za/uploads/files/National_Policy_on_South_African_Living_Heritage_ICH.pdf, última consulta em 15 de março de 2018. Conselho de Estado da RPC. (1961). *Regulamento Provisório sobre Proteção e Administração*

de Relíquias Culturais. 国务院 (1961). 文物保护管理暂行条例.

Governo da Região Administrativa Especial de Macau (2013). *Lei de Salvaguarda do Património Cultural de Macau*. Disponível em: <http://bo.io.gov.mo/bo/i/2013/36/lei11.asp#11>, última consulta em 20 de junho de 2018.

MOHURD, MOC e MOF. (2012). Orientação sobre o Reforço da Proteção e Desenvolvimento das Aldeias Tradicionais. Disponível em: http://www.mohurd.gov.cn/wjfb/201212/t20121219_212337.html, última consulta em 26 de setembro de 2018. 住房和城乡建设部, 文化部, 财政部. (2012 年 12 月 12 日). 关于加强传统村落保护发展工作的指导意见.

NPCSC. (1982). *Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China*. 全国人民代表大会常务委员会. (1982). 中华人民共和国文物保护法.

———. (2002). *Lei de Proteção às Relíquias Culturais da República Popular da China (Revisada)* 中华人民共和国文物保护法(2002 年修订).

———. (2011). *Lei de Património Cultural Imaterial da República Popular da China* 中华人民共和国非物质文化遗产法.

MOHURD, MOC, SACH e MOF. (2012). Notificação sobre a Investigação das Aldeias Tradicionais. Disponível em: http://www.gov.cn/zwggk/2012-04/24/content_2121340.htm, última consulta em 26 de setembro de 2018. 住房和城乡建设部, 文化部, 国家文物局, 财政部. (2012). 四部关于开展传统村落调查的通知.

SAT. (2004) *Despacho n.º 126 de 2004*. Disponível em: <http://hd.chinatax.gov.cn/guoshui/action/GetArticleView1.do?id=1622&flag=1>, última consulta em 26 de setembro de 2018. 财税〔2004〕126 号批文. (2004, 7 月 23 日). 国家税务总局.